

8.
1.
2023

#democraciainabalada





**8.
1.
2023**

#democraciainabalada

Brasília, agosto de 2023.



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Supremo Tribunal Federal – Biblioteca Ministro Victor Nunes Leal

Brasil. Supremo Tribunal Federal (STF).
8.1.2023 [recurso eletrônico] : #democraciainabalada / Supremo Tribunal Federal. -- Brasília : STF,
Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação, 2023.
eBook (210 p. : il., fots. color.)

Modo de acesso: [https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/
publicacaoCatalogoProdutoConteudoTextual/anexo/democraciainabalada.pdf](https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/publicacaoCatalogoProdutoConteudoTextual/anexo/democraciainabalada.pdf)
ISBN : 978-85-54223-50-2.

1. Tribunal supremo, história, Brasil.
2. Vandalismo, Brasil.
3. Crime contra o patrimônio, Brasil.
4. Patrimônio histórico, restauração, Brasil. I. Título.

CDDir-341.4191



Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Gestão 2022-2023

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Chefe de Gabinete da Presidência

Paula Pessoa Pereira
Daniela Fernandes Daros

Juiz Instrutor

Márcio Schiefler Fontes

Juízes Auxiliares

Mateus de Freitas Cavalcanti Costa
Hugo Sinvaldo Silva da Gama Filho

Assessor de Segurança da Informação

Marcelo Antonio da Silva

Assessora-Chefe de Cerimonial

Célia Regina de Oliveira Gonçalves

Assessor-Chefe de Articulação Parlamentar

Clay Souza e Teles

Assessor-Chefe de Assuntos Internacionais

Oswaldo dos Santos Pizzá

Assessor-Chefe de Inteligência Artificial

Rodrigo Lobo Canalli

Assessor Especial do Gabinete da Presidência

Rogério Augusto Viana Galloro

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA

Secretário-Geral da Presidência

Estêvão André Cardoso Waterloo

Chefe de Gabinete

Edimar Rosa da Silva

Assessora-Chefe Processual

Ana Paula Vilela de Pádua

Assessora-Chefe do Plenário

Carmen Lillian Oliveira de Souza

Assessor-Chefe do Núcleo de Análise de Recursos

Carlos Augusto de Araújo Lima Filho

Assessor-Chefe da Central do Cidadão

Gustavo da Fonseca Sandanielli Montú

Secretária de Gestão de Precedentes

Aline Carlos Dourado Braga

Secretária de Comunicação Social

Mariana Araujo de Oliveira

Secretário Judiciário

Adauto Cidreira Neto

Secretária(o) de Altos Estudos,
Pesquisas e Gestão da Informação

Manuelita Hermes Rosa Oliveira Filha
Fabyano Alberto Stalschmidt Prestes

Secretário de Gestão Estratégica

Vinícius Nascimento Porto

SECRETARIA DO TRIBUNAL

Diretor-Geral

Miguel Ricardo de Oliveira Piazzi

Chefe de Gabinete

Cleber Silva Mota

Assessora-Chefe Jurídico

Mônica Maria Gomide Madruga Ribeiro

Assessor-Chefe de Apoio à
Governança e Conformidade

Roberto Bezerra

Secretário de Administração
de Serviços e Gestão Predial

Edmilson Palma Lima

Secretário de Orçamento,
Finanças e Contratações

Jean Mary Almeida Soares

Márcio Kazuaki Fusissava

Secretário de Gestão de Pessoas

Cícero Rodrigues de Oliveira Gomes

Secretária de Serviços Integrados de Saúde

Denise Gomes da Silva

Secretária de Tecnologia da Informação

Natacha Moraes de Oliveira

Secretário de Segurança

Marcelo Canizares Schettini Seabra

AUDITORIA INTERNA

Auditor-Chefe

Armando Akio Santos Doi

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Composição em 8.1.2023

Ministra **Rosa Weber** [Presidente]

Ministro **Luís Roberto Barroso** [Vice-presidente]

Ministro **Gilmar Mendes**

Ministro **Ricardo Lewandowski**

Ministra **Cármem Lúcia**

Ministro **Dias Toffoli**

Ministro **Luiz Fux**

Ministro **Edson Fachin**

Ministro **Alexandre de Moraes**

Ministro **Nunes Marques**

Ministro **André Mendonça**

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Composição atual

Ministra **Rosa Weber** [Presidente]

Ministro **Luís Roberto Barroso** [Vice-presidente]

Ministro **Gilmar Mendes**

Ministra **Cármem Lúcia**

Ministro **Dias Toffoli**

Ministro **Luiz Fux**

Ministro **Edson Fachin**

Ministro **Alexandre de Moraes**

Ministro **Nunes Marques**

Ministro **André Mendonça**

Ministro **Cristiano Zanin**



#

palavra da
presidente





Foto: Carlos Moura/SCO/STF



O dia 8 de janeiro de 2023 ficou e ficará indelevelmente marcado, na história político-institucional do Brasil, pelo ataque criminoso perpetrado contra as sedes dos Três Poderes da República, na tentativa frustrada de subversão do regime democrático.

O nosso Supremo Tribunal Federal, de forma inédita em seus quase duzentos anos – considerados o Império, quando ainda era Supremo Tribunal de Justiça, e a República –, foi brutalmente invadido; e seu prédio histórico, depredado. Os agressores de 8 de janeiro, imbuídos da ousadia da ignorância e visando à aniquilação da mais alta Corte brasileira, vilipendiaram bens públicos sujeitos à proteção especial e, em sanha deplorável, estilhaçaram vidraças, espelhos e luminárias; quebraram móveis, painéis, bancadas e mármore; e destruíram obras de arte e equipamentos de todos os tipos, entre tantos outros danos causados. Desconheciam, contudo, os delinquentes que o edifício-sede do Supremo Tribunal Federal, na leveza de suas linhas e na transparência de seus vidros, enquanto símbolo da democracia constitucional, expressão superior do império da liberdade e do espírito democrático, é absolutamente intangível à ignorância crassa da força bruta e da turba irracional. Daí a inutilidade do intento de destruição de seu patrimônio físico, na verdade patrimônio do povo brasileiro e da humanidade.

Há mais uma vez que sublinhar: a despeito da devastação material provocada, intocado permaneceu o espírito da democracia e frustrado restou o real objetivo dos que assaltaram as instituições democráticas. O ultraje só poderia resultar, como resultou, no enaltecimento da dignidade da Justiça e no fortalecimento do valor insubstituível do princípio democrático. O sentimento de respeito pela ordem democrática continuou e continuará a iluminar mentes e corações no sentido da prevalência dos fundamentos éticos e políticos que dão sustentação ao Estado Democrático de Direito.

Aos fatos ocorridos nesse Dia da Infâmia – dia que viverá eternamente na memória e na repulsa dos que respeitam os valores democráticos – é preciso voltar sempre para que não sejam minimizados nem esquecidos. Cumpre lembrar as marcas da violência, com as tintas fortes de que se revestiram, espalhadas pelos diferentes espaços da Suprema Corte e agora expostas neste livro, com a finalidade de perpetuar a lembrança da barbárie e, com isso, contribuir para que jamais se repita. Povo sem memória, já se disse, é povo sem história.

Esta publicação condensa, a um só tempo, a indignação, a força, o destemor e a resiliência, na defesa da democracia constitucional, de todos aqueles que reverenciam as instituições democráticas e cultuam os valores que informam o Estado Democrático de Direito. O livro reflete, ainda, a pronta resposta ao ataque hediondo: o prédio histórico do Supremo Tribunal foi totalmente reconstituído, e os que conceberam,

praticaram, insuflaram e financiaram os atos criminosos estão sendo investigados e processados com rigor, sempre com a garantia do contraditório e da ampla defesa, para efeito de responsabilização, nas diferentes esferas, e de recuperação do patrimônio público.

A publicação **#democraciainabalada**, nome da campanha institucional criada na sequência dos atos criminosos de 8 de janeiro, reúne centenas de fotos, relatos de ministros, servidores e colaboradores da Suprema Corte, além de reconstituir a cronologia do lamentável episódio, desde o ataque criminoso até a plena reconstrução do edifício-sede do STF.

Na Presidência do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, que assumi em 12 de setembro de 2022, pouco antes do atentado de 2023 contra a democracia, tenho atuado em defesa da autoridade suprema da Constituição brasileira e das leis da República, buscando manter acesa a crença na superioridade ética e política do Estado Democrático de Direito.

A proteção da jurisdição constitucional e da integridade do regime democrático sempre foi e tem sido o fator que motiva e orienta o meu agir como presidente da Suprema Corte. Por isso, maiores ainda minha indignação e repulsa diante dos atos covardes e ignóbeis de 8 de janeiro, o que detalho nesta publicação. Também registro a intensa emoção proporcionada pela irrestrita solidariedade recebida de todos – autoridades e sociedade civil – já nas primeiras horas que se seguiram

à violência criminosa, a reforçar a união dos Poderes e os valores superiores da Justiça e da democracia.

Destaco e enalteço, mais uma vez, o esforço do corpo funcional do Supremo Tribunal Federal – tanto o operacional quanto o administrativo – para a reconstituição do prédio histórico em tempo recorde, sob o competente comando do secretário-geral da Corte, Estêvão Waterloo, e do diretor-geral do Tribunal, Miguel Piazzzi. O excepcional trabalho realizado refletiu o respeito e o apreço que todos dedicam à nossa instituição e à democracia. Essa, aliás, a simbologia do grande abraço dado, em 1º de fevereiro, na abertura do Ano Judiciário de 2023, por servidores e colaboradores juntamente com os ministros da Casa e integrantes do sistema de Justiça, no prédio-sede reconstituído. Foi um dos momentos mais emblemáticos vividos nesse processo de reconstrução.

Concluo lembrando que, em momento algum, desde o atentado criminoso, esta Suprema Corte deixou de cumprir sua missão precípua de guardar a Constituição.

As instituições democráticas, que têm a sua expressão visível nos edifícios que sediam os três Poderes da República, restaram, sem dúvida, inabaladas, como inabalável e sólida prossegue nossa democracia constitucional.

Ministra **Rosa Weber**
Presidente do Supremo Tribunal Federal



#

sumário



Capítulo 1
a sede da **suprema corte**



Capítulo 2
8 de janeiro de 2023



Capítulo 3
a **reconstrução**



Capítulo 4
galeria de **fotos**



Capítulo 5
a **restauração**



Capítulo 6
a **campanha**



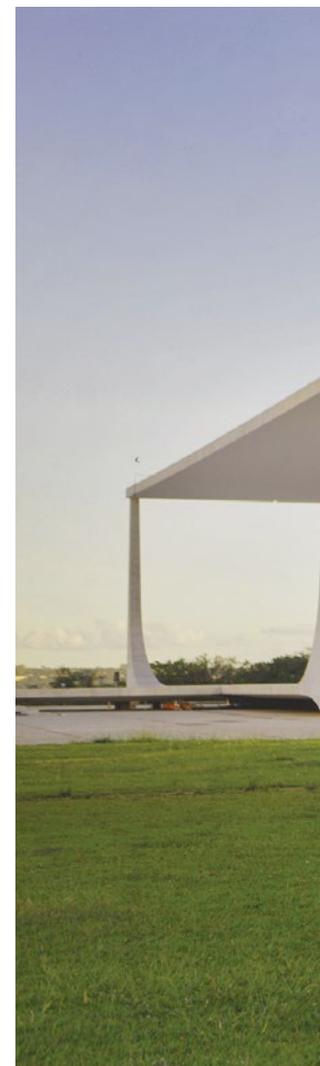
Capítulo 7
abertura do **ano judiciário**



Capítulo 8
impressões **documentadas**

Capítulo 1

a sede da **suprema corte**





Edifício-sede do Supremo Tribunal Federal. Foto: Felipe Sampaio /SCO/STF

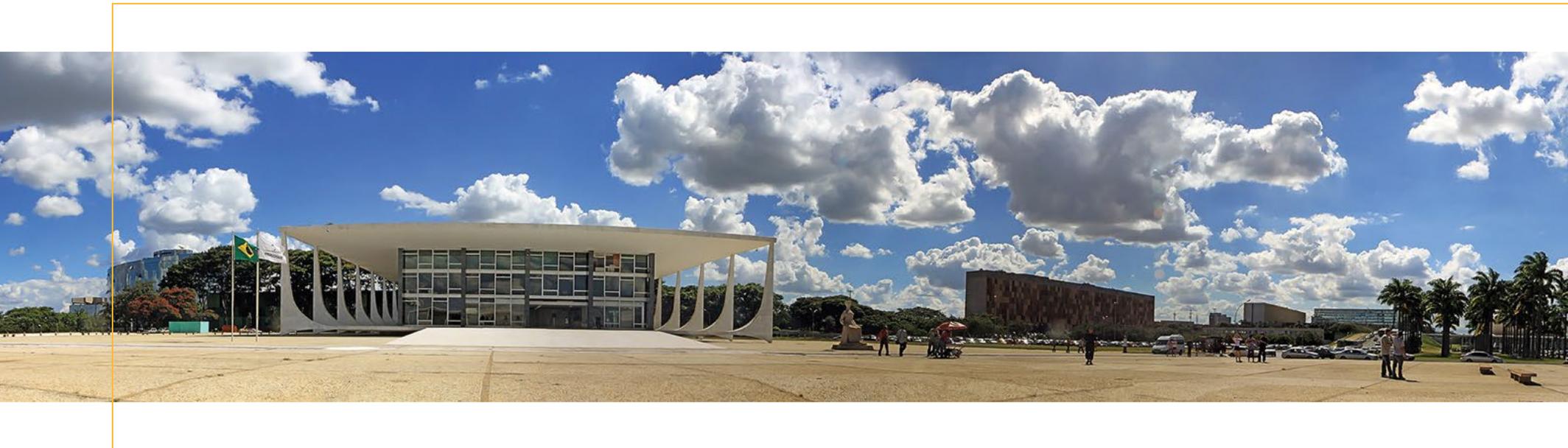


O Palácio do Supremo Tribunal Federal (STF) é a sede do órgão máximo do Poder Judiciário brasileiro. Concebido pelo arquiteto Oscar Niemeyer, o prédio foi inaugurado junto com a nova Capital Federal - Brasília -, em 21 de abril de 1960, depois de a Corte ter funcionado no Rio de Janeiro.

Na sessão destinada à instalação do STF no novo endereço, o presidente da Corte à época, ministro Barros Barreto, disse ter sido uma honra como magistrado e como brasileiro presidir aquele ato em meio aos festejos de inauguração de Brasília.

“Esta obra monumental parece simbolizar, na sua imponência, a magnitude e importância de um dos Poderes da República, a Justiça, em sua cúpula. Evidencia-se em suas linhas arquitetônicas, em seu acabamento, a realização desse intento de seus idealizadores”, afirmou em seu discurso.

O prédio do STF está cravado em um dos três vértices do triângulo imaginário traçado pelo urbanista Lúcio Costa na composição da Praça dos Três Poderes. Nos outros dois estão as sedes dos Poderes Legislativo (Palácio do Congresso Nacional) e Executivo (Palácio do Planalto).



Praça dos Três Poderes, Brasília-DF. Imagem panorâmica: Felipe Sampaio/STF/SCO

Tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) desde 2007, o edifício-sede do Supremo é também um dos cartões postais de Brasília, cidade declarada Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco em 1987.

Na área externa, diante do prédio principal, está a escultura “A Justiça”, do artista plástico Alfredo Ceschiatti, com altura aproximada de 3,30m. No interior do prédio, a parte térrea é composta pelo *Hall* dos Bustos, Plenário e Salão Branco, onde os ministros, nos intervalos das sessões, realizam audiências às quartas-feiras (sessão ordinária) e às quintas-feiras (sessão extraordinária). Esse ambiente abriga ainda a galeria de retratos dos presidentes do STF, além de ser palco de diversos eventos institucionais.



Presidentes do Supremo Tribunal Federal: Império e República.

Foto: Nelson Jr./SCO/STF

O *Hall* dos Bustos exibe a escultura de cabeça em metal dourado também intitulada “A Justiça”, de Ceschiatti, de 1975. Lá estão ainda bustos em bronze de figuras da História do Brasil, como D. Pedro I, Barão do Rio Branco, Joaquim Nabuco e Rui Barbosa. Próximo ao local, fica o quadro “Os Bandeirantes de Ontem e de Hoje”, do artista Masanori Uragami.

O Plenário do Supremo é o espaço onde todos os ministros se reúnem para decidir importantes questões para o Brasil. O painel em mármore bege-bahia que compõe o fundo da sala é de Athos Bulcão. Ao centro está o crucifixo de autoria de Ceschiatti em parceria com o artista plástico Werner.

Nos segundo e terceiro pavimentos estão a Presidência, o Salão Nobre e setores administrativos da Suprema Corte. No *hall* da Presidência, há diversas obras em óleo sobre tela, como retratos de ministros do Supremo, assinadas por Armando Romanelli, e outras telas de temas, técnicas e autorias diferentes, além da galeria de ministros da Corte.

Já o Salão Nobre, ambiente reservado para recepção de visitas protocolares, é decorado com peças de mobiliário histórico. No mesmo andar fica o Espaço de Imprensa Ministro Teori Zavascki, inaugurado em agosto de 2018, onde se localizam a Secretaria de Comunicação Social e o Comitê de Imprensa.



Salão Nobre. Foto: Nelson Jr./STF/SCO



Estátua “A Justiça”. Foto: Fellipe Sampaio/STF/SCO



Hall dos Bustos. Foto: Fellipe Sampaio/STF/SCO



Hall dos Bustos. Foto: Nelson Jr./STF/SCO

No subsolo do prédio está o Museu do STF, que, em 2021, ganhou um novo e amplo espaço destinado a preservar e divulgar a memória institucional da Corte. Antes, o acervo estava distribuído por diversos pontos do Tribunal e passou a se concentrar em uma área de quase mil metros quadrados.

O projeto da reforma do museu é do arquiteto modernista Paulo Mendes da Rocha, falecido em maio de 2021. Reconhecido internacionalmente como um dos cinco mestres da arquitetura especializados na área de museus, ele ganhou, em 2006, o prêmio Pritzker, considerado o “Prêmio Nobel da Arquitetura”. A obra contou com o patrocínio do Banco de Brasília (BRB), além de parcerias firmadas com a Associação de Magistrados do Brasil (AMB) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Texto produzido com base na cartilha do programa de visitação do STF e em conteúdos do portal da Corte, com acesso em abril de 2023.

Capítulo 2

8 de janeiro
de 2023



A Praça dos Três Poderes é o espaço a céu aberto em Brasília, capital do Brasil, que historicamente recebe manifestações sobre os principais debates conduzidos no país. Nela estão situados o Congresso Nacional (Poder Legislativo), o Palácio do Planalto (Poder Executivo) e o Supremo Tribunal Federal (Poder Judiciário).

No dia 8 de janeiro de 2023, o símbolo da democracia foi palco de ataques que ficarão marcados na história do Brasil. Naquela tarde de domingo, a Praça foi tomada por vândalos contrários ao Estado Democrático de Direito. Os prédios-sedes dos Três Poderes foram invadidos, destruídos e vandalizados. O primeiro a sofrer os ataques foi o prédio do Congresso Nacional, tanto o Senado Federal quanto a Câmara dos Deputados, em seguida, o Palácio do Planalto e, por fim, o Supremo Tribunal Federal.

As cenas de terror transmitidas em tempo real por diversas emissoras de televisão e pelas redes sociais registraram a total depredação dos espaços públicos. Na Suprema Corte, andares inteiros foram devastados. O Plenário, que fica no térreo, foi completamente destruído; vidraças foram quebradas, estátuas derrubadas, poltronas arrancadas, móveis despedaçados e obras de arte vandalizadas. Janelas foram pichadas, e salas de áreas administrativas, que funcionam nos demais andares do edifício-sede, tiveram suas instalações devastadas.



Invasão do Congresso Nacional

Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil



Foto: Jefferson Rudy/Agência Senado



Invasão do Palácio do Planalto

Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil



Invasão do Supremo Tribunal Federal

Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

Invasão do edifício-sede do Supremo Tribunal Federal





Imagens das câmeras de segurança

Reação

Desde os primeiros momentos após o início dos atos de vandalismo, a presidente do STF, ministra Rosa Weber, manteve contato com as autoridades de segurança pública, do Ministério da Justiça e do Governo do Distrito Federal. Em nota divulgada no portal da Corte, no dia da invasão, a ministra repudiou os ataques. Em outra manifestação, também naquela data, Rosa Weber e os presidentes dos tribunais superiores externaram indignação pela violência. “Reiteram à Nação brasileira o compromisso de que o Poder Judiciário seguirá firme em seu papel de garantir os direitos fundamentais e o Estado Democrático de Direito, assegurando o império da lei e a responsabilização integral dos que contra ele atentem”, diz um trecho do texto.

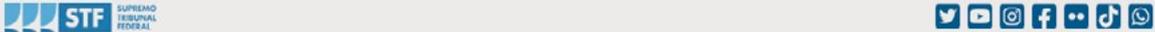
Assinaram a nota a ministra Rosa Weber, presidente do STF, o ministro Alexandre de Moraes, presidente do Tribunal Superior Eleitoral, a ministra Maria Thereza de Assis Moura, presidente do Superior Tribunal de Justiça, o ministro Lelio Bentes Corrêa, presidente do Tribunal Superior do Trabalho, e o ministro general de Exército Lúcio Mário de Barros Góes, presidente do Superior Tribunal Militar.



Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



Foto: Carlos Moura/SCO/STF



Institucional | Processos | Repercussão Geral | Jurisprudência | Publicações | Estatística | Comunicação

Nota do STF sobre vandalismo e atos antidemocráticos em Brasília

Presidente do STF, Ministra Rosa Weber, diz que Suprema Corte não se deixará intimidar por atos criminosos e de delinquentes infensos ao Estado Democrático de Direito.

08/01/2023 19h15 - Atualizado há

5674 pessoas já viram isso



O edifício-sede do Supremo Tribunal Federal, patrimônio histórico dos brasileiros e da humanidade, foi severamente destruído por criminosos, vândalos e antidemocratas. Lamentavelmente, o mesmo ocorreu no Congresso Nacional e no Palácio do Planalto. As sedes dos Três Poderes foram vilipendiadas.

O Brasil viveu neste domingo - 8 de janeiro de 2023 - uma página triste e lamentável de sua história, fruto do inconformismo de quem se recusa a aceitar a democracia.

Desde que o ato foi anunciado, mantive contato com as autoridades de segurança pública, do Ministério da Justiça e do Governo do Distrito Federal. Os agentes do STF garantiram a segurança dos ministros da Corte, que acompanharam os episódios com imensa preocupação.

O STF atuará para que os terroristas que participaram desses atos sejam devidamente julgados e exemplarmente punidos. O prédio histórico será reconstruído.

A Suprema Corte não se deixará intimidar por atos criminosos e de delinquentes infensos ao Estado Democrático de Direito.

**Ministra Rosa Weber, Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF)
e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)**

Na mesma noite, a ministra Rosa Weber foi ao prédio, acompanhada dos ministros Luís Roberto Barroso e Dias Toffoli. O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, chegou de viagem e também foi ao STF.



Presidente Rosa Weber e ministros Luís Roberto Barroso e Dias Toffoli, no STF, no dia dos ataques. *Fotos: Rosinei Coutinho/SCO/STF*

Na manhã do dia seguinte, em 9 de janeiro, os presidentes da República, do STF e da Câmara dos Deputados se reuniram no Palácio do Planalto. O encontro contou com a participação de ministros do Supremo e de Estado. À noite e no mesmo local, se encontraram com governadores. Na ocasião, Rosa Weber agradeceu a solidariedade dos governadores e destacou a importância do gesto para a unidade nacional.



Presidente Rosa Weber e ministros, no Palácio do Planalto.

Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil



Ministra Rosa Weber e os ministros Luís Roberto Barroso, Ricardo Lewandowski e Dias Toffoli, durante encontro no Palácio do Planalto.

Foto: Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

“Esse apoio, essa solidariedade, sobretudo o sentido desta união em torno de um Brasil que todos nós queremos, que é um Brasil de paz, um Brasil solidário, um Brasil fraterno, é extremamente importante”.

Ministra Rosa Weber

em reunião no Palácio do Planalto



No Palácio do Planalto, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva; a presidente do STF, Rosa Weber; ministros da Corte Luís Roberto Barroso, Ricardo Lewandowski e Dias Toffoli; presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira; governadores; e outras autoridades.

Foto: Ricardo Stuckert/PR



Autoridades atravessam a Praça dos Três Poderes em direção à sede do STF. Foto: Ricardo Stuckert/PR

Após o encontro na Presidência da República, o presidente Lula, a ministra Rosa Weber e os demais participantes da reunião foram ao STF. Em um gesto simbólico de união dos Poderes e de defesa da democracia, atravessaram a Praça dos Três Poderes a pé. Também acompanharam a visita os ministros Ricardo Lewandowski, Dias Toffoli, Luís Roberto Barroso e Alexandre de Moraes, que chegou de viagem e se dirigiu diretamente ao STF.



Presidente da República e ministros do STF na sede da Corte. Foto: Ricardo Stuckert/PR



No Plenário do STF, presidente e vice-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva e Geraldo Alckmin; presidente do STF, Rosa Weber; e ministros da Corte Luís Roberto Barroso, Ricardo Lewandowski e Dias Toffoli.

Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



Ministros, parlamentares e governadores na sede do STF.

Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

A presidente do STF, ministra Rosa Weber, convocou inédita sessão extraordinária permanente, na modalidade virtual, para atender eventuais intercorrências decorrentes das investigações iniciadas, a evidenciar que o Tribunal estava de prontidão no pleno exercício da atividade jurisdicional e na defesa intransigente da democracia, mesmo durante o recesso forense. Além disso, a ministra Rosa Weber instituiu, no dia 10 de janeiro, o gabinete extraordinário.

Vistoria

O prédio do STF passou por perícia técnica da Polícia Federal (PF), iniciada em 9 de janeiro. A presidente Rosa Weber acompanhou os trabalhos técnicos e visitou todos os espaços destruídos pelos vândalos. O edifício permaneceu interditado até a conclusão dos trabalhos da PF, que ocorreu na quarta-feira, 11 de janeiro.



Instalações passam por perícia da Polícia Federal. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



Ministra Rosa Weber com peritos e policiais federais no STF. Foto: Carlos Moura/SCO/STF

A perícia técnica foi realizada por aproximadamente 50 peritos e papiloscopistas da Polícia Federal, que coletaram digitais, materiais genéticos, pegadas e outros itens que ajudaram a identificar os responsáveis pelos atos de vandalismo e sua forma de atuação. O material foi cruzado com as informações dos detidos após a depredação da Corte.

Foram utilizados *scanners* em 3D, *drones* e outros equipamentos tecnológicos, e todo o conteúdo foi analisado por diversos especialistas, que ajudaram na elaboração do laudo. Os trabalhos dos peritos no STF foram coordenados por Carlos Eduardo Palhares, da Polícia Federal, especialista em perícia em casos de desastres. Com o fim da perícia, o Supremo deu início aos trabalhos de inventário para cálculo dos prejuízos decorrentes do vandalismo.

A ministra da Cultura, Margareth Menezes, o secretário-executivo da pasta, Márcio Tavares, e o presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Leandro Grass, também estiveram no local no dia 10 de janeiro para verificar os danos ao prédio. Na ocasião, Margareth Menezes declarou que a destruição causada no Supremo foi mais grave do que a registrada no Palácio do Planalto e no Congresso Nacional. “É indescritível. É realmente a negação do respeito pelo Brasil, pela democracia e pelo Poder Judiciário. Não tenho palavras para traduzir tamanha bestialidade”, pontuou.



Edifício-sede do STF passa por vistoria do Ministério da Cultura e do Iphan.

Foto: Carlos Moura/SCO/STF



Equipe da Polícia Federal faz perícia no edifício-sede.

Foto: Carlos Moura/SCO/STF

A ministra Cármen Lúcia e os ministros Ricardo Lewandowski, Alexandre de Moraes, Gilmar Mendes e André Mendonça também estiveram no local para vistoriar o prédio nos dias seguintes aos ataques. Visivelmente emocionado, o decano Gilmar Mendes se disse “chocado” e “destruído” ao ver de perto a depredação das dependências da Corte. O ministro ressaltou que todos os brasileiros precisam se perguntar como foi possível ao país chegar a esse triste episódio e pensar, com muita seriedade, em como evitar que uma tragédia como essa se repita. Para isso, defendeu que todos guardem na memória os detalhes dos atos daquele domingo, dia da invasão.



Presidente Rosa Weber vistoria as instalações do STF atingidas pelos ataques de 8 de janeiro. Foto: Carlos Moura/SCO/STF



Ministro Ricardo Lewandowski no local dos ataques ao STF.

Foto: Carlos Moura/SCO/STF



Ministro Alexandre de Moraes no local dos ataques ao STF.

Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



Ministro Gilmar Mendes no local dos ataques ao STF.

Foto: Carlos Moura/SCO/STF



Ministro André Mendonça no local dos ataques ao STF.

Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

Início das obras de reconstrução

Após os trabalhos de perícia da Polícia Federal, equipes de limpeza, arquitetura, conservação e restauração, entre outras, iniciaram os trabalhos de recuperação do Plenário do Supremo na tarde do dia 11 de janeiro. A reconstrução do espaço para a abertura do Ano Judiciário, em 1º de fevereiro, foi obra prioritária no STF. O trabalho de reconstrução foi tratado no âmbito do gabinete extraordinário, instituído pela ministra Rosa Weber.



Início dos trabalhos de recuperação do Plenário. Foto: Carlos Moura/SCO/STF



Reunião entre a presidente Rosa Weber e ministros do STF.

Foto: Carlos Moura/SCO/STF

Em 12 de janeiro, as obras do edifício-sede foram tema de reunião entre a presidente e os ministros do STF que estavam em Brasília. Na ocasião, foram informadas e colhidas sugestões sobre o planejamento da reconstrução do prédio.

Réplica da Constituição

Uma das obras levadas do Supremo durante a invasão foi a réplica da Constituição Federal de 1988. Mas, ela foi recuperada e entregue, no dia 13 de janeiro, à presidente da Corte pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino. No encontro, estiveram presentes a ministra Cármen Lúcia e o diretor da Polícia Federal, Andrei Passos Rodrigues.



Entrega da réplica da Constituição Federal de 1988. Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

Apoio à Suprema Corte

As imagens de destruição de prédios históricos do país geraram comoção e consternação tão logo foram televisionadas e veiculadas pela imprensa e redes sociais.

Dez ex-presidentes da Suprema Corte emitiram nota conjunta de repúdio aos atos do dia 8 de janeiro. Assinaram o documento: Ayres Britto, Carlos Velloso, Celso de Mello, Cezar Peluso, Ellen Gracie, Joaquim Barbosa, Nelson Jobim, Néri da Silveira, Sepúlveda Pertence e Sydney Sanches.

Diversas autoridades visitaram o STF para prestar solidariedade ao Tribunal durante audiências com a ministra Rosa Weber nos dias subsequentes aos ataques, como o embaixador da União Europeia no Brasil, Ignacio Ybáñez. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, esteve na Corte, ocasião em que ouviu relatos sobre o planejamento da reconstrução do edifício-sede. Participaram desse encontro, além da presidente do STF, a ministra Cármen Lúcia e os ministros Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski, Dias Toffoli e Alexandre de Moraes.

NOTA DE REPÚDIO A CRIMES E DE APOIO A MEDIDAS OFICIAIS DE APURAÇÃO DELES

Nós, abaixo assinados, todos ministros aposentados e ex-presidentes do Supremo Tribunal Federal, vimos a público para dar conta do nosso mais veemente repúdio aos atos, ontem perpetrados em Brasília (Praça dos Três Poderes), de tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, de golpe contra esse Estado mesmo, além de terrorismo e depredação do patrimônio físico, histórico, artístico e cultural assim da Nação brasileira como da própria humanidade. Com esse mesmo firme propósito, externamos o nosso apoio às medidas investigativas, cautelares e de prisão em flagrante até agora adotadas pelos três respeitáveis Poderes da União, no sentido de chamar à devida responsabilidade civil, penal, política e administrativa todos quantos se atreveram a conceber, fomentar, financiar e, por ação ou omissão, realizar tão repulsivo e odioso atentado às instituições democráticas, sobretudo.

Brasília (DF), 9 de janeiro de 2023

Ayres Britto	Joaquim Barbosa
Carlos Velloso	Nelson Jobim
Celso de Mello	Néri da Silveira
Cezar Peluso	Sepúlveda Pertence
Ellen Gracie	Sydney Sanches



Audiência com Ignacio Ybáñez, embaixador da União Europeia no Brasil. Foto: Carlos Moura/SCO/STF



Ministros do STF recebem em audiência o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

Cortes Constitucionais

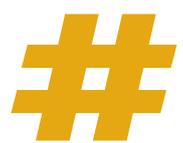
Instituições de vários setores da sociedade também encaminharam manifestações de solidariedade à Suprema Corte: universidades; empresas privadas; tribunais de Contas, de Justiça, do Trabalho e Eleitoral; câmaras municipais; associações de classe da magistratura, da advocacia e de servidores; entidades representativas de diversos segmentos; parlamentares, ministros de tribunais superiores e estudantes.

A Defensoria Pública da União (DPU), em ofício enviado à presidente Rosa Weber pelo então defensor público-geral federal, Daniel de Macedo Alves Pereira, declarou que “as liberdades civis, políticas e direitos sociais conquistados pela luta de trabalhadores e trabalhadoras, movimentos políticos concretizados na Constituição Federal de 1988, não podem ser aviltados por atos de grupos que incitam o desrespeito à ordem jurídica, à cidadania, ao pluralismo político e às diversidades”.

Já o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Frederico Mendes Júnior, ressaltou que o Supremo “tem sido decisivo para evitar rupturas institucionais e manter a ordem democrática em momentos de turbulências”.

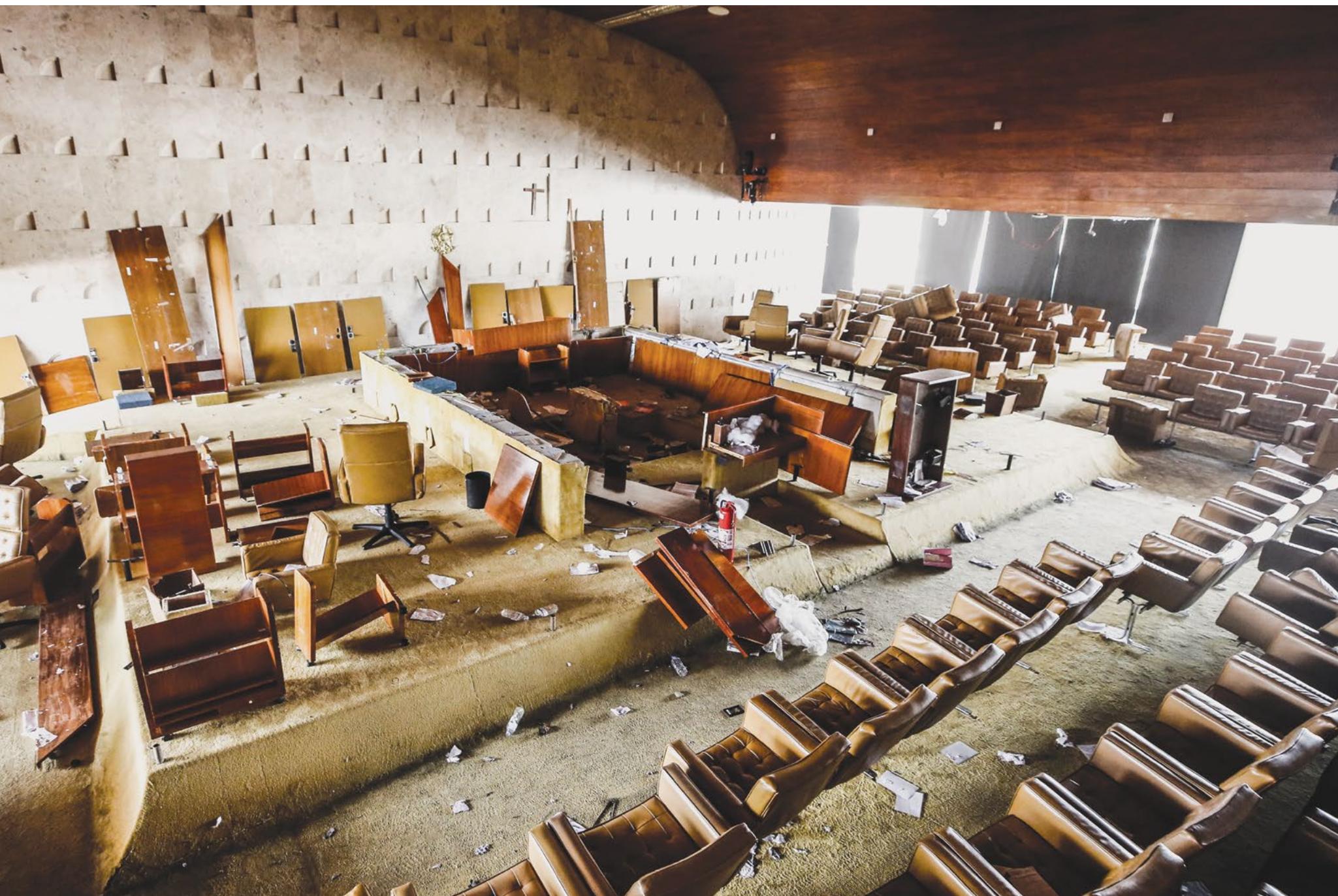
A Presidência do Supremo recebeu declarações de repúdio de representantes de Cortes estrangeiras. Em nome do Conselho dos Presidentes da Conferência das Jurisdições Constitucionais dos Países de Língua Portuguesa (CJCPLP), a presidente do colegiado, Lúcia da Luz Ribeiro, repudiou o “atentado perpetrado contra a democracia do Brasil”.

No mesmo sentido, prestaram solidariedade à Suprema Corte do Brasil representantes de vários órgãos internacionais: Laurent Fabius, presidente do Conselho Constitucional da França; João Pedro Caupers, presidente do Tribunal Constitucional de Portugal; Henrique Luís de Brito Araújo, presidente do Supremo Tribunal de Justiça de Portugal; José Pedro Sambú, presidente do Supremo Tribunal de Justiça de Guiné-Bissau; Schnutz Dürr, secretário-geral da Conferência Mundial sobre Justiça Constitucional; e José António de Sousa Lameira, vice-presidente do Conselho Superior da Magistratura de Portugal.



Capítulo 3

a **reconstrução**



Plenário do STF destruído após os ataques. Foto: Felipe Sampaio /SCO/STF

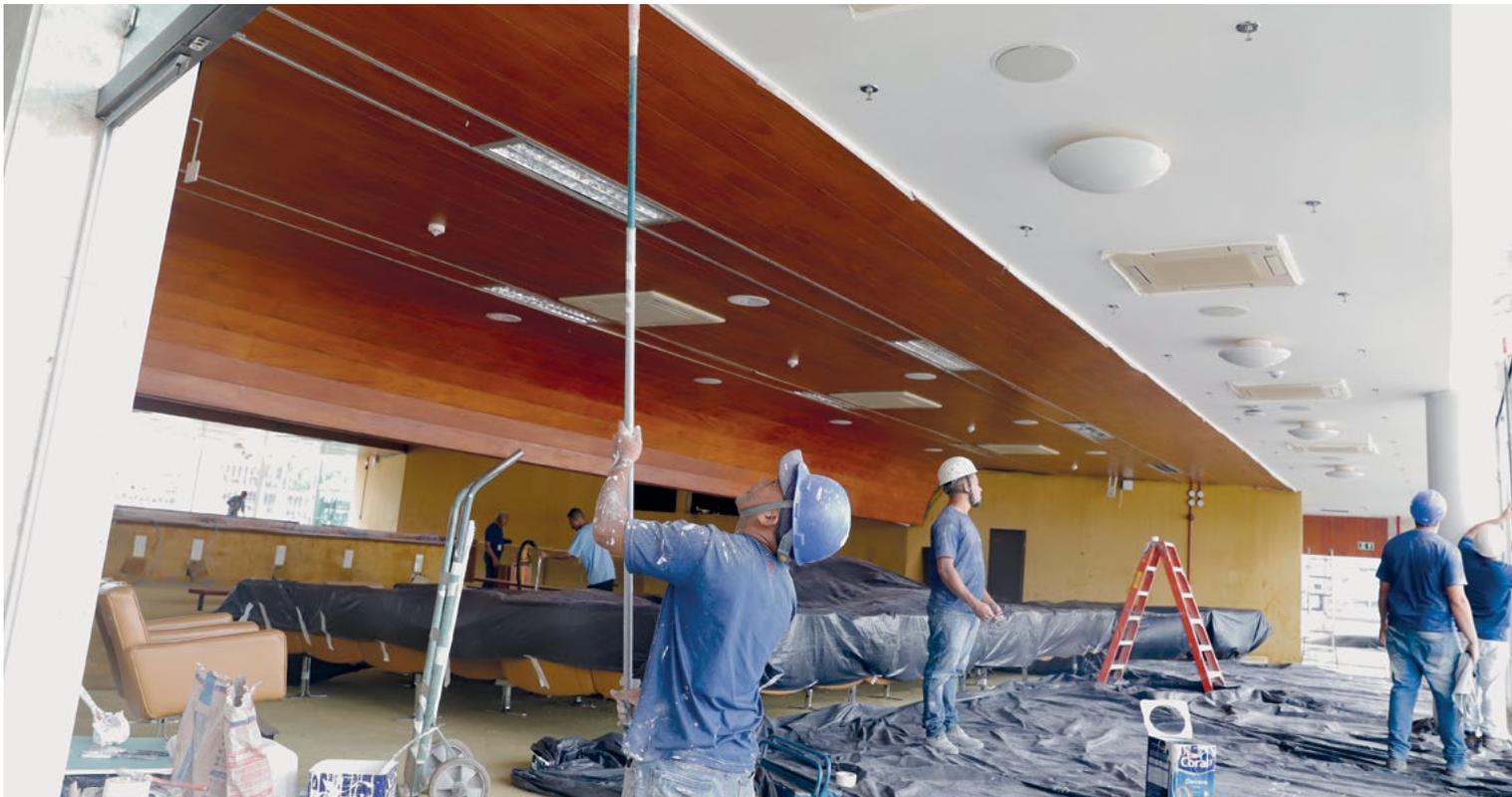


A presidente do STF, ministra Rosa Weber, na primeira manifestação após os atos de vandalismo, sentenciou: “O prédio histórico será reconstruído”. Por decisão da ministra, o primeiro passo foi reconstituir o Plenário da Corte para a sessão solene de abertura do Ano Judiciário, em 1º de fevereiro de 2023, conforme por ela anunciado logo no dia seguinte aos ataques.

Na ocasião, a ministra destacou que o compromisso assumido de deixar o Plenário pronto para o retorno das sessões de julgamento era uma demonstração da

independência do Poder Judiciário e da função do STF de guardião da Constituição.

Para essa missão, a ministra incumbiu a coordenação conjunta do Gabinete Extraordinário, instituído para reconstrução do Plenário do Supremo, à chefe de gabinete da Presidência, Paula Pessoa Pereira; ao diretor-geral da Secretaria do Tribunal, Miguel Ricardo de Oliveira Piazzzi; e ao secretário-geral da Presidência, Estêvão André Cardoso Waterloo.



Plenário sendo restaurado. Foto: Rosinei Coutinho SCO/STF

12/01/2023 18:44

STF Digital

PORTARIA Nº 14, DE 10 DE JANEIRO DE 2023.

*Institui Gabinete extraordinário para reconstrução do
Plenário do Supremo Tribunal Federal.*

A PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no uso de suas
atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a destruição do edifício-sede do Supremo Tribunal Federal,
patrimônio histórico dos brasileiros e da humanidade, perpetrada em 8 de janeiro de 2023 por terroristas
- criminosos antidemocratas,

CONSIDERANDO o norte da proteção jurisdicional da Constituição e da integridade do
regime democrático, proposto no plano estratégico da gestão 2022/2023,

CONSIDERANDO competir ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da
Constituição, a teor do seu art. 102,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir gabinete extraordinário com a finalidade de reconstruir o
Plenário do Supremo Tribunal Federal, que será composto por representantes das diversas áreas desta
Corte, bem como de órgãos públicos e instituições civis que detenham expertise.

Art. 2º O rol dos integrantes do gabinete extraordinário, que funcionará
sob a coordenação conjunta da Chefe de Gabinete da Presidência, do Diretor-Geral da
Secretaria do Tribunal e do Secretário-Geral da Presidência, constará de processo administrativo próprio.

Parágrafo único. O gabinete extraordinário funcionará, diariamente, na sede do Supremo
Tribunal Federal, até a entrega, em 1º de fevereiro de 2023, do Plenário desta Casa.

Art. 3º A participação no gabinete extraordinário não acarreta custos para os cofres
públicos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ministra **ROSA WEBER**
Presidente

Publicada no DJE/STF em 12/1/2023.

Funcionamento do Gabinete Extraordinário

O Gabinete, composto de representantes das mais diversas áreas do Tribunal, funcionou diariamente até a entrega do Plenário em 1º de fevereiro, ou seja, a equipe teve pouco mais de vinte dias para a abertura do Ano Judiciário.

No dia 10 de janeiro, dois dias após os ataques, foi realizada a primeira reunião do grupo com a participação de mais de 40 pessoas das mais diversas áreas. A cada dia era produzido um relatório com o andamento dos trabalhos e as providências a serem adotadas no dia seguinte.



Reunião do Gabinete Extraordinário. Fotos: Felipe Sampaio /SCO/STF

Durante esses encontros, eram discutidos todos os detalhes para a reconstrução do Plenário, desde contratações emergenciais, parcerias e serviços até a logística para que servidores e colaboradores que trabalham no edifício-sede pudessem retirar seus pertences pessoais e retornar ao trabalho em outras dependências do STF.

Os integrantes do Gabinete Extraordinário acompanharam de perto a evolução das etapas do projeto, como a restauração dos vidros, paredes, teto, obras de arte, sistema de incêndio, mobiliário, cortinas, computadores, iluminação, rede elétrica, sistemas de áudio e vídeo, limpeza e sanitização do carpete.

Ficaram prontas, no dia 1º de fevereiro, todas as áreas da parte térrea do edifício-sede: Plenário, Hall dos Bustos e o Salão Branco.

A parte externa do STF também recebeu atenção especial para a abertura do Ano Judiciário. A estátua “A Justiça”, localizada em frente à Suprema Corte, pichada durante os atos antidemocráticos, passou por um processo de lavagem.



Reconstrução do Plenário. Foto: Carlos Moura/SCO/STF



Equipes de trabalho se unem para recuperar o Plenário.

Foto: Carlos Moura/SCO/STF

Recuperação dos demais andares

Após o Plenário e as áreas térreas serem completamente reformados, os esforços foram concentrados nos demais andares do edifício-sede, onde estão o Gabinete da Presidência, a Secretaria-Geral, o Salão Nobre, a Diretoria-Geral, a Assessoria de Plenário, a Secretaria de Comunicação Social, bem como o Comitê de Imprensa, que é o local reservado aos jornalistas dos veículos da mídia que fazem a cobertura diária das atividades da Corte.

Esses espaços foram igualmente atingidos de forma brutal pelos vândalos, que deixaram um rastro de destruição por corredores e salas. Foram rompidas fiações, quebrados equipamentos, como câmeras fotográficas e computadores, como também foram estilhaçadas, arrancadas e danificadas, de diversas formas, obras de arte de valor inestimável do Salão Nobre do Supremo, localizado no segundo andar do edifício-sede.

E os servidores e colaboradores responsáveis pela reforma seguiam com a mesma dedicação e empenho para a recuperação dos demais pavimentos destruídos. Em março de 2023, foi concluída a reconstituição do terceiro andar, permitindo o retorno da presidente do STF ao seu gabinete de trabalho.



Sala de audiência da Presidência. Em cima da mesa, o crucifixo feito dos escombros retirados do edifício-sede, presente dado pelos servidores à presidente Rosa Weber.

Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

Na sessão plenária do dia 12 de abril, após completar três meses dos atentados, a presidente Rosa Weber enfatizou que o ataque às instalações físicas do Tribunal, **“longe do pretendido aviltamento da instituição, produziu o efeito inverso, pois fortaleceu a comunhão nacional em torno do princípio nuclear que consagra entre nós a ideia democrática”**.

Em 18 de abril, nos 100 dias após os atos antidemocráticos, a ministra anunciou o término das obras de reconstrução e restauro do 2º pavimento, destacando que o prédio histórico do Supremo Tribunal Federal foi integralmente reconstituído.

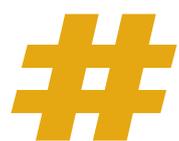
“Marcamos o encerramento dos trabalhos de reconstituição, graças ao trabalho incansável do nosso corpo funcional, constituído por servidores e colaboradores que não só amam essa instituição como amam nossa democracia constitucional”, disse a presidente.

Os 100 dias de trabalho envolveram cerca de 400 servidores públicos e profissionais de outras instituições governamentais e empresas. Para homenagear essa força-tarefa, a ministra determinou o registro, em portaria, do reconhecimento aos essenciais e valiosos serviços prestados na reconstrução da sede do STF.

Segundo a presidente, apenas os itens do Salão Nobre, como mobiliário, lustres, espelhos e obras de arte, continuariam por mais alguns meses aos cuidados dos restauradores da Corte e das universidades federais, que se ofereceram para auxiliar na restauração.

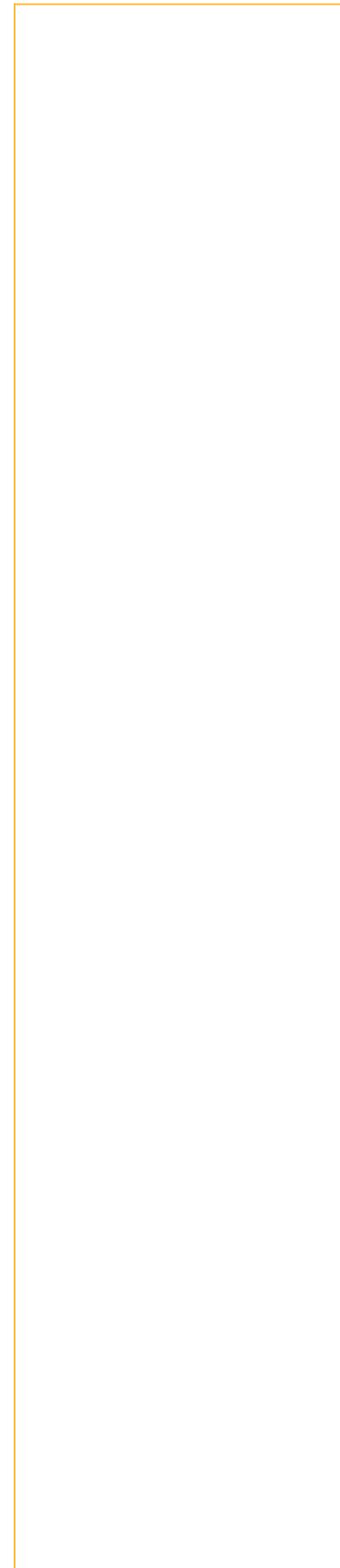


Presidente Rosa Weber em manifestação no Plenário. Foto: Carlos Moura/SCO/STF



Capítulo 4

galeria de **fotos**





Plenário da Suprema Corte reconstituído. Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

Área externa



8.1.2023 - Foto: Gabriela Biló/Folhapress



12.1.2023 – Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



8.1.2023 – Foto: Joedson Alves/Agência Brasil



8.1.2023 – Foto: Joedson Alves/Agência Brasil



8.1.2023 – Foto: Miguel Piazzi/STF



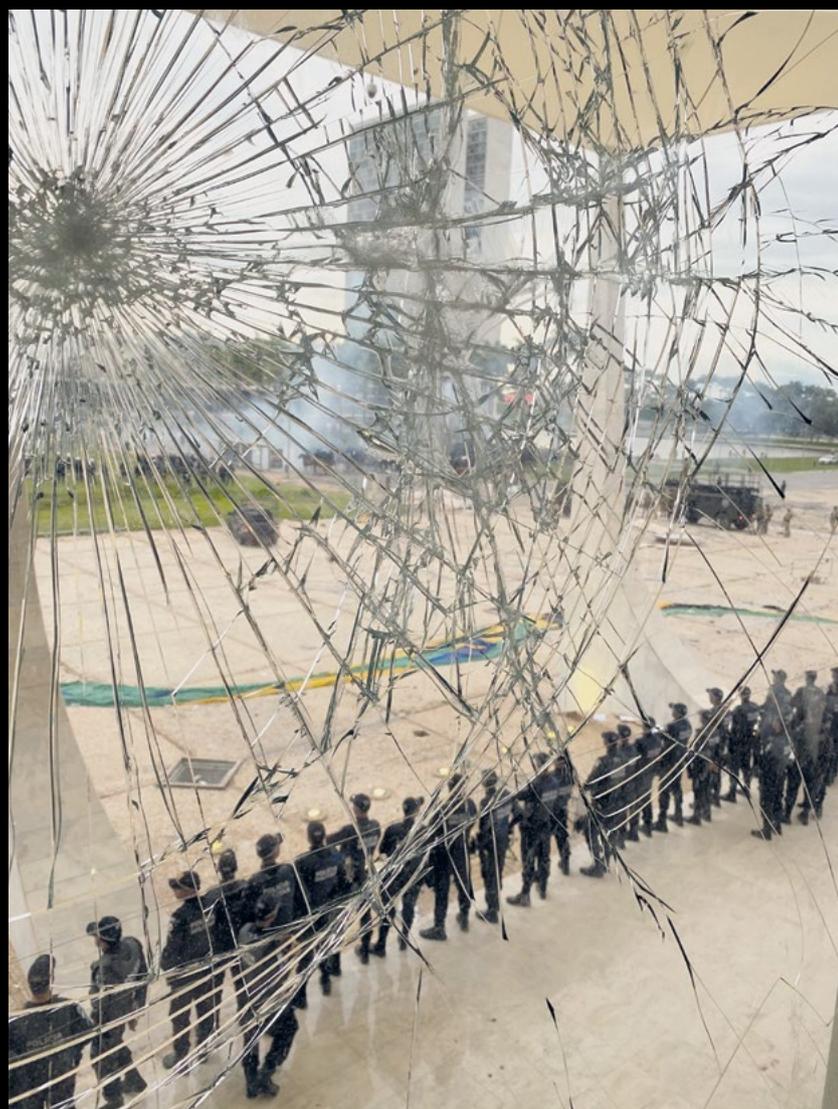
8.1.2023 – Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil



12.1.2023 – Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



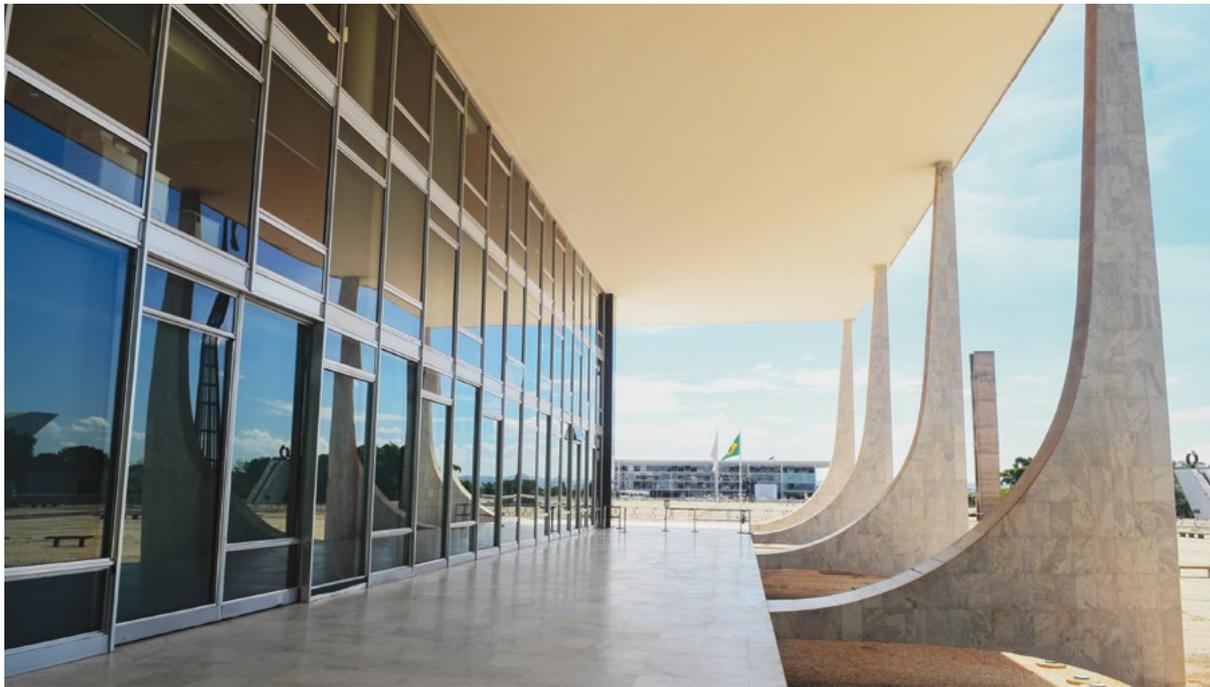
8.1.2023 – Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil



8.1.2023 – Foto: Miguel Piazzi/STF



Fevereiro de 2023 - Foto: Carlos Moura/SCO/STF



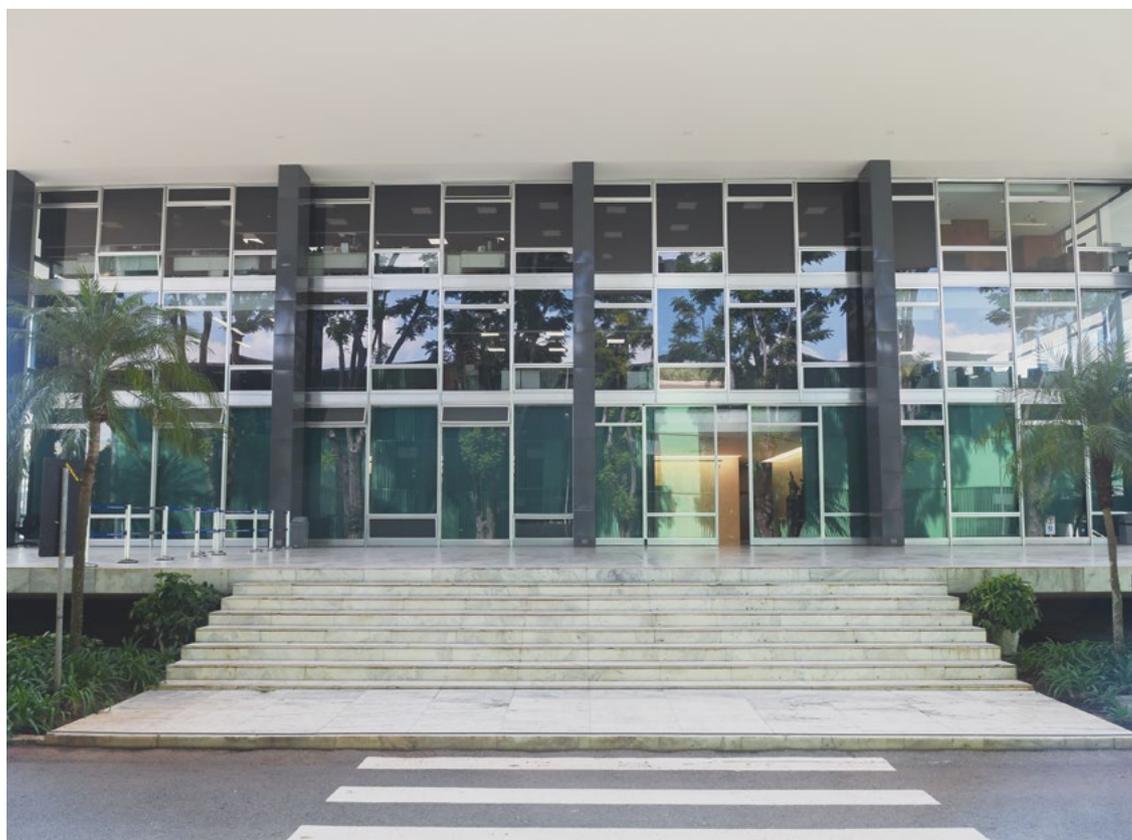
Fevereiro de 2023 - Foto: Carlos Moura/SCO/STF



8.1.2023 - Foto: Miguel Piazzi/STF



18.1.2023 - Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



Fevereiro de 2023 - Foto: Carlos Moura/SCO/STF



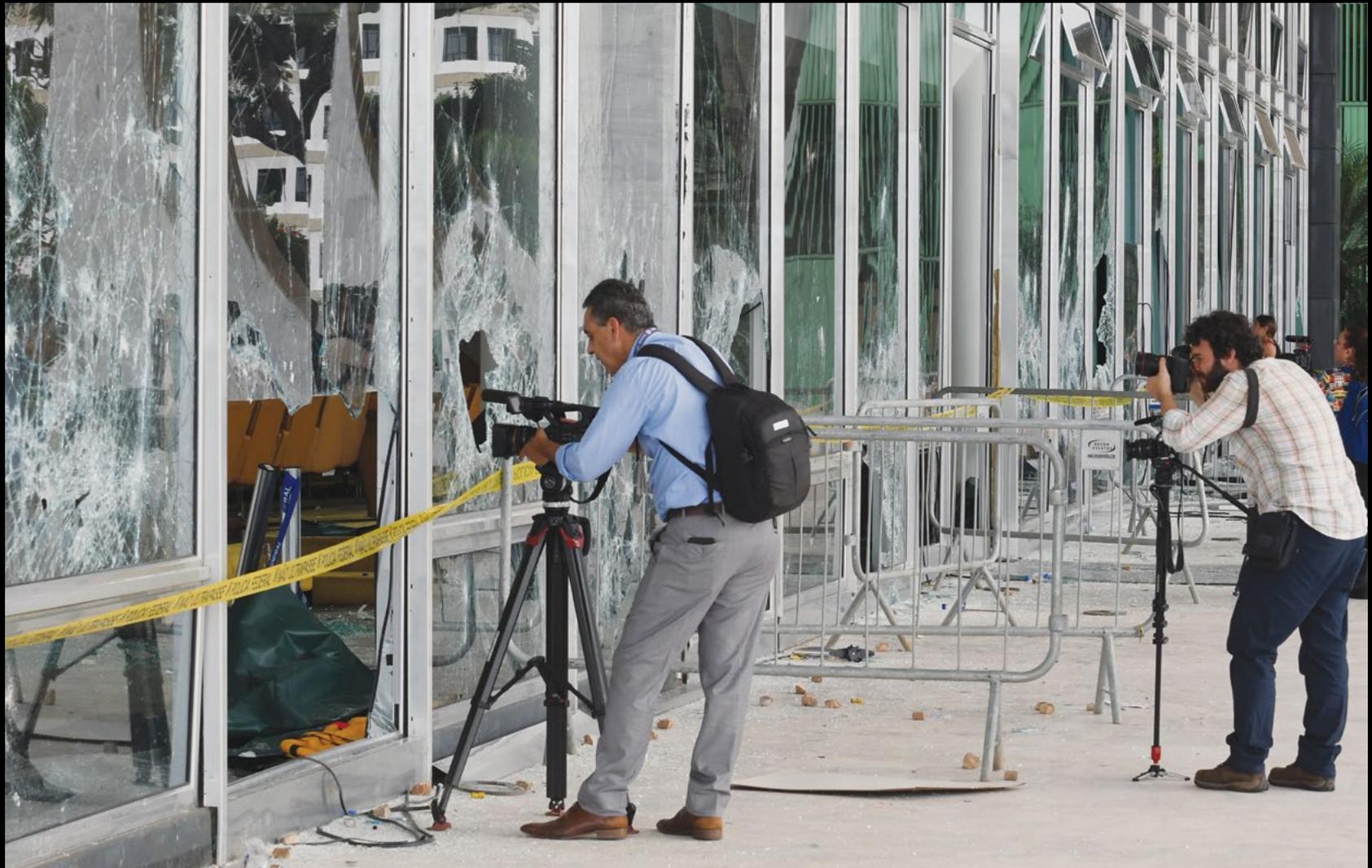
Fevereiro de 2023 - Foto: Carlos Moura/SCO/STF



9.1.2023 - Foto: Carlos Moura/SCO/STF



Fevereiro de 2023 - Foto: Carlos Moura/SCO/STF



10.1.2023 – Foto: Carlos Moura/SCO/STF



10.1.2023 – Foto: Valter Campanato/Agência BrasilSTF



10.1.2023 – Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



10.1.2023 – Foto: Valter Campanato/Agência Brasil



10.1.2023 – Foto: Valter Campanato/Agência Brasil



11.1.2023 – Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



11.1.2023 – Foto: Carlos Moura/SCO/STF



11.1.2023 – Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



Fevereiro de 2023 - Foto: Carlos Moura/SCO/STF

Plenário



9.1.2023 – Foto: Carlos Moura/SCO/STF



10.1.2023 – Foto: Carlos Moura/SCO/STF



12.1.2023 – Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



13.1.2023 – Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



11.1.2023 – Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



11.1.2023 – Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



16.1.2023 – Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



11.1.2023 - Foto: Carlos Moura/SCO/STF



11.1.2023 - Foto: Carlos Moura/SCO/STF



25.1.2023 – Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



20.1.2023 – Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



11.1.2023 Foto: Carlos Moura/SCO/STF



19.1.2023 – Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



30.1.2023 – Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



Fevereiro de 2023 – Foto: Nelson Jr./SCO/STF

Salão Branco



9.1.2023 – Foto: Carlos Moura/SCO/STF



11.1.2023 – Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



Fevereiro de 2023 – Foto: Nelson Jr./SCO/STF



Fevereiro de 2023 – Foto: Nelson Jr./SCO/STF



11.1.2023 – Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



11.1.2023 – Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

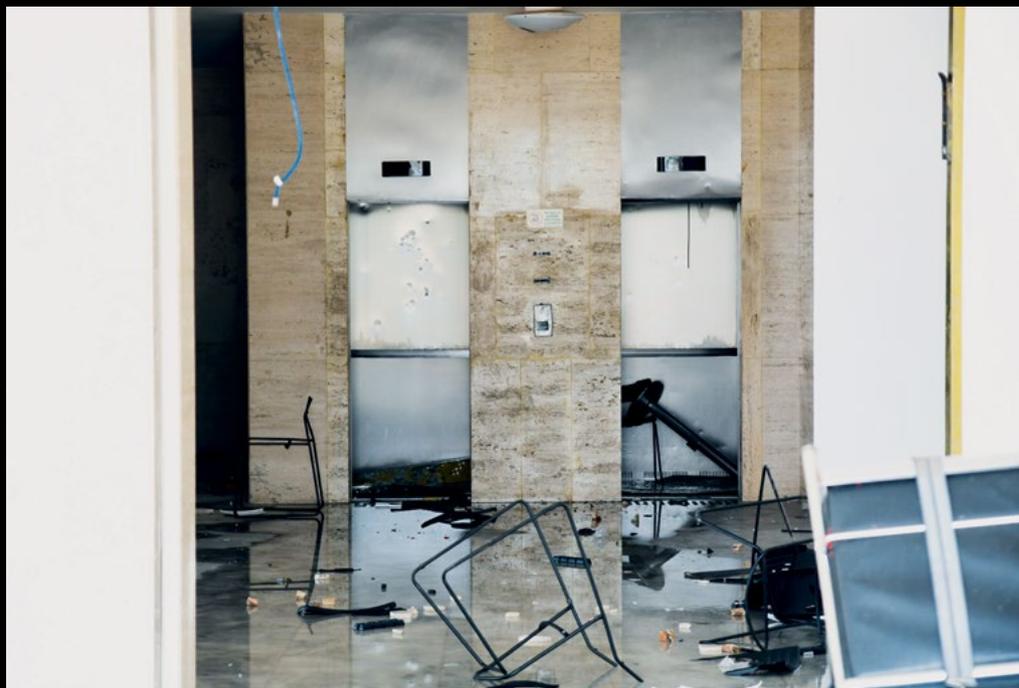


Fevereiro de 2023 – Foto: Carlos Moura/SCO/STF



Fevereiro de 2023 – Foto: Nelson Jr./SCO/STF

Hall dos Bustos



9.1.2023 - Foto: Carlos Moura/SCO/STF



11.1.2023 - Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



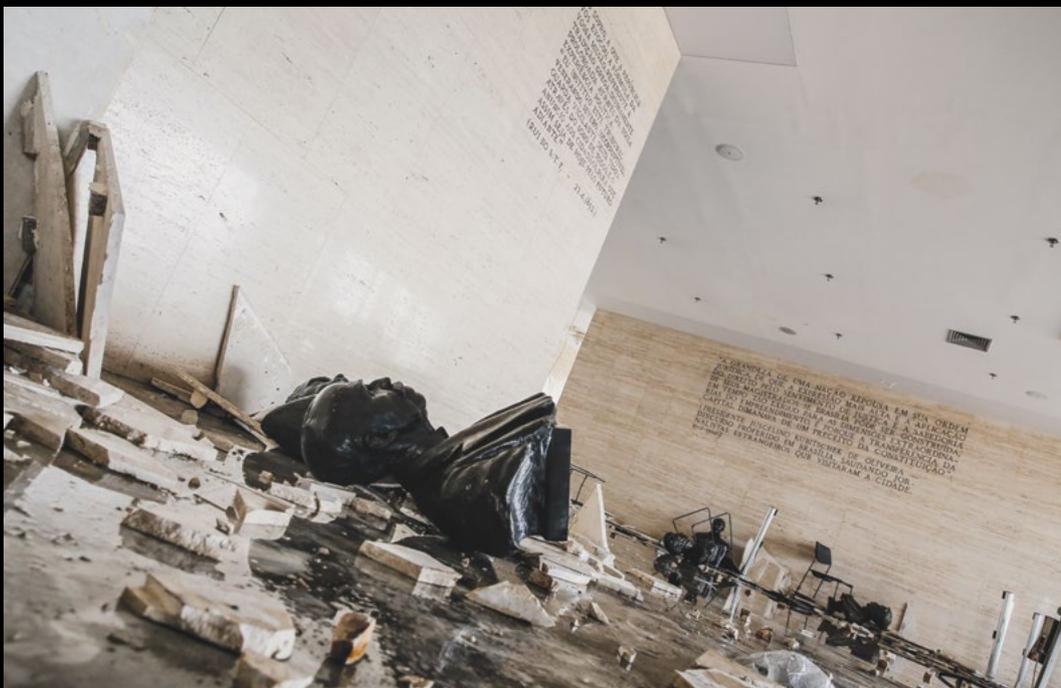
Fevereiro de 2023 - Foto: Nelson Jr./SCO/STF



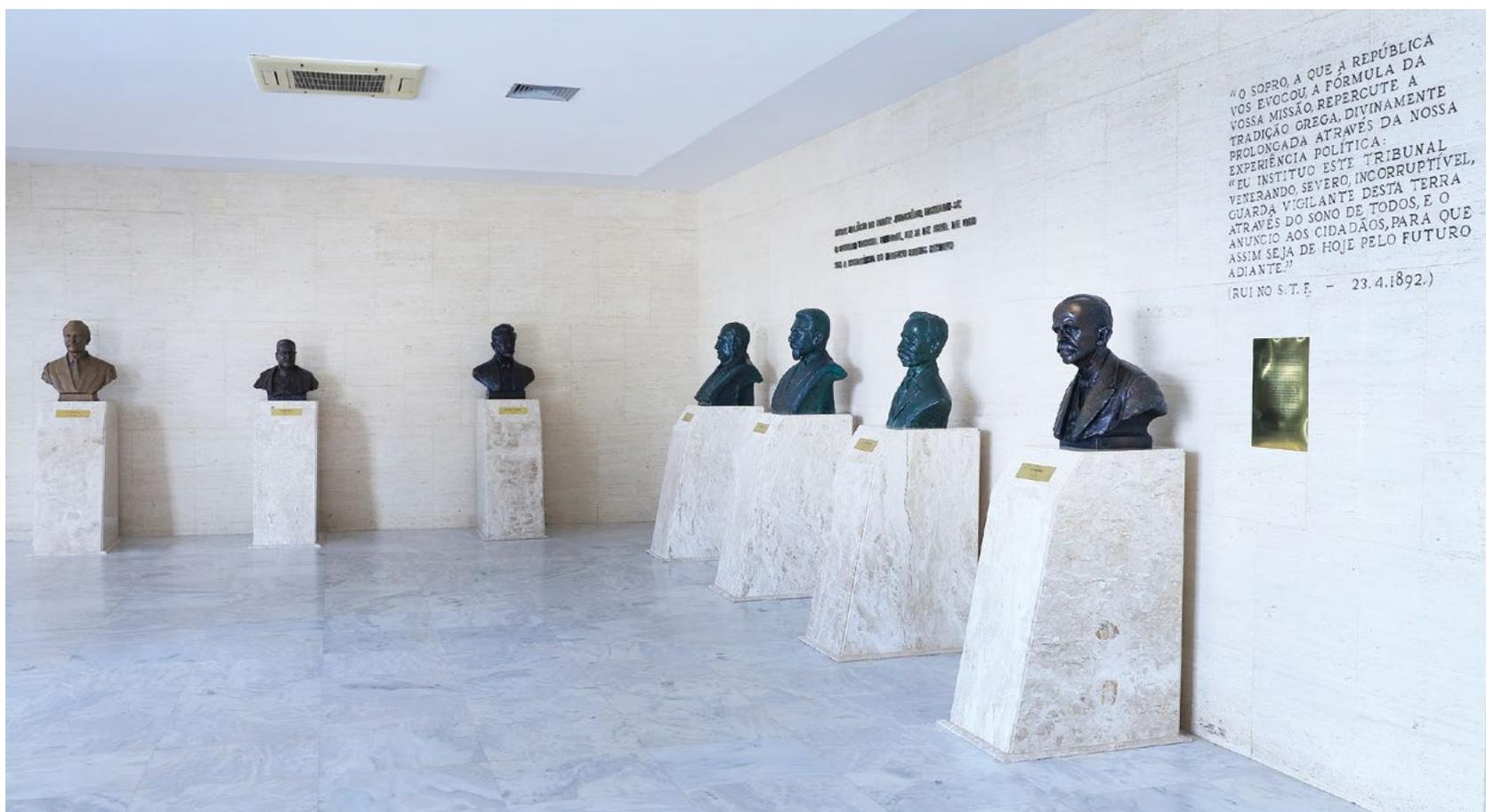
Fevereiro de 2023 - Foto: Nelson Jr./SCO/STF



11.1.2023 – Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



11.1.2023 – Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



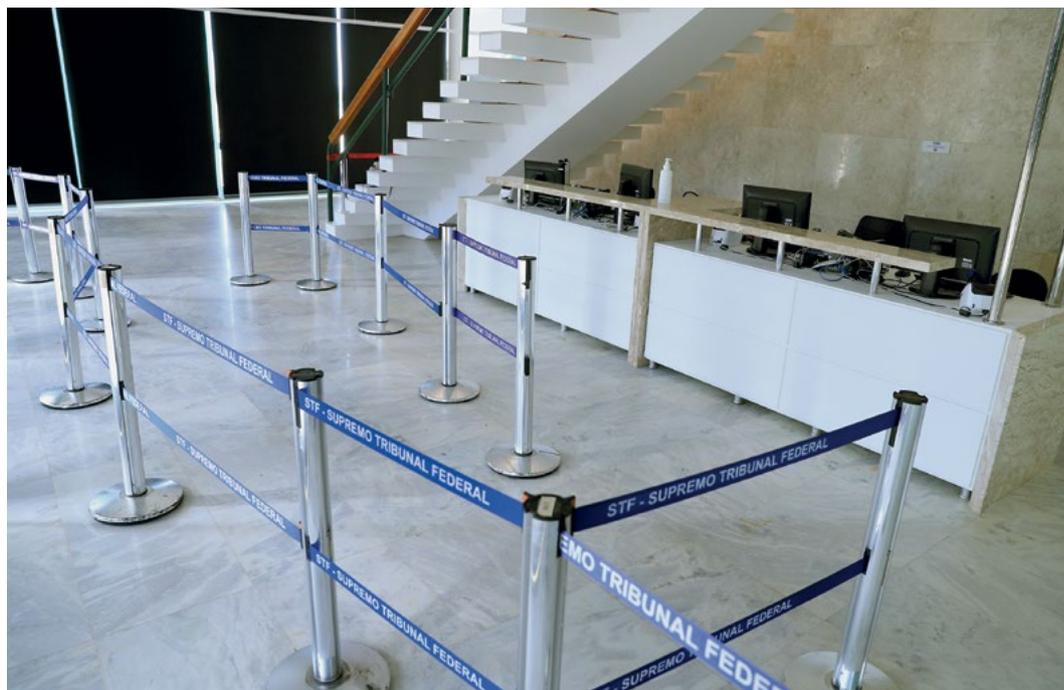
Fevereiro de 2023. Hall dos Bustos reconstruído. Foto: Nelson Jr./SCO/STF



11.1.2023 – Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



11.1.2023 – Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



Fevereiro de 2023. Foto: Nelson Jr./SCO/STF



Fevereiro de 2023. Foto: Nelson Jr./SCO/STF

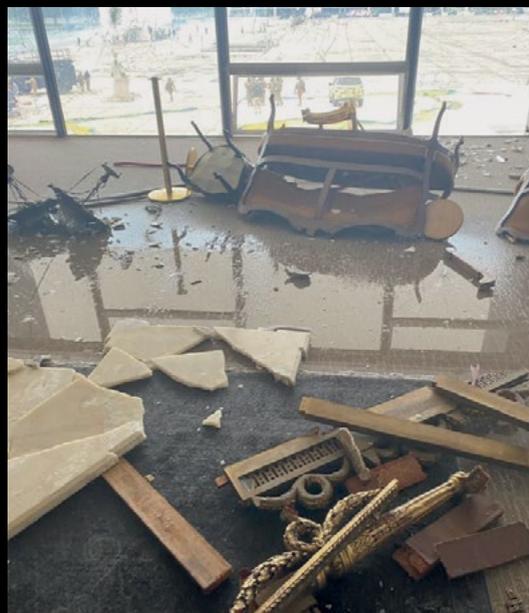
Salão Nobre



10.1.2023 – Foto: Carlos Moura/SCO/STF



8.1.2023 – Foto: Miguel Piazzzi/STF



9.1.2023 – Foto: Miguel Piazzzi/STF



11.1.2023 – Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



Abril de 2023. Foto: Nelson Jr./SCO/STF



11.1.2023 – Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

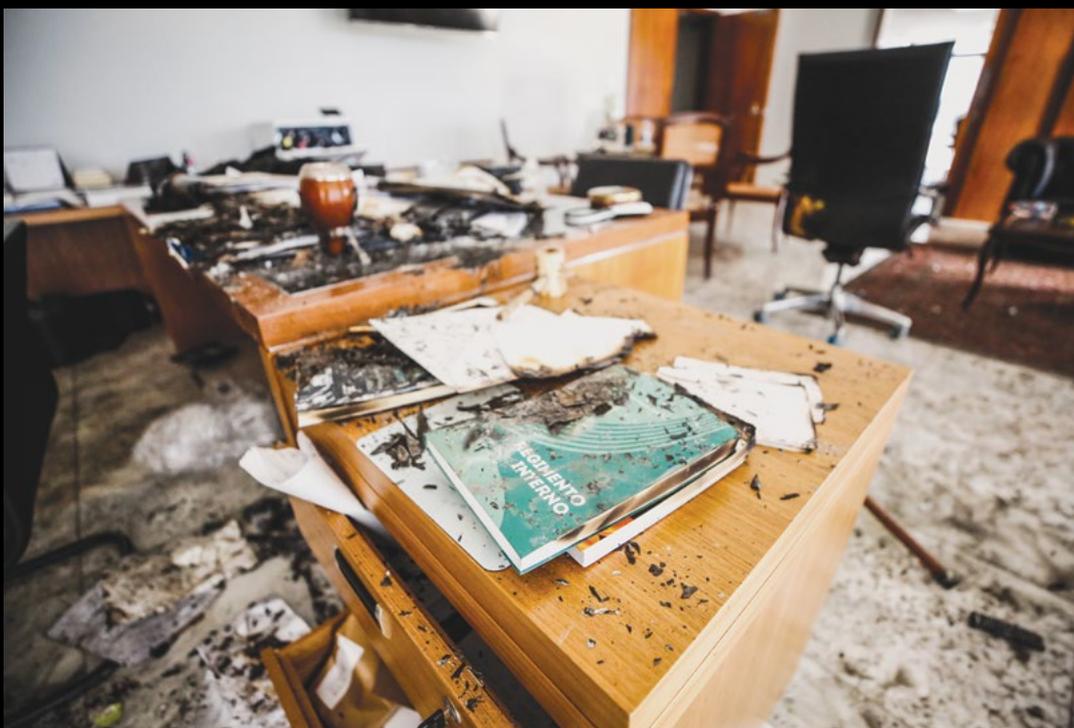


Abril de 2023. Foto: Nelson Jr./SCO/STF

Presidência



11.1.2023 – Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



11.1.2023 – Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



Março de 2023. Foto: Felipe Sampaio/SCO/STF

Áreas administrativas



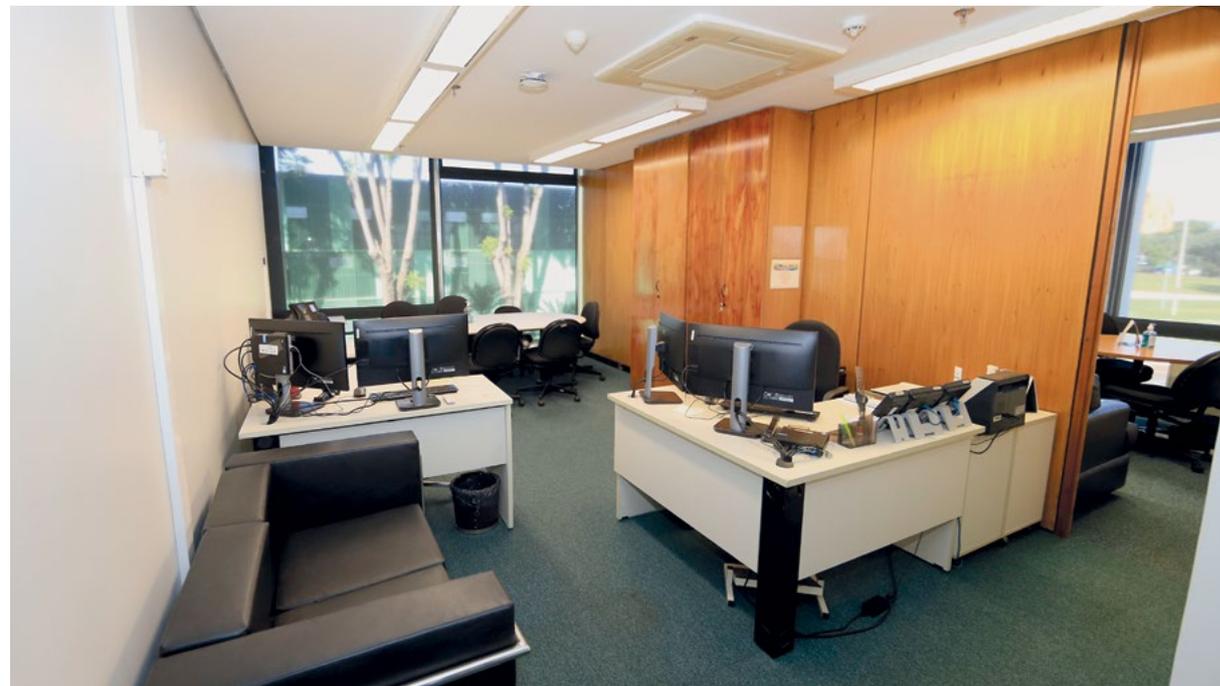
11.1.2023 – Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



17.1.2023 – Foto: Carlos Moura/SCO/STF



Abril de 2023. Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



Abril de 2023. Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



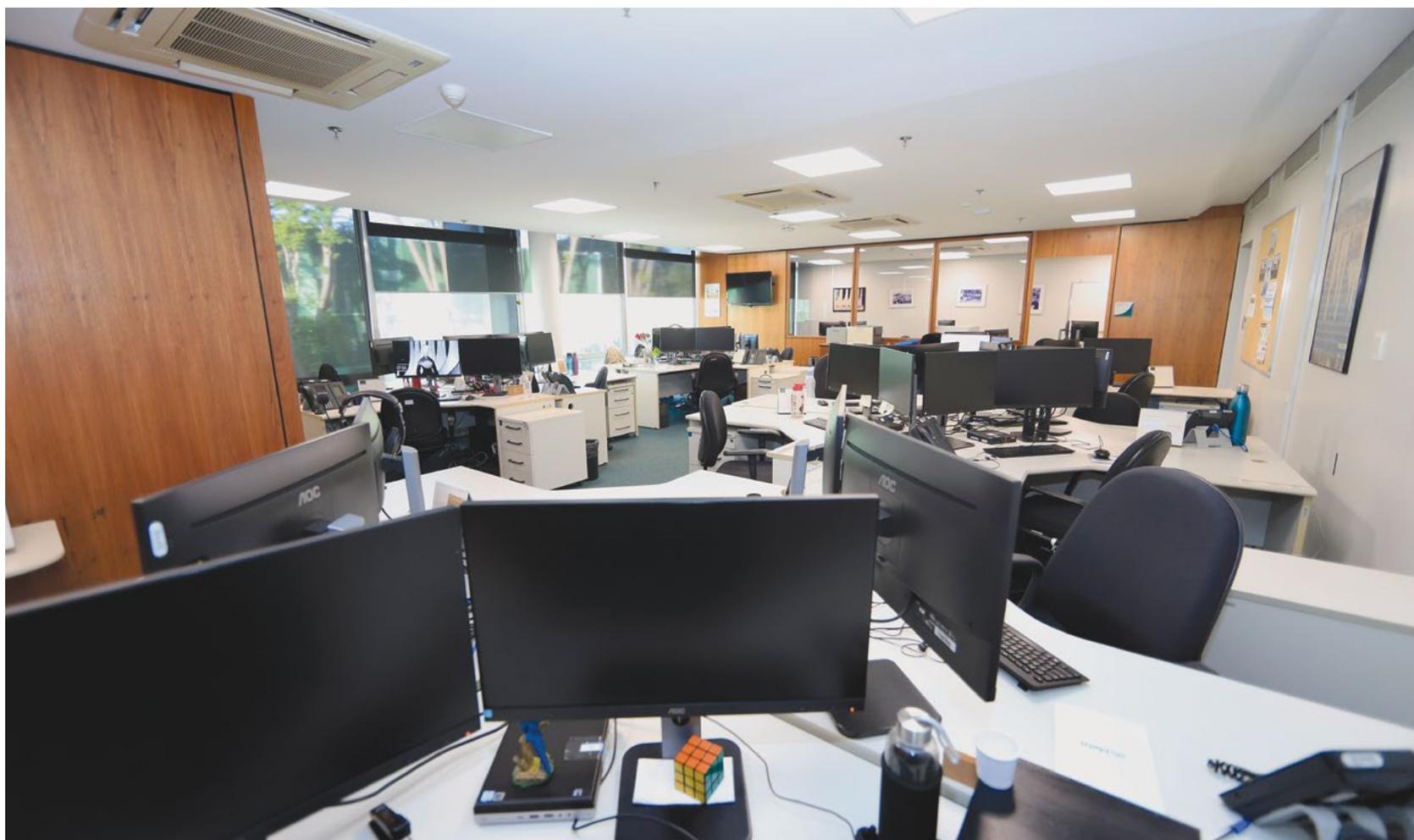
11.1.2023 – Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



11.1.2023 – Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

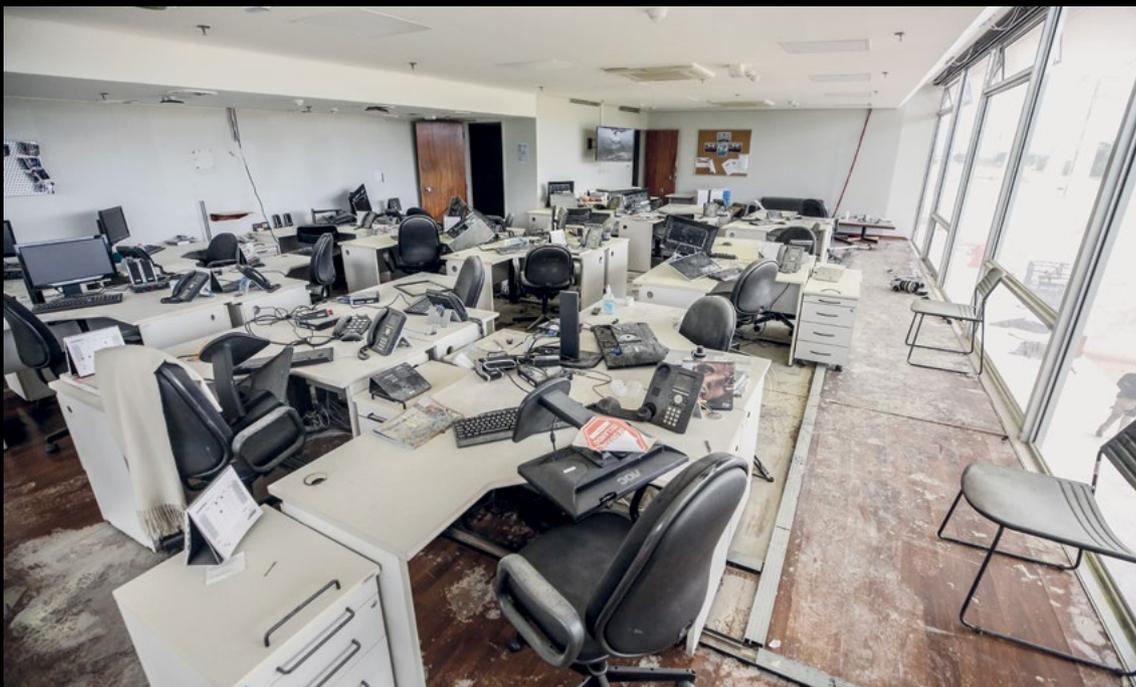


11.1.2023 – Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



Abril de 2023. Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

Comitê de Imprensa



11.1.2023 – Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



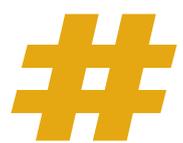
11.1.2023 – Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



Abril de 2023. Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



Abril de 2023. Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



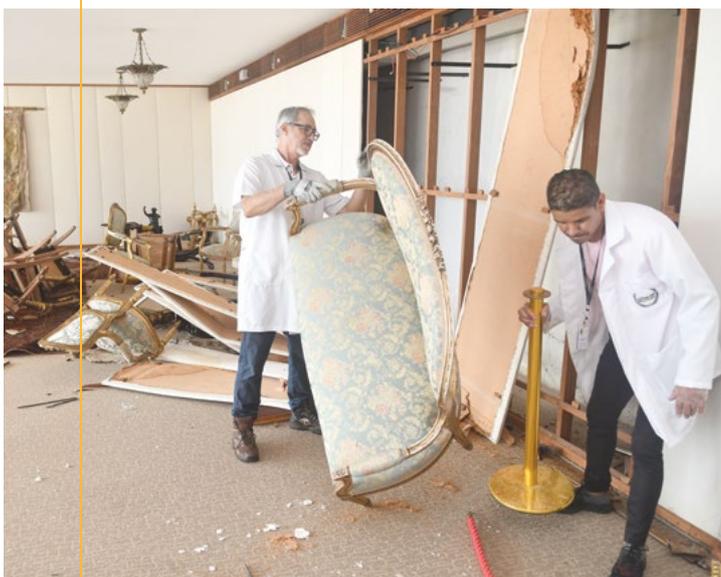
Capítulo 5

a restauração



Os atos de vandalismo de 8 de janeiro deixaram marcas que ficarão registradas na memória do país como uma tentativa de violação da democracia e do Estado Democrático de Direito. Igualmente violentas foram as marcas cravadas na estrutura física do STF, algumas jamais serão recuperadas.

A truculência perpetrada contra o patrimônio histórico alcançou os prédios dos Três Poderes. Na Suprema Corte brasileira três pavimentos do prédio principal foram atingidos. Eles reuniam esculturas, documentos, mobiliário, quadros, fotografias, presentes de chefes de Estado estrangeiros e objetos em geral, que foram alvo da ação criminosa dos vândalos.



Nos dias seguintes à invasão, a Polícia Federal realizou perícia em todos os ambientes atingidos. Após a conclusão dos trabalhos da PF, a equipe do Laboratório de Restauro da Corte teve acesso aos itens destruídos e realizou um salvamento inicial das peças, a fim de interromper a deterioração ocasionada pela exposição à água, ao pó dos extintores de incêndio e à luminosidade inadequada. Também foram recolhidos e separados fragmentos de obras de arte.



Equipe do Laboratório de Restauro da Corte avalia os estragos causados pelos ataques. *Fotos: Carlos Moura/SCO/STF*

Para recuperar os itens danificados do acervo histórico e artístico do Supremo, os restauradores higienizaram as peças, avaliaram os danos e resolveram problemas relacionados a fissuras, afundamentos, arranhões, rachaduras, cortes, encaixes, pinturas, tecidos e molduras. Para executar o trabalho de recuperação das peças, foram escolhidas ferramentas específicas, além de tintas, óleos, solventes, solda fria, entre outros materiais.





Restauração de obras de arte e de mobiliário. Fotos: Fellipe Sampaio/SCO/STF



Restauração de obras de arte e de mobiliário.

Fotos: Felipe Sampaio/SCO/STF

A restauração seguiu um cronograma de prioridades, que começou com os objetos que ficavam expostos no térreo – onde estão o Plenário, o Salão Branco e o *Hall* dos Bustos –, haja vista o compromisso assumido pela presidente do STF, ministra Rosa Weber, de que o espaço estaria pronto para a abertura do Ano Judiciário, em 1º de fevereiro de 2023. Entre os itens restaurados, estão dez bustos em bronze de figuras da História do Brasil, a galeria de fotografias dos ministros presidentes, a escultura “A Justiça”, além do crucifixo do Plenário.



Brasão e crucifixo restaurados. Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

As etapas seguintes se concentraram no gabinete da Presidência e em outras áreas do edifício-sede do Tribunal, como o Salão Nobre – local reservado para os ministros receberem chefes de Estados estrangeiros. Em sua decoração, há móveis e documentos históricos, bem como presentes recebidos de autoridades estrangeiras, a exemplo das porcelanas chinesas, que foram quebradas em vários pedaços, sem a possibilidade de restauração. Outros itens também tiveram perda total, como cadeiras, bases dos bustos, vasos e a escultura “Os Dois Magistrados”. Uma bandeira do Brasil não foi localizada.

Para recuperar o máximo possível de objetos, o Supremo contou com a cooperação institucional de profissionais da Câmara dos Deputados, do Conselho de Justiça Federal e do Superior Tribunal de Justiça.

Pontos de memória

Com o intuito de documentar e ressignificar o atentado ao patrimônio material e imaterial do STF, a Suprema Corte implementou o projeto “Pontos de Memória”. A ação consiste em exposições de peças danificadas, fragmentos decorrentes da violência e demais vestígios físicos do ataque, instaladas em locais de maior circulação de pessoas, com o objetivo de que esse dia não seja esquecido.

O primeiro ponto de memória foi o Espaço Uragami, situado no *Hall* dos Bustos, próximo a uma das entradas do Plenário. No ambiente está exposto o quadro “Os Bandeirantes de Ontem e de Hoje”, do artista plástico Masanori Uragami. A obra foi restaurada após o ataque ao Supremo.



Constituição queimada e fragmentos de peça histórica em porcelana.

Foto: Carlos Moura/SCO/STF



Exposição de peças danificadas nos ataques.

Foto: Carlos Moura/SCO/STF



Visita dos ministros ao espaço “Pontos de Memória”.

Foto: Carlos Moura/SCO/STF

Na primeira edição, foram exibidos objetos utilizados pelos invasores para iniciar a depredação do prédio – como bolas de gude e pedras portuguesas do piso da Praça dos Três Poderes –, além de fragmentos de itens do acervo histórico do Tribunal que foram totalmente destruídos – como o espelho que compunha o Salão Nobre e as fotografias arrancadas da galeria de presidentes. Um televisor mostrou imagens do resultado dos atos de vandalismo e do início dos trabalhos de restauração do edifício-sede do STF registradas pelos fotógrafos do Tribunal.

Marca permanente

A marca deixada pelos vândalos no busto de Rui Barbosa, jurista e patrono dos advogados brasileiros, permanecerá, propositalmente, sem ser restaurado. Segundo a presidente Rosa Weber, a cicatriz estampada no bronze do busto deixa como lembrança que a ignorância é “um terreno infértil, incapaz de germinar as sementes de que florescem os valores fundamentais da liberdade e da democracia”.

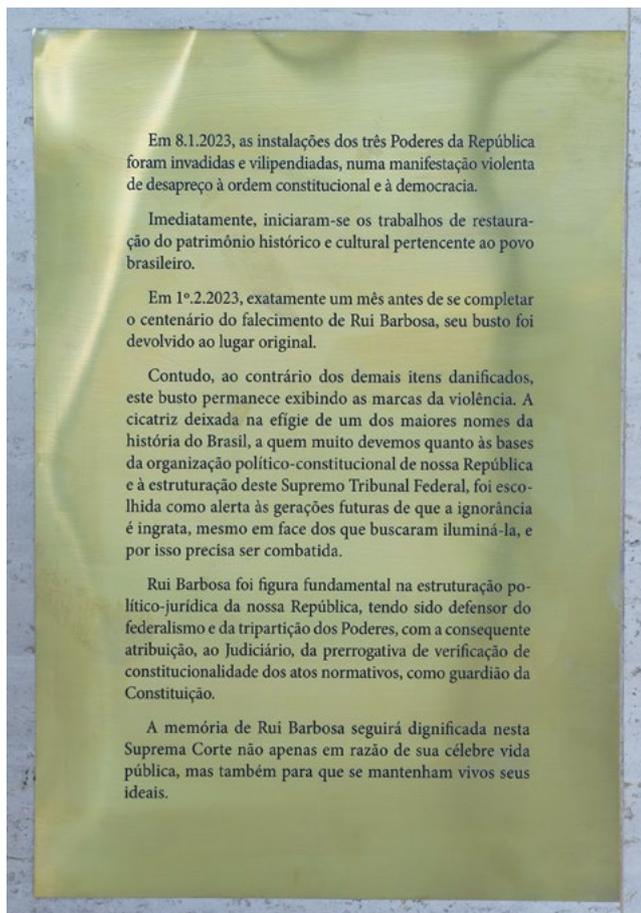


Foto: Nelson Jr./SCO/STF

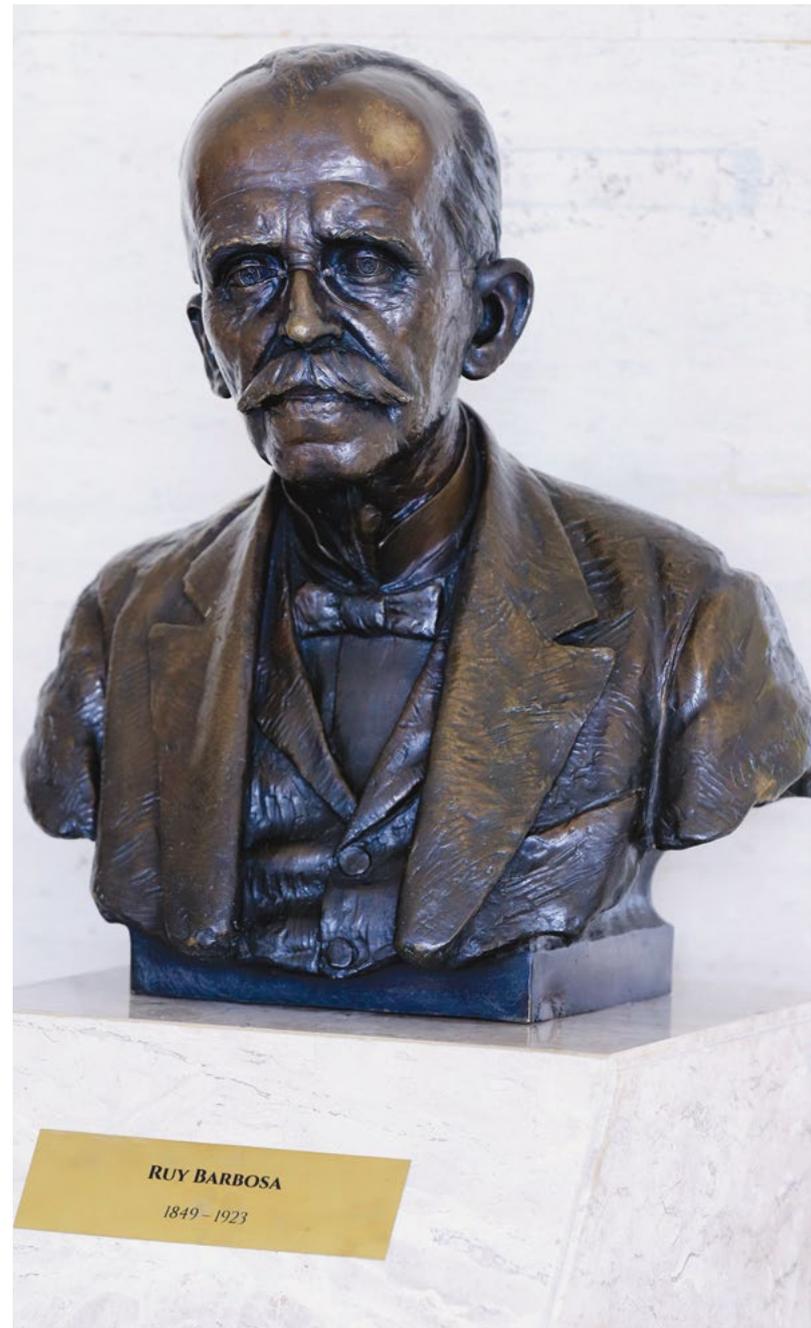


Foto: Nelson Jr./SCO/STF

Salão Branco

Pedestais em madeira

A apresentação de símbolos da destruição reafirma, de maneira definitiva, que a história do Supremo é inquebrantável. A iniciativa se soma a outras que foram adotadas com foco na documentação, na restauração e na reorganização do patrimônio físico e imaterial do órgão máximo do Poder Judiciário.

Dos itens do acervo histórico atingidos pelos ataques de 8 de janeiro no Supremo, 112 foram restaurados ou estão em processo de restauração e 28 aguardam reparação. No entanto, houve a perda total de 17 itens, como cadeiras, bases de bustos, vasos e a escultura “Os Dois Magistrados” (dados de julho de 2023).

A seguir, algumas das principais peças recuperadas.



1920. Foto: Nelson Jr./SCO/STF

Quadro “Os bandeirantes de ontem e de hoje”



Autor: Masanori Uragami - 1972. Foto: Nelson Jr./SCO/STF



Crucifixo em bronze sobre cruz de madeira

Autores: Alfredo Ceschiatti e Werner - 1978. Foto: Nelson Jr./SCO/STF

Escultura “A Justiça”



Autor: Alfredo Ceschiatti - 1975. Foto: Nelson Jr./SCO/STF

Brasão da República



1979. Foto: Nelson Jr./SCO/STF

Busto de Victor Nunes Leal



Autor: Cícero D'Ávila - 2014. Foto: Nelson Jr./SCO/STF

Busto do Barão do Rio Branco



1980. Foto: Nelson Jr./SCO/STF

Busto de D. Pedro I



Autor: Remo Bernucci - 1980. Foto: Nelson Jr./SCO/STF

Busto de Joaquim Nabuco



Autor: R. Bernardelli - 1950. Foto: Nelson Jr./SCO/STF

Busto de Pedro Lessa



Autor: H. Leão Velloso - 1925. Foto: Nelson Jr./SCO/STF

Busto de Ubaldino do Amaral



Autor: C. Lima - 1942. Foto: Nelson Jr./SCO/STF

Busto de Teixeira de Freitas



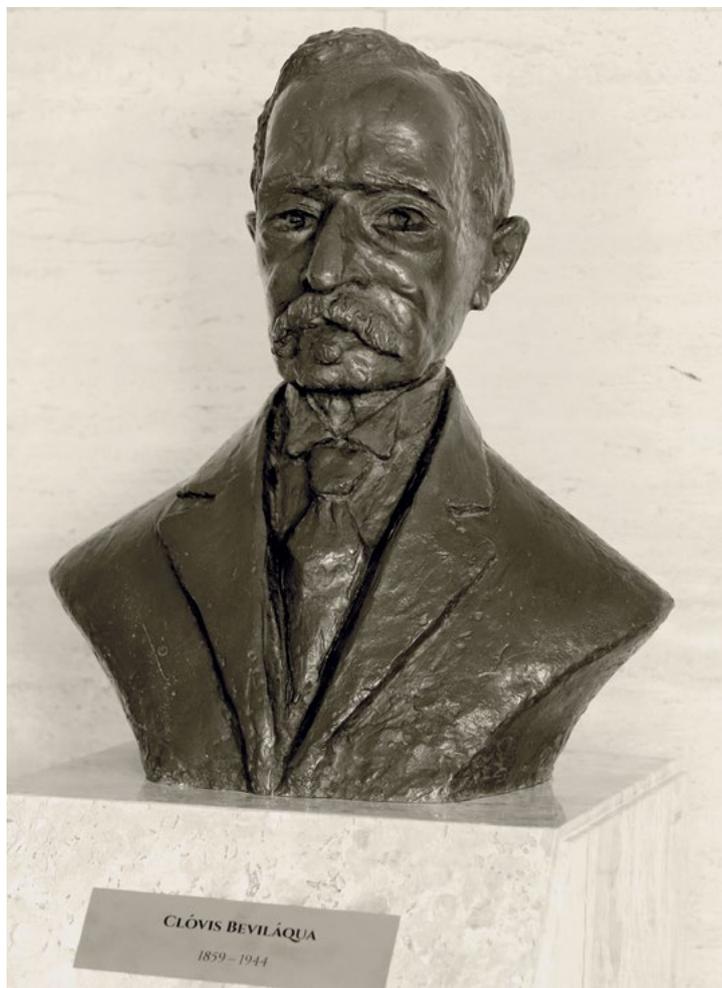
Autor: Matheus Fernandes - 1972. Foto: Nelson Jr./SCO/STF

Busto de Campos Salles



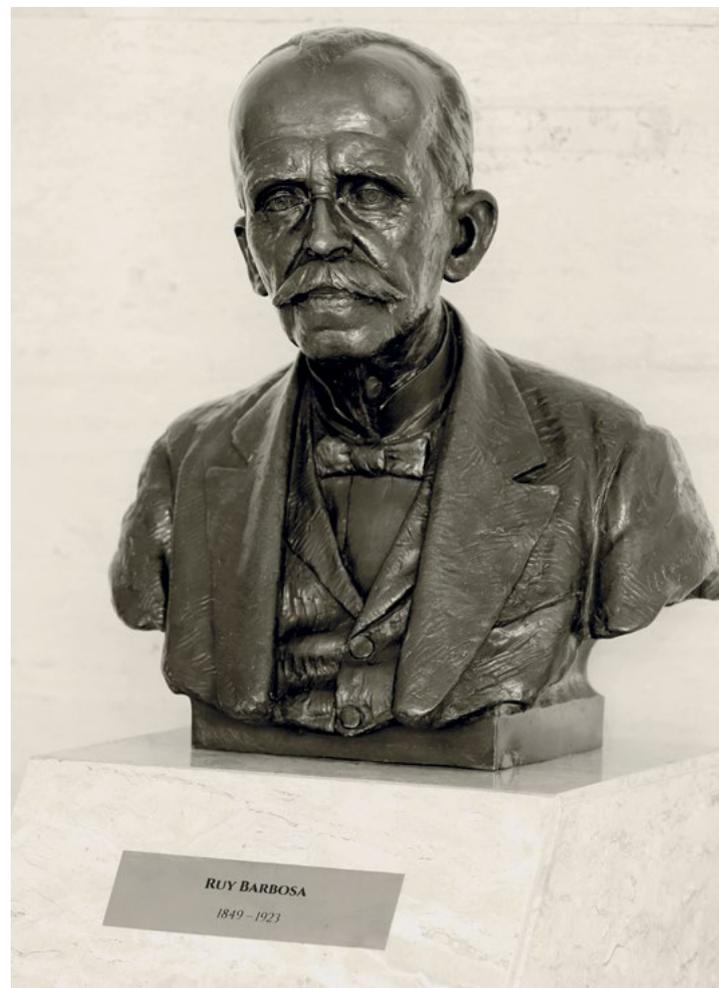
Autor: Matheus Fernandes - 1972. Foto: Nelson Jr./SCO/STF

Busto de Clóvis Beviláqua



Autor: Remo Bernucci - 1952. Foto: Nelson Jr./SCO/STF

Busto de Rui Barbosa



Autor: H. Leão Velloso - 1950. Foto: Nelson Jr./SCO/STF

Nota: Na restauração do busto de Rui Barbosa, foi mantida a marca causada pelos vândalos nos ataques de 8 de janeiro.

Salão Nobre

Sofás e poltronas Gobelino estilo Luís XV



1880. Foto: Nelson Jr./SCO/STF



Cadeiras em estilo vitoriano com brasão



1890. Foto: Nelson Jr./SCO/STF

Cadeiras em estilo vitoriano com entalhe em forma de concha



1890. Foto: Nelson Jr./SCO/STF

Mesa de apoio estilo Luís XVI



1880. Foto: Nelson Jr./SCO/STF

Lustre de bronze Napoleão III



1880. Foto: Nelson Jr./SCO/STF

Tapeçarias italianas



Itália 1970. Foto: Nelson Jr./SCO/STF

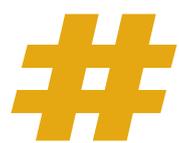


Presidência

Galeria de presidentes do Supremo Tribunal Federal no período de 1924-1973



Autor: Armando Romanelli de Cerqueira - 1972. Foto: Felipe Sampaio/SCO/STF



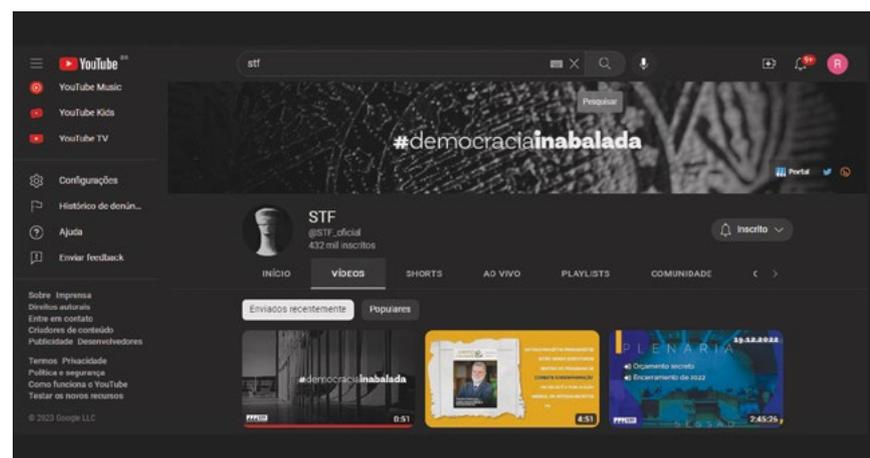
Capítulo 6

a **campanha**

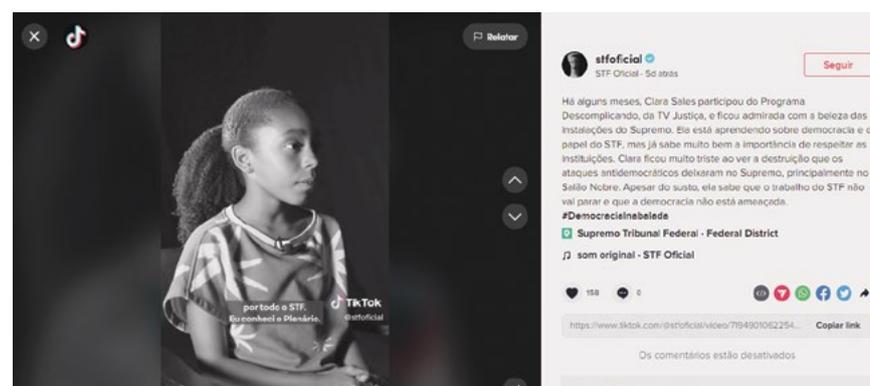


Foto: Carlos Moura/SCO/STF

Campanha **#democraciaainabalada** foi premiada na categoria prata do “Prêmios Lusófonos da Criatividade”. A honraria foi trazida de Portugal para o Brasil pelo decano da Corte, ministro Gilmar Mendes, e entregue à presidente Rosa Weber.



YouTube - 17.1.2023



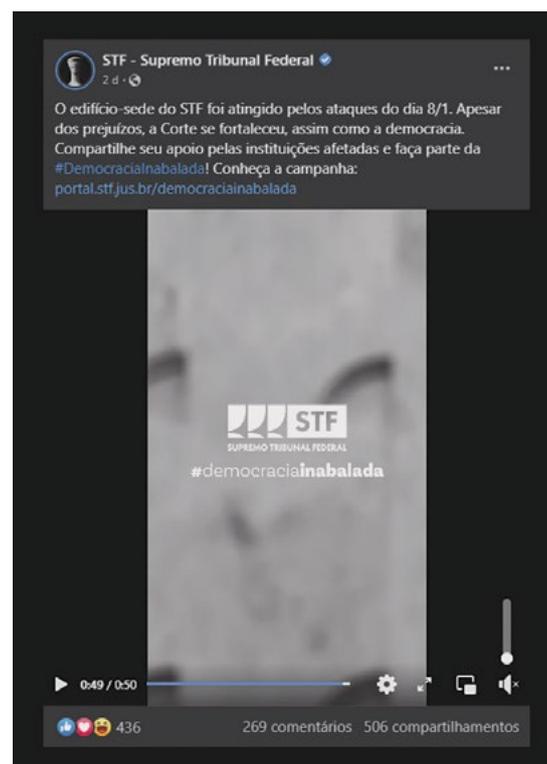
TikTok - 30.1.2023

Os vídeos e demais materiais de divulgação, como *cards* para redes sociais e *folder*, ficaram disponíveis em uma página eletrônica exclusiva para compartilhamento por entidades, órgãos públicos e quaisquer cidadãos interessados em aderir à campanha.

O conteúdo foi produzido pela TV Justiça com o apoio da Associação Brasileira de Agências de Publicidade (Abap). Para a difusão do material, o STF contou com o apoio da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert).

A estética de toda a campanha – vídeos e *cards* para redes sociais – seguiu as cores preto e branco até o dia 31 de janeiro. O conceito buscou transmitir a mensagem de luto pelos ataques, mas também tinha a intenção de marcar, visualmente, o período que abrange a destruição e a conseqüente reconstituição do Supremo.

O último filme da campanha manteve o seu início em preto e branco, mas, no final, ele ganha cores para mostrar que a estrutura do prédio havia sido totalmente restaurada e, como dizia o próprio *slogan* da campanha, a democracia seguia inabalada após os ataques.



Facebook - 17.1.2023



Assista ao vídeo

8 · Política · Assunto do Momento

#Democracianabalada

9.712 Tweets

Trending Topics do Twitter

Como resultado da campanha e dos esforços de outras ações no sentido da reconstrução do patrimônio vandalizado, houve grande repercussão interna entre ministros, servidores e colaboradores, especialmente pelo compartilhamento das peças nas redes sociais, pelo uso de broches com a inscrição da campanha e pelo abraço dado ao edifício-sede do STF após a solenidade de abertura do Ano Judiciário.

Externamente, a hashtag “democracia inabalada” ficou entre os assuntos mais comentados na rede social Twitter. Diversos órgãos públicos também apoiaram a sua divulgação, assim como a imprensa, que dedicou amplo espaço à campanha.

Outra ação foi a parceria com canais de televisão para a transmissão dos filmes da campanha. Segundo dados da TV Globo, cerca de 100 milhões de pessoas foram impactadas pela veiculação do primeiro vídeo. Somadas todas as emissoras que integraram a iniciativa, estima-se que os filmes foram veiculados mais de duas mil vezes na TV.

A peça inaugural foi exposta, ainda, no maior telão de LED de Brasília, no centro da Capital Federal. O vídeo foi veiculado por uma semana, e exibido 100 vezes por dia, em um local por onde transitam cerca de 700 mil pessoas diariamente.



Telão de LED no centro de Brasília exhibe vídeo da campanha #democraciainabalada

Foto: Guilherme Mello/TV Justiça/STF

Engajamento #democraciainabalada

Diversas instituições, autoridades, personalidades e formadores de opinião aderiram à iniciativa reproduzindo os vídeos ou compartilhando a hashtag **#democraciainabalada**. A diversificada adesão ampliou o alcance da campanha e gerou mais engajamento.

Foi coordenado, ainda, um “tuitaço” no dia da reabertura do Ano Judiciário, em 1º de fevereiro, com 50 instituições do sistema de Justiça – que, juntas, somam 7,5 milhões de seguidores em seus perfis na rede social. Todas postaram,

no mesmo horário, palavras a favor da democracia, acompanhadas de imagens de objetos (cadeira, estátua e brasão) que foram restaurados pelo STF.

Nos cinco perfis oficiais do STF nas redes sociais – *Instagram, YouTube, Twitter, Facebook e TikTok* –, o número dos engajamentos das publicações de 17 de janeiro a 1º de fevereiro referentes à campanha chegou a dois milhões, entre visualizações, curtidas e comentários.



Ministro Luís Roberto Barroso – 17.1.2023



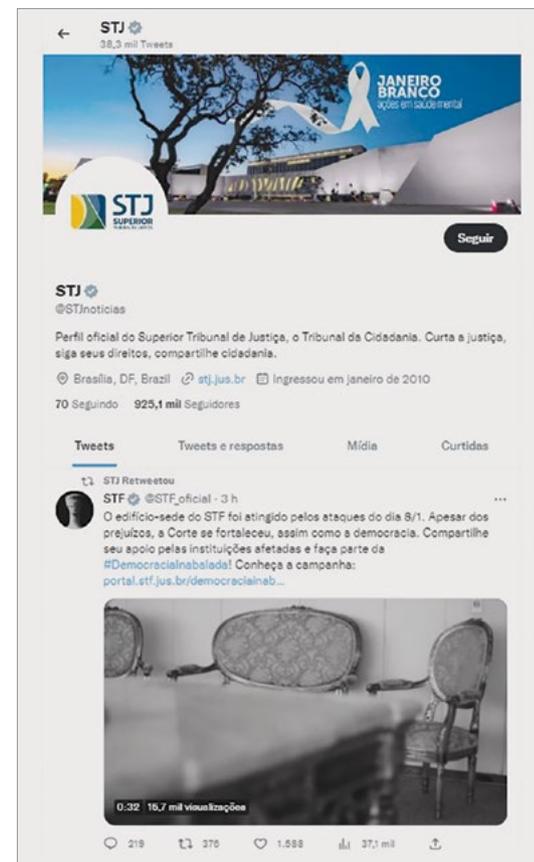
Ministro Gilmar Mendes – 17.1.2023



Ministro Alexandre de Moraes – 17.1.2023



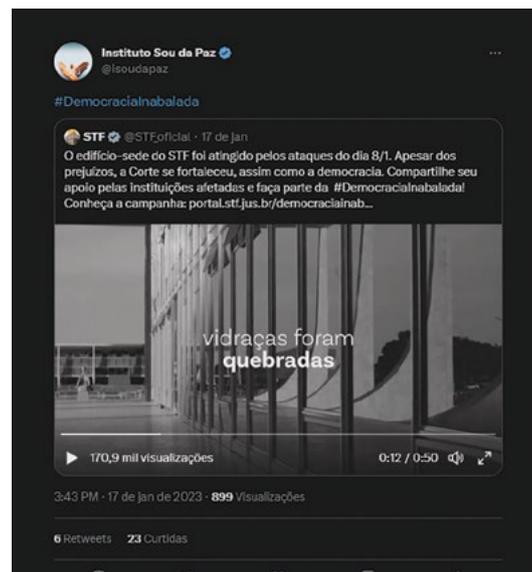
Vice-presidente do Brasil, Geraldo Alckmin – 1º.2.2023



Superior Tribunal de Justiça (STJ) – 17.1.23



Jornalista Míriam Leitão - 1º.2.2023



Instituto Sou da Paz - 17.1.23



Palácio do Planalto - 18.4.2023



Tribunal Superior Eleitoral (TSE) - 1º.2.2023

Repercussão na mídia

O lançamento e os desdobramentos da campanha – vídeos, broches e faixa – repercutiram na imprensa local, regional e nacional.



STF lembra ataques aos Três Poderes e ressalta a democracia em campanha na TV; assista

Objetivo das propagandas é “chamar a atenção para o lamentável episódio, para que ele nunca seja esquecido e nem se repita”

Por Isadora Peron e Luiza Martins, Valor — Brasília
17/01/2023 13h20 - Atualizada há 20 horas



BAND JORNALISMO

Notícias

STF lança campanha 'democracia inabalável' após atos golpistas em Brasília

Vídeo constitucional diz que patrimônio físico foi quebrado (vidraças, cadeiras, estátuas, entre outros), mas a defesa da Constituição Federal segue inabalada



FAIXA COM FRASE 'DEMOCRACIA INABALADA' É COLOCADA EM FRENTE AO SUPREMO
Mensagem exposta em frente ao prédio do Supremo Tribunal Federal, em Brasília, faz parte de campanha realizada pela corte em resposta aos ataques golpistas realizados por bolsonaristas no último dia 8 de janeiro.



Em vídeo, STF manda mensagem definitiva ao país e aos golpistas

Esta Suprema Corte, assim como a defesa que a instituição faz de democracia e do Estado de Direito, segue inabalável, diz Rosa Weber



Estátuas foram derrubadas em resposta aos ataques de 8 de janeiro. STF lança campanha em defesa da democracia em Brasília.

- 1 O STF lança nesta terça, 17, a campanha Democracia Inabalada (Democraciainabalada), em resposta aos atos terroristas de 8 de janeiro. Na tarde daquele domingo, o plenário da Corte foi completamente destruído, vidraças foram quebradas, estátuas derrubadas, poltronas arrastadas, móveis despedaçados e obras de arte vandalizadas. Janelas foram pichadas e salas de áreas administrativas, que funcionavam nos demais andares do edifício-sede, tiveram suas instalações destruídas.
- 2 Até o dia 17 de fevereiro, serão exibidos vídeos na TV Justiça, em outras emissoras e sites, e realizadas postagens nas redes sociais do tribunal com o objetivo de chamar a atenção para o lamentável episódio, para que ele nunca seja esquecido e nem se repita, e destacar que a democracia e a Suprema Corte saem fortalecidas desses acontecimentos.
- 3 Os vídeos e demais materiais de divulgação, como cards para redes sociais, estarão disponíveis para compartilhamento por entidades, outros tribunais, órgãos públicos e qualquer interessado em aderir à campanha.
- 4 O conteúdo foi produzido pela TV Justiça com o apoio da Associação

Supremo lança campanha em defesa da democracia

Renato Machado

BRASÍLIA O Supremo Tribunal Federal lançou nesta terça-feira (17) uma campanha publicitária em defesa da democracia, em resposta aos ataques golpistas protagonizados por

AB Valor | Quarta-feira, 18 de janeiro de 2023

Política

Curta

Campanha

“Vidraças foram quebradas, estátuas foram derrubadas, cadeiras foram arrancadas, mas a defesa da Constituição segue inabalada.” Esse é o mote da campanha lançada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) nesta terça-feira, após os atos de vandalismo que destruíram a sede da Corte em 8 de janeiro. Segundo a Corte, o objetivo das propagandas é “chamar a atenção para o lamentável episódio, para que ele nunca seja esquecido e nem se repita, e destacar que a democracia e a Suprema Corte saem fortalecidas desses acontecimentos”. Os vídeos e demais materiais de divulgação serão veiculados pela TV Justiça, além de outras emissoras e sites, até 17 de fevereiro, quando termina o recesso do Poder Judiciário.



FOLHAUS STF ATAQUE À DEMOCRACIA

STF lança campanha em defesa da democracia após ataques golpistas; assista

Vídeo é uma reação aos atos de vandalismo promovidos por apoiadores de Jair Bolsonaro



Renato Machado

bolsonaristas no último dia 8. A campanha publicitária leva o nome “Democracia Inabalada”. O material será veiculado na TV Justiça e nas redes sociais do Supremo.

O primeiro vídeo mostra imagens do prédio do STF, do plenário e outras dependências, e de outras sedes dos Três Poderes inteiros, antes da destruição promovida pelos apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Um texto então faz referência aos ataques e termina afirmando que a democracia não vai se curvar.

“Vidraças foram quebradas. Estátuas foram derrubadas. Cadeiras foram arrancadas. Mas a defesa da Constituição segue inabalada”, afirma o texto.

O ministro do STF Alexandre de Moraes publicou o vídeo em suas redes sociais, chamando de terroristas os manifestantes golpistas que promoveram as cenas de destruição e vandalismo.

“O STF foi danificado por terroristas. Mas as instituições não são feitas só de tijolos, são feitas de pessoas, coragem e determinação. Va-

mos reconstruir as estruturas e mostrar que a CF [Constituição Federal] e a democracia seguem mais fortes do que nunca”, escreveu o ministro.

No último dia 8, um domingo, apoiadores de Bolsonaro promoveram um grande ato golpista em Brasília, no qual avançaram sobre as forças de segurança e invadiram o Planalto, o Congresso Nacional e o Supremo. Deixaram um rastro de destruição por onde passaram.

O prédio do Supremo Tribunal Federal foi um dos mais danificados. Os golpistas quebraram vidros, invadiram o plenário da Casa, arrancaram cadeiras. Até mesmo a porta de um armário de Alexandre de Moraes, que se tornou desafiado de Bolsonaro e dos bolsonaristas, foi arrancada e levada como troféu.

No dia seguinte aos ataques, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) recebeu no Planalto para uma reunião governadores e representantes dos Três Poderes. Depois do encontro, todos caminharam até o Supremo, em um sinal de união contra o extremismo.

Política

STF lança campanha "Democracia Inabalada" em resposta a atos terroristas

Vidreiras foram quebradas, cartazes foram destruídos, cadeiras foram arrancadas, mas a defesa da constituição segue inabalada', diz campanha

Mariana Costa
17/01/2023 15:15, atualizado 17/01/2023 15:15



Últimas notícias

Brasil
Bá dois jovens indígenas são mortos a tiros na BR-101

Dinheiro Federal
Polícia investiga se marido e sogro de

Região
Amazon, Apple e Google são as marcas mais valiosas do mundo

g1 POLÍTICA

STF lança campanha e exalta 'democracia inabalada' após atos golpistas em Brasília

Vídeo diz que patrimônio físico foi danificado, mas 'defesa da Constituição segue inabalada'. Terroristas destruíram sedes dos Três Poderes no último dia 8, mais de mil foram detidos.

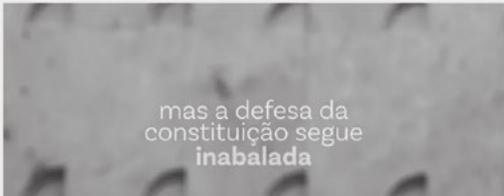
Por g1 — Brasília
17/01/2023 10h18 - Atualizado há 23 horas

Política

STF lança campanha em defesa da democracia após destruição causada por atos de terroristas; assista

Vídeo produzido pela Corte afirma que defesa da Constituição segue 'inabalada'

17/01/2023 10h17 - Atualizado há 19 horas



Após ataque golpista, STF lança campanha pela democracia: 'Inabalada'



STF g1 23
17/01/2023 12h33

Ouvir áudio:

O Supremo Tribunal Federal (STF) lança nesta terça-feira (17) a campanha Democracia Inabalada (aDemocraciaInabalada), em resposta aos atos de vandalismo realizados em 8 de janeiro em Brasília, no Brasil.

QUINTA-FEIRA, 19 DE JANEIRO DE 2023

O ESTADO DE S. PAULO

Publicado desde 1875

ALFONSO DE CARVALHO (1875-1966)
FALCÃO DE ANDRADE (1912-1984)
JULIO DE FREITAS (1918-1972)
JULIO DE FREITAS FILHO (1932-1980)
FRANCISCO DE CARVALHO (1932-1980)

LEONARDO DE CARVALHO (1912-1984)
JULIO DE FREITAS FILHO (1932-1980)
FRANCISCO DE CARVALHO (1932-1980)
FRANCISCO DE CARVALHO (1932-1980)
FRANCISCO DE CARVALHO (1932-1980)

NOTAS E INFORMAÇÕES

O STF e a democracia inabalada



Covardemente atacado no dia 8, o STF vem sendo vandalizado há anos por ameaças e ataques a seus ministros e à Corte. É preciso reconstruir seu edifício e reafirmar sua autoridade

A sede do Supremo Tribunal Federal (STF) foi o prédio mais atacado pela barbárie de 8 de janeiro. Os golpistas quebraram vidros, móveis e antiguidades, além de terem destruído vários ambientes e instalações. Ao assegurar a imediata reconstrução da sede do STF, o presidente do Supremo, ministro Rosa Weber, lembrou que o edifício é "patrimônio histórico dos brasileiros e da humanidade" e "símbolo do Poder Judiciário, um dos três pilares da democracia constitucional brasileira".

A resposta do STF aos atos de 8 de janeiro, disse Rosa Weber, "passa também por difundir a mensagem de que esta Suprema Corte, assim como a defesa que a Constituição faz da democracia e do Estado de Direito, seguem inabaláveis". Nesse sentido, o Supremo lançou, no dia 17, a campanha Democracia Inabalada, que inclui vídeos na TV e publicações nas redes sociais. Segundo o tribunal, o objetivo é "chamar a atenção para o lamentável episódio, para que ele nunca seja esquecido e nem se repita, e destacar que a democracia e a Suprema Corte saem fortalecidas des-

ses acontecimentos". Trata-se de iniciativa muito oportuna. É preciso comunicar a importância do STF para a democracia brasileira. Não há Estado Democrático de Direito sem uma Corte Constitucional independente. Não há proteção a direitos e garantias individuais sem um Judiciário forte e autônomo.

Covardemente atacado no dia 8 de janeiro, o STF vem sendo vandalizado há anos por ameaças e ataques a seus ministros e à Corte. Vale lembrar que não é apenas quebrando vidros ou destruindo móveis que se ataca o STF. Nos últimos quatro anos, o bolivarianismo afrouxa e enfraquece de forma reiterada a Corte e seus ministros, com ameaças, insinuações e multissimas desinformações.

Tanto é assim que, em março de 2019, o então presidente do Supremo, ministro Dias Toffi, se viu obrigado a determinar a abertura de um inquérito, com base no art. 43 do Regimento Interno do STF, a respeito de "notícias fraudulentas (...), denúncias caluniosas, ameaças e infrações cometidas de ânimo calunioso, difamatórias e injuriantes que atingem a honrabilidade e a segurança do Supremo, de seus membros e de familiares", previamente para proteger as prerrogativas do tribunal. Inclusive, os atos de 8 de janeiro explicitaram, com letras novas e retroativas, a plena legalidade do inquérito, repetidamente questionada pelos bolivarianos. Os ataques e ameaças ao Supremo não eram uma invenção, como também não eram um simples exercício de liberdade de expressão. Eram atos criminosos com o objetivo de van-

dalizar o STF, deslegitimando-o aos olhos dos cidadãos.

Depois de quatro anos de desinformação contra o Supremo, é necessário reconstruir a imagem pública da Corte Constitucional. É necessário ouvir novamente a população em torno da Corte Constitucional, que é aliada, e não inimiga, dos direitos e liberdades individuais. As gravações com os atos de vandalismo dentro da sede do STF podem ajudar nessa tarefa, revelando a grande falácia do bolivarianismo, com sua pretensa defesa da liberdade. Os golpistas atacam o Supremo porque querem impor sua vontade sobre os demais e sobre a própria lei. Não almejam liberdade, mas a barbárie.

A campanha Democracia Inabalada vem, portanto, em boa hora. Ao explicitar que a reconstrução do STF é muito mais do que reerguer um edifício, ela também alerta para todos os ministros da Corte. Há um longo trabalho de resgate da legitimidade e do prestígio do STF perante a sociedade, trabalho este que é alicerçado por decisões técnicas fundamentadas, rigorosamente contadas dentro dos limites de competência da Corte. Essa contagem é fundamental para preservar a autoridade do STF ao longo do tempo. O Judiciário aplica a lei. Novos, o Supremo defende e aplica a Constituição, que é extensa e abarca inúmeras temas. De toda forma, isso não autoriza o STF a tomar o espaço da política ou a abrigar atribuições funcionais que não lhe competem.

O País precisa do Supremo. É urgente reconstruir seu edifício e reafirmar sua autoridade. E que os golpistas, executores e mandantes, sejam punidos. ■

Buscar

Valor Política

STF lembra ataques aos Três Poderes e ressalta a democracia em campanha na TV; assista

Objetivo das propagandas é "chamar a atenção para o lamentável episódio que foi esquecido e nem se repita"

Radar

STF segue inabalável, diz campanha do tribunal após atos golpistas

Vídeo da Corte destaca reconstrução do patrimônio destruído pelos terroristas e compromisso com defesa da democracia e do Estado de Direito

- **PMB denuncia 20 bolivarianistas ao STF e pede bloqueio de R\$ 50 milhões**
- **Gilmar Mendes manda soltar 81 presos do semáforo para abrir espaço a golpistas**
- **Como o terrorista da Bomba se aproximou de Demareis ao governo**
- **Zema insinua que governo Lula facilitou ataque para 'se fazer de vítima'**



ASSISTA AGORA AO VÍDEO

STF lança campanha intitulada "Democracia Inabalada" após ataque aos Três Poderes

Segundo a Corte, objetivo é mostrar que o Judiciário não se intimidou com os atos criminosos e que continuará cumprindo seu papel de "guardião da Constituição e da democracia"



PODER 303

STF lança campanha em TVs e internet em resposta a vandalismo

"Democracia Inabalada" será divulgada até 1º de fevereiro; tem objetivo de destacar a Corte sai fortalecida

Migalhas

16 de janeiro de 2023

NO AR Migalhas nº 5.142

MIGALHAS QUENTES

Ataque de 8 de Janeiro: STF Lança Campanha Democracia Inabalada

Conheça o Programa de Seleção de Talentos do Centro para o Desenvolvimento de Matemática e Ciências da FGV

FGV CDMC

Após ataques de 8 de janeiro, STF lança campanha Democracia inabalada

Nos dias 27 de janeiro e 1º de fevereiro, vídeos e posts serão enviados para destacar que a democracia e a Suprema Corte saem fortalecidas dos episódios criminosos.

17/01/2023, 17:08 (atualizado em 17/01/2023, 15:47)

Museu



Quatro meses após a invasão da Praça dos Três Poderes por vândalos, a ministra Rosa Weber anunciou que o Museu do STF ganhou painéis com referências aos ataques de 8 de janeiro. Foto: Carlos Moura/SCO/STF

As cenas da destruição no STF estão reproduzidas em uma das paredes do Museu da Suprema Corte: imagens do Salão Nobre, do Plenário, do *Hall* dos Bustos, das vidraças quebradas. Além disso, os visitantes podem assistir, durante a visita, o vídeo da campanha **#democraciainabalada**, que foi exibido no Plenário do STF na reabertura dos trabalhos. Dessa forma, é possível vivenciar a experiência do dia da destruição e observar a reconstrução.

Estampada na parede do museu, uma frase da ministra Rosa Weber marca o sentimento de todos:

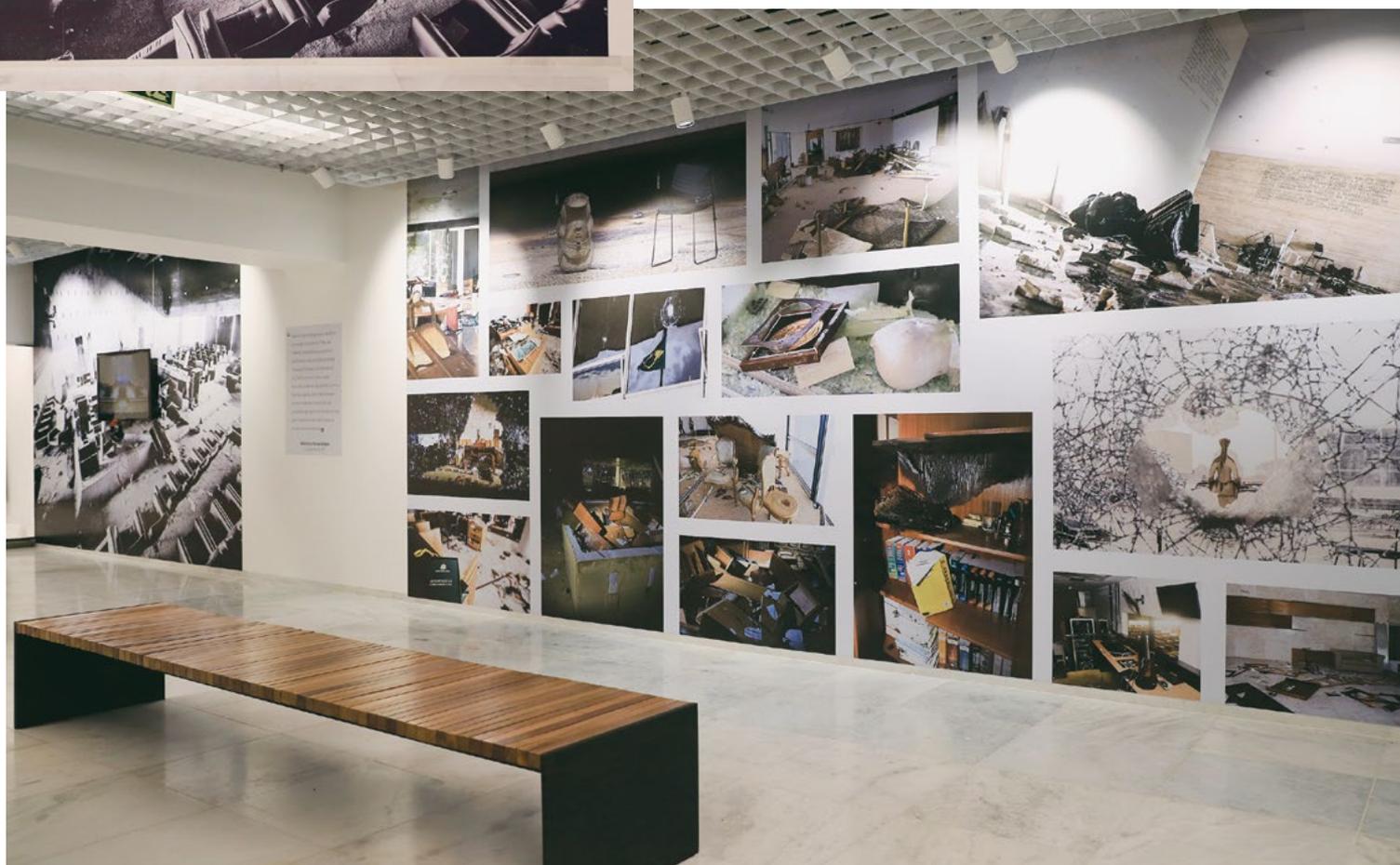
“Mesmo que desejassem destruir mil vezes o Supremo Tribunal Federal, subsistiria incólume o sentimento de reverência desta Casa pelo Estado Democrático de Direito, e mil e uma vezes reconstruiríamos seu prédio, como fizemos agora, sem interromper um só instante o exercício da jurisdição, graças à tenacidade dos que respeitam as instituições e amam a democracia.”

Ministra Rosa Weber

Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF)



Foto: Nelson Jr./SCO/STF



Painéis no Museu do STF exibem imagens dos atos antidemocráticos de 8 de janeiro. Foto: Nelson Jr./SCO/STF

Capítulo 7

abertura do **ano judiciário**



Solenidade marca o início do Ano Judiciário com o Plenário reconstituído após os atentados do dia 8 de janeiro.

Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

Uma sessão histórica



Ministros e convidados aplaudem filme da campanha #democraciainabalada. Foto: Felipe Sampaio /SCO/STF

Pouco mais de 20 dias após os ataques antidemocráticos contra a sede da Suprema Corte, o Plenário da Casa, totalmente reconstituído, recebeu, no dia 1º de fevereiro, 240 convidados para a sessão solene destinada à abertura do Ano Judiciário de 2023. O espaço de decisões relevantes para o povo brasileiro e de fortalecimento da democracia foi revitalizado em tempo recorde, como uma demonstração da solidez das instituições brasileiras.

Um filme da campanha **#democraciainabalada**, produzido especialmente para esse dia, exibiu os momentos da reconstrução do Plenário, com cenas da destruição seguidas por imagens do trabalho de dezenas de servidores e colaboradores que se empenharam na limpeza, reforma e restauração do local.

Ao discursar na solenidade, que contou com a presença de diversas autoridades e servidores, a presidente Rosa Weber reforçou o repúdio à invasão criminosa do dia 8 de janeiro por uma “turba insana movida pelo ódio e pela irracionalidade” e afirmou que, “no solo sagrado” do STF, o regime democrático permanece inabalado.

Para a ministra, as sedes dos três pilares da democracia brasileira – Supremo, Palácio do Planalto e Congresso Nacional – foram alvo de um “ataque golpista e ignóbil” dirigido “com maior virulência” contra o Tribunal, porque a Corte, ao fazer prevalecer sobre sua atuação jurisdicional a autoridade da Constituição, se contrapõe a qualquer tentativa de ataque à democracia brasileira.

Espírito da democracia



Ministra Rosa Weber na solenidade de abertura do Ano Judiciário.

Foto: Fellipe Sampaio /SCO/STF

Leia a íntegra do discurso da presidente ao final desta publicação ou acesse o QR Code ao lado.



“As instalações físicas de um Tribunal podem até ser destruídas, mas a elas sobrepairá – e se mantém incólume – a instituição Poder Judiciário em seu elevado mister de dizer e tornar efetivo o Direito, viabilizando a vida em sociedade, realizando o valor Justiça.”

“Não sabiam os agressores de 8 de janeiro que o prédio-sede do Supremo Tribunal Federal, na leveza de suas linhas e na transparência de seus vidros, enquanto símbolo da democracia constitucional, é absolutamente intangível à ignorância crassa da força bruta.”

“Não destruíram o espírito da democracia. Não foram e jamais serão capazes de subvertê-lo porque o sentimento de respeito pela ordem democrática continua e continuará a iluminar as mentes e os corações dos juízes desta Corte Suprema, que não hesitarão em fazer prevalecer sempre os fundamentos éticos e políticos que informam e dão sustentação ao Estado Democrático de Direito.”

Trechos do discurso da presidente do Supremo Tribunal Federal, **ministra Rosa Weber**, na abertura do Ano Judiciário.

Manifestações na abertura do Ano Judiciário

Na abertura do Ano Judiciário, chefes de Poderes e representantes do Ministério Público, da advocacia e da magistratura também se pronunciaram e destacaram a importância da realização do evento no Plenário, após os ataques de 8 de janeiro.



Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

“Mais do que um plenário reconstruído, o que vejo aqui é o destemor de ministras e ministros na defesa de nossa Carta Magna. Vejo a disposição inabalável de trabalhar dia e noite para assegurar que não haja um milímetro de recuo em nossa democracia.”

Presidente da República,
Luiz Inácio Lula da Silva

“O autoritarismo de uma minoria inconformada e hostil buscou-nos ameaçar e tomar de assalto a democracia – não conseguiram. Os Poderes da República resistiram. O Poder Judiciário mostrou a força de sua resiliência, não irá vergar com intimidações, a República brasileira demonstrou a sua importância e que prevalecerá.”

Presidente do Senado Federal,
Rodrigo Pacheco

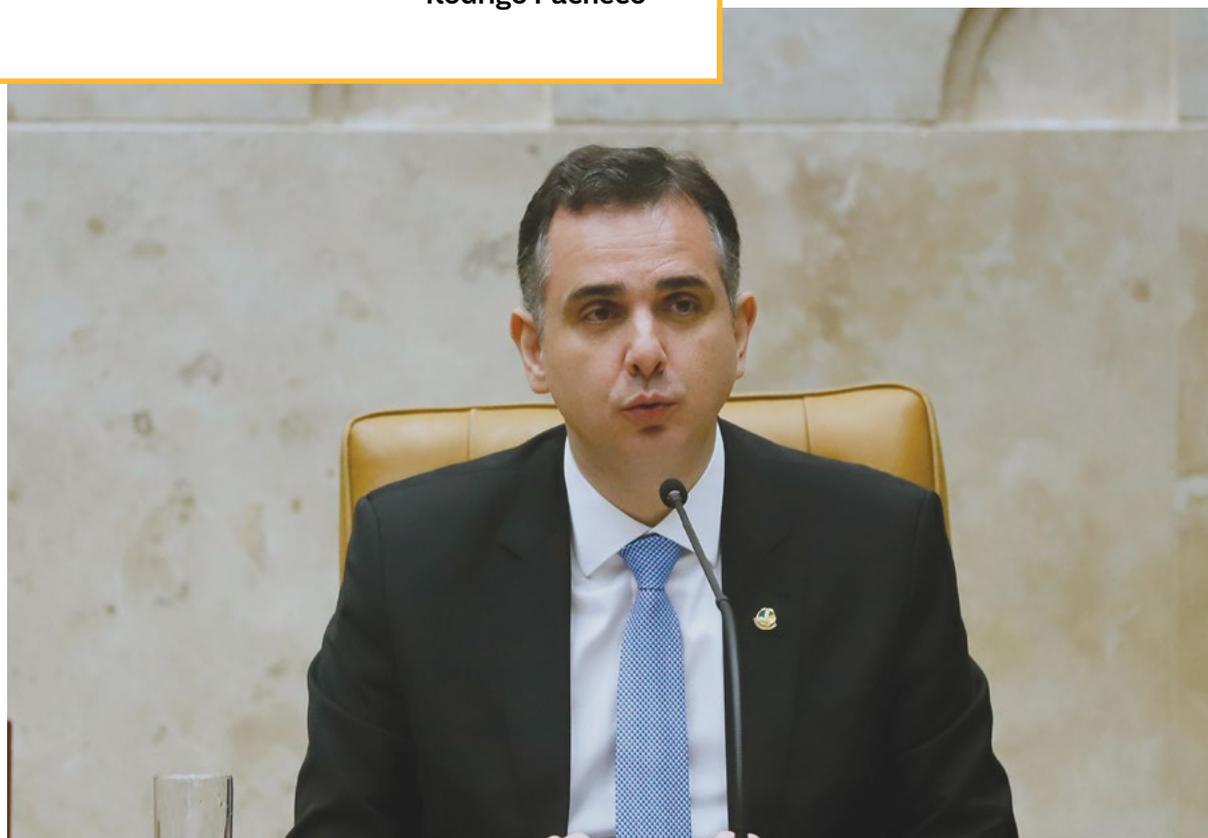


Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

“Em tempos de agressões reiteradas às instituições e da tentativa sistemática de fragilizar a democracia brasileira, que se materializaram nos atos violentos de 8 de janeiro, é urgente uma união nacional, tendo como norte o fortalecimento do regime democrático. Para isso, é essencial a defesa do STF e de suas competências constitucionais, com o respeito ao devido processo legal, à ampla defesa e à presunção de inocência.”

Trecho do manifesto - com adesão de mais de 300 entidades - lido pelo presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB),

Beto Simonetti

“Esta solenidade é mais um dos grandes momentos da história do Brasil, em que todos os Poderes, as instituições, todos os brasileiros e todas as brasileiras se unem para defender, para bradar seu amor pela democracia.”

Procurador-geral da República,
Augusto Aras



Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



Foto: Fellipe Sampaio /SCO/STF

“Esta Corte maior é a nossa referência, é guardião dos valores constitucionais e ninguém intimidará essa Casa ou o Judiciário brasileiro ou seus ilustres membros que contam com a magistratura brasileira para a concretização do Estado Democrático de Direito e para que a liberdade de todos seja a liberdade em relação ao medo.”

Ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e
conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

Luiz Philippe Vieira de Mello Filho

“Temos o compromisso com o Estado de Direito e a democracia inabalada. A sociedade se fortalece na forma como reage a momentos de exceção e como faz sua reconstrução.”

Coordenador da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas), **Ubiratan Cazetta**



Foto: Fellipe Sampaio /SCO/STF

Na sessão solene, os convidados receberam broches com a inscrição da campanha **#democraciaainabalada** e também material impresso com imagens do Plenário, antes e depois da destruição.



Broche da campanha **#democraciaainabalada**.
Foto: Carlos Moura/SCO/STF

“Estarmos reunidos neste Plenário três semanas após os ataques criminosos contra a democracia constitucional é demonstração de que este Supremo Tribunal Federal e seus ministros jamais serão intimidados na missão precípua da guarda da Constituição.”

Presidente do Supremo Tribunal Federal,
ministra Rosa Weber



Material impresso entregue aos convidados.
Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



Banda do 1º Regimento de Cavalaria de Guarda executa o Hino Nacional brasileiro. Foto: Carlos Moura/SCO/STF



Sessão solene da abertura do Ano Judiciário. Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



Ministros aposentados do STF e presidentes de tribunais superiores participam da sessão solene da abertura do Ano Judiciário. Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



Na sessão de abertura do Ano Judiciário, convidados usam broche da campanha **#democraciainabalada**.
Foto: Fellipe Sampaio /SCO/STF



Sessão solene da abertura do Ano Judiciário. Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

Abraço coletivo

O dia 1º de fevereiro reservou ainda um momento simbólico: cerca de mil servidores, colaboradores e estagiários do STF abraçaram o edifício-sede do Supremo. Além da presidente da Corte, ministra Rosa Weber, a ministra Cármen Lúcia e os ministros Gilmar Mendes, Luís Roberto Barroso, Edson Fachin, Alexandre de Moraes, Nunes Marques e André Mendonça também participaram do ato.

Os ministros do STF caminharam por todo o prédio aplaudindo os trabalhadores e, depois, deram as mãos para completar o abraço. Emocionada, a ministra Rosa Weber declarou que o abraço ao edifício-sede do STF foi o mais lindo que já viu em toda a sua vida. “Ele está abraçado por todos os lados, por todos nós”, disse.



Servidores, colaboradores e estagiários em abraço simbólico ao edifício-sede do Supremo. *Foto: Carlos Moura/SCO/STF*



Ministras, ministros, servidores e colaboradores durante o abraço coletivo ao edifício-sede do STF.

Foto: Reprodução de imagem de drone da Gerência de Áudio e Vídeo/SCO/STF



Abraço coletivo no edifício-sede do STF. Foto: Carlos Moura/SCO/STF



Ministros do STF cumprimentam servidores e colaboradores do STF. *Foto: Carlos Moura/SCO/STF*



Secretário-geral da Presidência do STF, Estêvão Waterloo, entrega à ministra Rosa Weber presente feito dos escombros retirados do edifício-sede após os ataques. *Foto: Carlos Moura/SCO/STF*



Ministra Rosa Weber recebe presente ao final do abraço no edifício-sede do Supremo. Foto: Carlos Moura/SCO/STF

Liderança na reconstrução

Na primeira sessão de julgamentos ocorrida na tarde do dia 1º de fevereiro, os ministros da Corte parabenizaram a presidente Rosa Weber pela liderança no rápido processo de reconstrução do Plenário da Corte.

O ministro Luiz Fux afirmou que a condução da presidente na reconstituição do Plenário foi um “manifesto apreço pela instituição e pela democracia”. Ao se associar aos cumprimentos, o ministro Edson Fachin pontuou que Rosa Weber esteve à frente não apenas do STF, mas dos “anseios de quem entende que justiça e democracia só podem existir enquanto estiverem em pé”.

Segundo o ministro Luís Roberto Barroso, o restabelecimento do Plenário simboliza para todo o Brasil “a vitória do bem, da justiça, da democracia e da capacidade que a democracia tem de se reconstruir, mesmo diante dos ataques mais ignominiosos”.



Ministras, ministros, servidores e colaboradores durante o abraço coletivo ao edifício-sede do STF.

Foto: Carlos Moura/SCO/STF





Ministra Rosa Weber com servidores e colaboradores no Plenário do STF. Fotos: Fellipe Sampaio /SCO/STF





Ministra Rosa Weber com servidores e colaboradores no Plenário do STF. Fotos: Fellipe Sampaio /SCO/STF

Capítulo 8

impressões **documentadas**

Ministros, servidores e colaboradores que estiveram no local da destruição logo após os atentados ou que atuaram, de alguma forma, na recuperação e reforma do prédio foram entrevistados pela TV Justiça para o documentário que – a um só tempo – informa e preserva a memória dos atos antidemocráticos de 8 de janeiro, para que sempre sejam lembrados e para que nunca mais se repitam. Alguns também foram ouvidos exclusivamente para esta publicação, entre eles, colaboradores que presenciaram a ação dos vândalos. A seguir, depoimentos sobre como o “dia da infâmia” marcou a vida dessas pessoas.



Assista ao documentário

Ministra Rosa Weber



Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

“Um dia que viverá eternamente em infâmia.” Foi assim que a presidente do Supremo Tribunal Federal, ministra Rosa Weber, se referiu ao **dia 8 de janeiro de 2023**, em que perpetrada invasão criminosa das sedes constitucionais dos Três Poderes da República, em Brasília, por vândalos que as tomaram de assalto, lembrando pronunciamento do presidente Franklin Delano Roosevelt em 8 de dezembro de 1941, perante o Congresso Americano, ao reagir ao ataque aéreo do Império do Japão, deflagrado na véspera contra as forças navais americanas em Pearl Harbor, no Hawai. Roosevelt disse, então, que aquela data, pelo caráter traiçoeiro da agressão, viveria eternamente na infâmia.

A ministra Rosa Weber acompanhou, estarrecida, pela televisão, o exato momento em que a Suprema Corte foi invadida, em plena tarde do domingo 8 de janeiro de 2023, por uma “turba insana”. “Não encontro palavras adequadas para exprimir, em sua exata dimensão, o que senti naquele momento diante de tamanha vilania! Talvez um misto de incredulidade, profunda indignação e desespero, aliado a sentimentos de repulsa e impotência provocados pelas cenas surreais e torpes exibidas pela TV”.

Aquele domingo começara tranquilo. A ministra estava em sua casa e recebia, desde cedo, informes de sua assessoria sobre a situação da segurança em Brasília e nos arredores da Suprema Corte. Faz parte de sua rotina na Presidência ser informada sobre todos os atos e eventuais protestos envolvendo o Tribunal, inclusive nos finais de semana.

No primeiro informe, às 8h30, a mensagem de deslocamento de caravanas de ônibus para a Capital Federal deixara a ministra preocupada. Mas o informe seguinte, remetido às 11h, indicava normalidade e revelava, por meio de imagens de drones, uma Esplanada dos Ministérios sem qualquer movimentação.

Por volta das 13h, a ministra teve a notícia do início de uma marcha de manifestantes, a partir do Quartel General do Exército, e foi informada de que o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, havia autorizado “manifestações pacíficas” na Esplanada. Eram 14h53 quando a presidente do STF foi avisada de que o Congresso fora invadido, embora a área próxima ao Supremo Tribunal ainda permanecesse em relativa segurança, segundo a mensagem.

Apreensiva, entrou em contato telefônico com o ministro da Justiça, Flávio Dino, em busca de maiores detalhes da situação. Ato contínuo, ligou, sem sucesso, diretamente para o governador Ibaneis Rocha, procurando assegurar-se de que a sede e as instalações da Suprema Corte receberiam a devida proteção por parte das forças de segurança pública do Distrito Federal. Insistindo, às 15h25, por mensagem em que dizia “estar preocupadíssima com a segurança do STF, pois já haviam entrado no Congresso”, recebeu como resposta a informação de que toda a força de segurança estava nas ruas.

Às 15h40, quando o STF foi invadido, segundo o horário registrado pelas câmeras de segurança internas do prédio, a ministra estava a assistir, atônita, às cenas

de horror pela televisão. Imediatamente entrou em contato com todos os ministros da Corte e divulgou nota à sociedade. Por volta de 20h dirigiu-se ao Supremo Tribunal Federal, onde se deparou com o “prédio histórico destruído, com seu interior reduzido a escombros, vidraças estilhaçadas e piso encharcado”. Lá encontravam-se dirigentes da cúpula administrativa e integrantes da segurança do Tribunal. Estavam com ela os ministros Luís Roberto Barroso e Dias Toffoli. Mais tarde, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou o local, prestando solidariedade à Suprema Corte.

“Ao ver o estado de destruição do Plenário do STF, com meu coração destrocado, a indignação e a revolta contra a barbárie foram de tal ordem que afirmei, sem qualquer hesitação e com inabalável certeza, que em 1º de fevereiro de 2023 abriremos o Ano Judiciário de 2023, como ocorre a cada ano, com tudo reconstruído. Sim, com tudo reconstruído, mesmo que para tanto eu tivesse de com minhas próprias mãos remover os escombros. E assim se fez”, destacou Rosa Weber.

Com tristeza, lembrou os incontáveis estragos, entre eles a devastação do Salão Branco, com a galeria de fotos dos ex-presidentes - do Império à República - posta abaixo; a destruição do *Hall* dos Bustos - Rui Barbosa jogado ao chão, com a testa afundada e sua base de mármore em pedaços -; e até a cadeira da Presidência do STF queimada pelos vândalos.

O dia seguinte

Na manhã de 9 de janeiro, a presidente do STF participou de reunião às 9h, no Palácio do Planalto, com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, e com o presidente em exercício do Senado, Veneziano Vital do Rêgo (o presidente Rodrigo Pacheco estava fora de Brasília), ocasião em que reafirmaram a união dos Três Poderes da República em defesa da democracia. Naquele mesmo dia, a ministra conversou com diversos governadores, reforçando o convite do Poder Executivo para que todos, governistas e oposicionistas, comparecessem ao Palácio do Planalto, no final da tarde, para um ato “em prol e na defesa da democracia”. Todos se fizeram presentes às 18h, independentemente de partidos políticos e suas ideologias. A ministra participou da reunião ao lado dos ministros Roberto Barroso, Dias Toffoli e Ricardo Lewandowski.

O dia seguinte ao Dia da Infâmia encerrou-se com expressiva demonstração de união e solidariedade. Após o encontro, já noite em Brasília, todos atravessaram juntos, em simbólica caminhada, a Praça dos Três Poderes, do Planalto à Suprema Corte. “Uma verdadeira multidão, em solidariedade manifesta ao STF, o mais atingido”, lembrou a ministra Rosa Weber, acrescentando que, enquanto visitavam o prédio, o ministro Alexandre de Moraes veio encontrá-los diretamente do aeroporto. Ao longo dos dias que se seguiram, também retornaram os ministros que ainda estavam fora de Brasília, todos consternados e prontos a colaborar, mostrando a coesão da Suprema Corte.

O triunfo da democracia

Ao refletir sobre o episódio, a ministra observou que o STF foi o poder mais atingido pelos criminosos – embora o último invadido e o primeiro a ter sido liberado. Para ela, isso ocorreu porque, “enquanto guardião, por expresso comando constitucional, da Constituição de 1988, que proclama se constituir o Brasil em Estado Democrático de Direito, o Supremo Tribunal Federal se contrapõe firmemente a toda sorte de pretensões autocráticas, para as quais representa um obstáculo! Um obstáculo que não conseguiram afastar nem suprimir”, enfatizou.

E concluiu: “A abertura do Ano Judiciário de 2023, no Plenário da nossa Suprema Corte totalmente reconstruído três semanas após a criminosa invasão, transmitiu à sociedade brasileira a mensagem segura de triunfo da democracia. Não houve interrupção, um dia sequer, das atividades administrativas e jurisdicionais do Tribunal, que saiu desse lamentável episódio mais forte do que nunca, graças à união de todos – instituições públicas e privadas e sociedade civil –, em comunhão solidária em torno da prevalência do princípio democrático. Inabalada nossa democracia constitucional!”

“Ao ver o estado de destruição do Plenário do STF, com meu coração destroçado, a indignação e a revolta contra a barbárie praticada foram de tal ordem que afirmei, sem qualquer hesitação e com inabalável certeza, que em 1º de fevereiro de 2023 abríamos o Ano Judiciário de 2023, como ocorre a cada ano, com tudo reconstruído. E assim o fizemos.”

Ministra Rosa Weber

Vice-presidente do Supremo Tribunal Federal, o ministro Luís Roberto Barroso visitou pessoalmente a sede da Suprema Corte na noite dos ataques de 8 de janeiro, ao lado da presidente, ministra Rosa Weber. Os ministros percorreram as instalações e testemunharam o quadro desolador em que encontraram o Supremo – depredado e alagado. Ainda naquela noite, juntaram-se a eles o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e o ministro Dias Toffoli.

Para o ministro Barroso, os responsáveis pelas violências cometidas nas sedes dos três Poderes da República são, na verdade, “patriotas que envergonham a pátria”. Segundo ele, o dia 8 de janeiro foi um daqueles momentos “de você perder a fé na condição humana”. No entanto, completou Barroso, sob a liderança da ministra Rosa Weber, o Plenário foi reconstruído. Além disso, a reação indignada da sociedade brasileira fez com que a data tivesse um significado de “volta por cima” da democracia.

Na visão do ministro, a democracia amadureceu mesmo após ser atacada, durante quatro anos consecutivos, por uma campanha de descrédito permanente das instituições – do Supremo Tribunal Federal, inclusive – e acusações falsas de fraudes nas eleições. “Acredito que nós demos uma prova de grande resiliência, apesar de ter havido um movimento muito profundo de desestabilização do país”, afirmou. Barroso pontuou ainda que a atuação tanto do Judiciário como da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e das próprias Forças Armadas, onde prevaleceu o núcleo legalista, foi essencial para demonstrar que a democracia foi capaz de resistir ao avanço populista, extremista e autoritário.

Para o ministro, atos antidemocráticos não se enquadram na liberdade de expressão, que, como qualquer direito, tem limites e não protege o cometimento de crimes. A liberdade de expressão inclui o respeito aos direitos das outras pessoas e à lei de uma maneira geral, ao patrimônio público, inclusive.

Ao comparar os ataques do 8 de janeiro com a invasão ao Capitólio dos Estados Unidos, em 6 de janeiro de 2021, Barroso reforçou que a reação brasileira foi mais vigorosa e relevante. “Tirando bolsões radicais, extremistas e pervertidos, ninguém, nem mesmo os que não elegeram o seu candidato, nenhuma pessoa de bem e decente, apoiou aquele tipo de atitude.” “A verdadeira revelação da face truculenta e antidemocrática do radicalismo fez com que as pessoas conservadoras – que têm todo o direito de serem conservadoras –, mas democráticas, rejeitassem esse processo histórico”, afirmou.

Na opinião do ministro, as consequências dos ataques antidemocráticos demonstram a força do Poder Judiciário brasileiro.

“A vida é feita de símbolos, e acho que foi um símbolo de que a justiça é inabalável. A justiça é um valor que transcende prédios e móveis. Ela habita o imaginário das pessoas e não é possível destruí-la.”

Ministro Luís Roberto Barroso



Foto: Carlos Moura/SCO/STF

Ministro Gilmar Mendes



Foto: Nelson Jr./SCO/STF

Qando Gilmar Mendes deixou a Advocacia-Geral da União (AGU) para se tornar ministro do Supremo Tribunal Federal, jamais imaginaria que, vinte anos depois, iria entrar no prédio da Suprema Corte e vê-lo destruído pela ação do ódio e do desprezo por valores como democracia, bem público, história. Voltar ao Brasil e presenciar o estado das instalações do edifício-sede da Corte o levou às lágrimas.

“Realmente eu fiquei bastante emocionado, porque é uma casa que eu frequento já desde os meus tempos de estudante, depois como profissional, depois me tornei juiz aqui em junho de 2002. Portanto, estou há tantos anos no Tribunal e ver toda aquela destruição e a raiva com que a gente percebe que as pessoas depositaram naquela ação, tudo aquilo me tocou muito.”

O ministro Gilmar Mendes estava em Portugal quando soube dos ataques e comprou sua passagem de volta o mais rápido que pôde. Classificou o ocorrido como algo deplorável e foi incisivo ao afirmar que “liberdade de expressão não envolve danos, não envolve direito de agressão”, como se viu materializado no Supremo Tribunal Federal, no Palácio do Planalto e no Congresso Nacional.

Para o decano da Corte, duas perguntas sobre o episódio lamentável não podem ficar sem respostas: Como chegamos a esse ponto? E o que devemos fazer para evitar que isso se repita? “Não é bom para a sociedade brasileira que um grupo de vândalos possa se organizar via qualquer meio de comunicação, rede social, internet para perpetrar essas agressões.”

A união dos Poderes e da sociedade em defesa das instituições republicanas após os ataques foi um ato louvável, segundo Gilmar Mendes. Ele destacou a reunião que houve, no dia seguinte aos atos de vandalismo, no Palácio do Planalto, entre os presidentes dos Três Poderes e todos os governadores. Ressaltou também a importante liderança da ministra Rosa Weber, que, naquele momento, garantiu que o STF estaria pronto para realizar a sessão de abertura do Ano Judiciário no dia 1º de fevereiro, como se cumpriu.

Para ele, foi muito emocionante participar, junto com seus colegas, daquela sessão inaugural, que entregou a reconstrução como resposta aos ataques. “Significou que os vândalos não teriam trânsito livre nesse ambiente, que eles não impediriam o Tribunal de trabalhar. Foi essa a mensagem que ficou quando, depois de todo aquele vandalismo, já no dia primeiro de fevereiro, nós pudemos retomar o trabalho num Plenário completamente refeito.”

Gilmar Mendes considera que isso tudo mostra que o poder político e a sociedade civil brasileira claramente repudiam esse tipo de ação. Defende a ideia de criação de um memorial da democracia e de ações que nos lembrem sempre desse 8 de janeiro como o “dia da infâmia”, como diz a ministra Rosa, para que ele nunca mais se repita.

“Divergir, nós podemos. Dissentir, muitas vezes nós devemos, mas dentro dos parâmetros da institucionalidade.”

Defensor das liberdades de reunião, de associação e de expressão como instrumentos imprescindíveis para participação dos cidadãos na gestão pública do país, o ministro Ricardo Lewandowski afirma, porém, que há limites para o exercício dessas garantias e que elas não podem ser empregadas para destruir a própria democracia. “O que nós vimos, no dia 8 de janeiro, foi algo exatamente nesse sentido. Essas liberdades foram utilizadas para atacar o Estado Democrático de Direito, que é o fundamento da Carta Magna”, declarou.

Para o ministro, os atos daquele dia constituíram um ataque ao coração da democracia brasileira. “A destruição praticada foi sem precedentes, absolutamente inaceitável. Não foi uma manifestação qualquer, foi com o intuito de derrubar o regime democrático”. De acordo com Lewandowski, o movimento foi orquestrado “com a intencionalidade de causar os maiores danos possíveis e fazer com que as instituições não pudessem continuar funcionando”, mas qualquer tentativa de paralisar as instituições terminou completamente frustrada. “O Legislativo continuou a legislar; o Judiciário, a judicar; e o Executivo, a administrar.”

Lewandowski destacou ainda que a destruição dos ambientes internos do Supremo Tribunal Federal, que se seguiu após a invasão, demonstrou a intenção daquelas pessoas de tornar a Justiça brasileira disfuncional. Nessa linha, ele mencionou o roubo da réplica da primeira Constituição brasileira e o dano causado ao busto em bronze de Rui Barbosa, localizado no *Hall* dos Bustos do STF, uma vez que o jurista, considerado o instituidor da República, estabeleceu as bases das ideias da primeira Constituição Republicana, de 1891.

Mesmo diante dos ataques, o ministro considera as instituições brasileiras resilientes. “A Constituição de 1988 é forte e sólida. Ela resistiu a várias crises, a dois impeachments, a problemas econômicos gravíssimos, inclusive, muitos que têm origem no exterior. Mas nós sempre vencemos esses problemas, essas crises.” Lewandowski acrescentou que os acontecimentos de 8 de janeiro são um exemplo de como os órgãos conseguiram reagir e superar os ataques frontais à democracia.

No dia seguinte aos atos radicais, o ministro acompanhou a reunião, no Palácio do Planalto, com representantes dos três Poderes e, na sequência, dirigiu-se ao Supremo junto com as demais autoridades para avaliar os danos causados à Corte. Para ele, isso mostrou a união de todas as forças republicanas e democráticas das instituições brasileiras. **“As autoridades e o povo brasileiro se uniram. Acredito que a democracia saiu mais forte depois desses acontecimentos.”**

Lewandowski elogiou a iniciativa da presidente do Supremo, ministra Rosa Weber, em restaurar o Plenário a poucos dias da abertura do Ano Judiciário. “Isso foi extremamente simbólico e, realmente, se deve em grande parte à energia, à força de ânimo da nossa presidente.” Por fim, declarou a importância de “que nós mostremos para as futuras gerações o papel que o Supremo Tribunal Federal representou no passado, representa no presente e tem condições de representar no futuro em defesa das instituições, da cidadania e da própria democracia”.

Ministro Ricardo Lewandowski



Foto: Nelson Jr./SCO/STF

Ministra Cármen Lúcia



Foto: Nelson Jr./SCO/STF

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal, classificou os ataques antidemocráticos de 8 de janeiro como agressões criminosamente praticadas contra as instituições públicas brasileiras que têm, em sua estrutura, os integrantes e os serviços prestados para garantir a democracia do país. Para a ministra, “não se espera, vivendo numa civilização, numa comunidade, numa sociedade, na qual há leis, há um Estado de Direito, que isso tudo seja botado abaixo violentamente para atingir os símbolos que representam os Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo.”

Cármen Lúcia considera a liberdade de expressão como um direito fundamental assegurado constitucionalmente, mas não se pode confundi-lo com práticas criminosas. Ela explica que o próprio Código Penal brasileiro de 1940 tipifica como crimes a injúria, a calúnia e a difamação. “Quer dizer, são postos na lei penal como condutas proibidas para que a gente tenha paz social, o respeito ao outro, especialmente o respeito à dignidade do outro e a igual liberdade de expressão, de ação e de manifestação do outro.”

Para a ministra, as imagens geradas pelos atos de vandalismo “eram de causar estupor e pânico”. Ao chegar ao Tribunal no dia seguinte aos ataques, ela constatou que o cenário era muito pior do que aquele televisionado. Ao entrar no edifício-sede, além da destruição, foi possível notar principalmente a maneira como tudo foi organizado para os ataques às sedes dos Três Poderes. “Não é de se esperar que alguém por coincidência com um outro que, ligado a um terceiro, atinge as fotos da galeria dos ex-presidentes do Senado, faça a mesma coisa com a galeria dos ex-presidentes da República e que

entre no prédio do Supremo, quase simultaneamente, e igualmente destrua as fotos que compõem a galeria dos ex-presidentes do Supremo.”

“Tudo isso causa em cada um de nós quase que uma agonia diante de ver a que ponto se pode chegar um retrocesso humanitário e civilizatório que precisa de ser pensado, repensado e respondido”, afirmou a ministra. Ela enfatizou que o Direito não deixa de ter respostas para a falta de civilidade e para as práticas criminosas. A ministra destacou, ainda, a reação conjunta em defesa da democracia pelos presidentes das instituições que foram alvos dos ataques. “É essa conjunção de intenções e práticas que levou imediatamente à reconstrução daquilo que foi atingido”, disse ao apontar a reconstituição do Plenário da Corte e o fato de que os atos de vandalismo não conseguiram atingir a democracia e, principalmente, o que ela representa.

Cármen Lúcia lembrou ainda a fala da presidente Rosa Weber de que a democracia permanece inabalada e de que um riscado ou a quebra de uma cadeira “não atinge em nada o que é, não na simbologia apenas, mas na representação e na apresentação do Judiciário como resposta de justiça a uma sociedade”. A ministra elogiou também a iniciativa do STF de manter pontos de memória sobre os ataques de 8 de janeiro na sede do Tribunal, a exemplo da marca no busto de Rui Barbosa – que não foi totalmente restaurado para que os ataques não sejam esquecidos. Para a ministra, a lembrança permite **“que o presente seja de luta contínua pela democracia e deixe para quem vem depois de nós a certeza de que foi tentado, mas não se conseguiu de forma alguma demolir ou levar a erosão democrática”**.

O ministro Dias Toffoli estava fora de Brasília no momento dos ataques do dia 8 de janeiro. Logo após tomar conhecimento dos atos de vandalismo, ele embarcou para Brasília. Ao lado da presidente e do vice-presidente da Corte, Rosa Weber e Luís Roberto Barroso, visitou a sede do Tribunal, ainda na noite do dia dos atentados, e viu de perto a dimensão da destruição. “O sentimento é um misto de indignação e de profunda tristeza de existirem seres humanos capazes de fazer o que fizeram”, disse Toffoli.

O ministro ressaltou que os atos de 8 de janeiro foram responsabilidade de uma “organização criminoso”, que tentou atingir a democracia. O grupo, na visão de Dias Toffoli, cometeu crime de lesa-pátria contra o Estado Democrático de Direito, o que transcende um crime comum.

Ele elogiou a comunhão dos Três Poderes em torno de uma resposta rápida aos ataques. “Aquilo que se tentou destruir, na verdade, se mostrou indestrutível”, afirmou ao referir-se à solidez das instituições. “Felizmente o Brasil está muito maduro institucionalmente. As reações foram imediatas, não só do ponto de vista dos fatos em si, por todas as autoridades brasileiras no dia, mas também a ação de investigação, de denúncia e de julgamento no Supremo”, pontuou.

Toffoli destacou a união, sob a liderança da presidente Rosa Weber, entre ministros, servidores e colaboradores do Tribunal para que o Plenário estivesse pronto para a retomada dos trabalhos do Judiciário no dia 1º de

fevereiro. Segundo o ministro, a unidade foi uma demonstração de que a instituição é muito maior do que todos possam imaginar e “também simbólica de que nós não nos curvaremos a essa minoria radical criminoso”.

Os “Pontos de Memória” no Tribunal sobre os acontecimentos do dia 8 de janeiro, criados pela ministra Rosa Weber, foram lembrados pelo ministro, como símbolos de um episódio que jamais deve se repetir no país. “São extremamente importantes exatamente para que ninguém esqueça. As gerações futuras precisam saber que o nosso prédio foi reconstruído”.

O ministro também enalteceu a atuação dos integrantes da segurança do Tribunal, que conseguiram conter o avanço dos vândalos para que não alcançassem o subsolo e o túnel de acesso aos prédios anexos. Isso, lembrou Toffoli, “sem um ato de violência, sem que uma pessoa tenha morrido ou sido ferida”, ao contrário do que aconteceu nos Estados Unidos da América, em janeiro de 2021, quando a invasão ao Capitólio resultou em mortes. Ressaltou, por fim, que a Polícia Judicial soube lidar com inteligência, frieza e sem fazer nenhum tipo de ação virulenta em troca, e conteve aquilo que foi possível conter.

Ministro Dias Toffoli



Foto: Nelson Jr./SCO/STF

Ministro Luiz Fux



Foto: Nelson Jr./SCO/STF

Ao receber a notícia dos ataques do dia 8 de janeiro, o ministro Luiz Fux disse ter sentido profunda consternação ao constatar que parcela da população brasileira tenha “se sentido livre para agredir o Supremo Tribunal Federal, uma instituição multissecular que tem sido a garantidora da paz, da ordem e da democracia em nosso país”.

Fux destacou que o atual texto constitucional consagra diversas liberdades essenciais ao exercício da plena dignidade humana, entre elas a liberdade de expressão. No entanto, a liberdade de expressão jamais protegerá atitudes racistas, discursos de ódio nem manifestações contrárias ao Estado Democrático de Direito. Para o ministro, os atos de 8 de janeiro violaram o núcleo essencial da Constituição Federal: a garantia de que o Brasil é um Estado Democrático de Direito.

Em sua visita às instalações do Tribunal após os ataques, quando a ministra Rosa Weber mostrou os ambientes vandalizados no edifício-sede, o ministro Fux afirmou: “Aquilo foi de uma brutalidade que o Brasil nunca mais vai esquecer – e nem deve esquecer”. O ministro ressaltou, ainda, a importância da atitude da presidente Rosa Weber, que costuma fazer referências frequentes aos fatos ocorridos naquela data.

“Não pode haver silêncio, muito menos sentimento de indiferença com relação a esse episódio. Deve haver transparência, memória e voz ativa deste Supremo Tribunal Federal como gestos de repúdio a esses ataques.”

Fux lembrou as palavras do escritor, professor e sobrevivente do Holocausto Elie Wiesel, ganhador do prêmio Nobel da Paz, quanto aos perigos da indiferença a situações como as dos campos de concentração. Isso se aplica também, na opinião do ministro, ao cenário brasileiro. “A indiferença aos ataques ao STF evitaria que a população brasileira assimilasse a gravidade do episódio, certamente criando espaço para que eles se repetissem ou se agravassem num futuro próximo.”

Luiz Fux defendeu, ainda, que os responsáveis pelas ações do dia 8 recebam uma “reprimenda exemplar” e elogiou a atuação da ministra Rosa Weber na rápida reconstituição do Plenário. “A reconstrução mostrou que a democracia está inabalada e aqueles que atentaram contra a democracia estão sendo punidos de forma célere e pronta”, declarou Fux, para quem essa atuação da Corte é a demonstração exemplar da sua função judicial.

O ministro também ressaltou que a democracia e o Supremo são instituições fortes e respeitadas pela população brasileira. A reação social e institucional percebida no pós-8 de janeiro evidencia essa legitimidade. “O Supremo Tribunal Federal demonstra a sua fortaleza através de suas próprias atitudes institucionais. A democracia no Brasil permanece forte e inabalada; fracos foram aqueles que não acreditaram nela.”

Naquela 8 de janeiro, assim que recebeu as mensagens da presidente Rosa Weber de que o edifício-sede do STF fora invadido e depredado, e após assistir às imagens na TV e na internet, o ministro Edson Fachin se apressou em retornar para Brasília. Ao percorrer, na companhia de Rosa Weber, as instalações danificadas e ver pelo caminho um rastro de destruição de móveis e objetos históricos, Fachin conta que sentiu uma enorme tristeza.

O que mais chocou o ministro foi se deparar com o ódio dos vândalos, que atearam fogo em um exemplar da Constituição Federal de 1988, símbolo do sonho de uma sociedade livre, justa e solidária que a Lei Maior proclama. Para o ministro, símbolo também de resiliência, de uma sociedade que superou 21 anos de regime autoritário. Fachin relata que seu sentimento foi de uma tristeza profunda, “um lamento por ver o Brasil passar por uma situação tão grave de ausência total de sentido de República e de freios inibitórios que respeitem a coisa pública, as instituições e a própria democracia”.

Em sua avaliação, as instituições republicanas sofreram, no 8 de janeiro, exercício abusivo e criminoso do direito à manifestação. **“A liberdade de expressão não pode ser a expressão do fim da liberdade e, portanto, assim eu defino esse dia como, com muita adequação tem denominado a presidente, ministra Rosa Weber, como o dia da infâmia”.**

Segundo Fachin, depois de mais de três décadas de vigência da nossa Constituição, o projeto de sociedade e de Estado Democrático por ela desenhado foi mais forte do que uma agenda autoritária que assolou os ânimos e

transformou o dissenso e as frustrações em violência. Para o ministro, a reação uníssona dos Poderes demonstrou, com firmeza e serenidade, a força das instituições como resposta, bem como a condenação desses atos por expressão majoritária da sociedade brasileira.

O ministro acredita, no entanto, que há esperança. “Não se pode titubear”, disse. O dia 8 de janeiro, na avaliação de Fachin, “marca uma cicatriz histórica, que não se pode e não se deve esquecer no Brasil”, sob pena de, no futuro, ocorrer algo pior. Em sua opinião, é preciso aprender até mesmo com a barbárie para que ela não se repita. “Para que possamos legar aos filhos e netos um futuro habitável, é fundamental ter instituições fortes”, afirmou o ministro.

Ao comparar o ataque contra as sedes dos Três Poderes no Brasil e a invasão do Capitólio (Parlamento dos Estados Unidos da América) em janeiro de 2021, o ministro elogiou as reações da sociedade norte-americana e do mundo contra a barbárie, a atuação das forças de segurança em defesa das instituições e o papel da imprensa, que “trouxo um conjunto de imagens que eram mais fortes do que qualquer narrativa”. Mas, segundo ele, no Brasil houve resposta imediata do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, “o que revela que o Brasil não tem coisas ruins para copiar, tem coisas boas também para mostrar”.

Para Fachin, é possível discordar das decisões do Supremo e criticar a Corte, mas as pessoas não têm o direito de destruir o Tribunal, que é responsável pela guarda da Constituição. “Destruí-lo significaria, ou significa, destruir a própria Constituição”.

Ministro Edson Fachin



Foto: Carlos Moura/SCO/STF

Ministro Alexandre de Moraes



Foto: Nelson Jr./SCO/STF

O ministro Alexandre de Moraes é o responsável por conduzir, no STF, os inquéritos que apuram as condutas dos envolvidos nos atos antidemocráticos do dia 8 de janeiro. Para o ministro, os ataques contra as instituições que compõem os três Poderes da República foram uma tentativa de golpe de Estado, “mesmo que de uma forma atabalhoada”.

Segundo o ministro, os inquéritos tramitam no Supremo por envolverem crimes como dano ao patrimônio público, tentativa de destruição institucional do Tribunal, associação criminosa armada, abolição violenta do Estado Democrático de Direito e golpe de Estado. Ele explica que o Regimento Interno do STF, que tem força de lei, prevê a competência da Corte nesses casos. Na análise das primeiras denúncias oferecidas pela Procuradoria-Geral da República e recebidas pelo STF, Moraes destacou, em seu voto vencedor no Plenário, que a questão da competência se justifica por haver, entre os investigados, parlamentares com prerrogativa de foro, além de o episódio ter ocorrido na sede do Tribunal.

Para Moraes, o procedimento de apuração dos fatos deve respeitar o devido processo legal e ser feito com celeridade. Após os atos de 8 de janeiro, foram realizadas, em tempo recorde – três dias –, mais de 1.600 audiências de custódia e, depois, intimados os 1.390 denunciados para que oferecessem suas defesas prévias. Tudo isso dentro do devido processo legal e no limite dos prazos, para que a Corte pudesse analisar e absolver rapidamente os que não tivessem a culpabilidade comprovada. No entanto, “aqueles que tiverem responsabilidade serão condenados na medida da sua culpabilidade”, frisou Alexandre de Moraes.

As investigações são desdobramentos do dia em que imagens televisionadas percorreram o mundo exibindo cenas golpistas de vandalismo em plena Capital Federal. Na visão de Moraes, aquele foi um momento de grande decepção para o país. “Nós estamos no maior período de estabilidade democrática, desde o início da República, e isso veio abalar, ou pelo menos tentar abalar a democracia. Então, é um misto de tristeza, de frustração e de indignação pela inércia das forças de segurança.”

Por outro lado, Alexandre de Moraes destacou o fato de as instituições terem reagido rápido. “Isso talvez seja o lado positivo do que ocorreu, mostrando a fortaleza institucional do Brasil”, disse o ministro, ao especificar que as linhas de investigação se debruçam sobre os instigadores, os executores e os financiadores dos atentados, assim como sobre autoridades públicas que participaram, por ação ou omissão, dos ataques.

Para o ministro, as redes sociais, como “terra sem lei”, foram instrumentalizadas para convocação dos atos antidemocráticos. Por isso, ele defende a regulamentação da atuação das redes sociais no país. De acordo com Alexandre de Moraes, o ocorrido no 8 de janeiro foi o ápice de um movimento golpista, construído ao longo de vários anos com discursos odiosos, mentirosos, antidemocráticos e criminosos no ambiente virtual.

“A democracia não está em jogo, ela saiu fortalecida. As instituições demonstraram que não vão tolerar qualquer agressão à democracia, qualquer agressão ao Estado de Direito, e a resposta será rápida”, enfatizou o ministro. Alexandre de Moraes disse que as pessoas que ainda pretendam adotar condutas golpistas serão presas, processadas e condenadas. “Querer golpe, volta de AI-5, intervenção militar é crime”, finalizou.

O ministro Nunes Marques conta ter sido devastador acompanhar as imagens da destruição do Supremo Tribunal Federal e das sedes do Executivo e do Legislativo, materializadas por meio de investidas criminosas no dia 8 de janeiro. Para o ministro, os atos vândalos se mostraram sem precedentes, mas “a confiança social na estabilidade das instituições e no valor da democracia foi não só preservada, mas potencializada”.

De acordo com Nunes Marques, a Constituição Federal assegura o exercício do direito de reunião e da liberdade de manifestação, desde que de forma pacífica em locais abertos ao público. Mas, segundo ele, essa regra não foi observada por aqueles que depredaram o patrimônio público naquele domingo. “Foram atos bárbaros e criminosos de pessoas ou grupos desprovidos de civilidade, praticados à margem do ordenamento jurídico.”

O ministro manifestou veemente repúdio àqueles que se utilizaram do protesto para cometer crimes e praticar atos de vandalismo, de desrespeito e de afronta aos poderes constitucionais. Por outro lado, registrou “respeito aos manifestantes pacíficos que participaram de forma lícita, para expressar sua consciência e suas opiniões”.

De acordo com o ministro, não se pode resumir a participação política dos cidadãos ao ato de votar. “O adequado funcionamento da democracia pressupõe crítica e fiscalização das decisões públicas pela sociedade, ao mesmo tempo não há direitos absolutos, e os atos ilícitos devem ser responsabilizados nas esferas cível, administrativa e criminal.”

Na avaliação de Nunes Marques, para além dos danos materiais, as perdas imateriais são incalculáveis. “Têm-se a percepção de que é possível agir fora das regras,

sem obediência estrita às leis. Democracia não é isso, pressupõe participação do povo a partir das regras estabelecidas”, afirmou. Ele defendeu que é preciso desconstruir a mentalidade de “força pela força” e estimular o exercício da cidadania.

Nunes Marques disse também que, a despeito dos prejuízos financeiros e de uma temporária desordem reduzida à área central de Brasília, ele está convicto de que a democracia permanece inabalada. “Os atos de 8 de janeiro demonstraram a força das instituições e o compromisso das autoridades constituídas com a ordem democrática e com o Estado de Direito”, assinalou.

Para o ministro, a resposta imediata das instituições contra os ataques foi imprescindível e mostrou que os Três Poderes não se resumem aos seus ambientes físicos, “subsistindo para além do aspecto espacial, de forma a não sucumbirem a investidas ilegais e criminosas”. E acrescentou: **“A reconstrução rápida das sedes trouxe simbolismo maior ao lamentável episódio, revelando altivez e prontidão das autoridades para responder a quaisquer atentados contra o Estado de Direito. Mais que isso, serviu para reestabelecer a confiança da sociedade, guardar a imagem internacional do país e assegurar a responsabilização dos criminosos”.**

Sobre os espaços no Tribunal dedicados à preservação da memória do 8 de janeiro, o ministro disse que eles são, antes de tudo, um dever imposto pelo regime democrático com um significado para que aquele dia não seja reproduzido e repetido. “Todo povo carrega, em sua cultura e história, as suas assombrações, mas não se constrói uma sociedade saudável sem o enfrentamento adequado daquilo que se quer esquecer.”

Ministro Nunes Marques



Foto: Nelson Jr./SCO/STF

Ministro André Mendonça



Foto: Carlos Moura/SCO/STF

O ministro André Mendonça estava fora de Brasília quando tomou conhecimento dos ataques à sede da Suprema Corte. Após contato com a presidente Rosa Weber, recebeu relatos da dimensão dos estragos causados pela invasão. Por essa razão, antecipou seu retorno à Capital, dirigindo-se imediatamente ao Supremo para se colocar à disposição da ministra, momento em que pôde vistoriar as instalações e acompanhar o início das obras de reconstrução.

Apesar da violência dos atos do dia 8 de janeiro, Mendonça disse que, em nenhum momento, temeu pela democracia brasileira. “Na verdade, ao invés de ter ranhuras em função daquele dia, a democracia saiu mais forte”, afirmou. Para o ministro, isso se deve em grande parte à resposta do STF e ao consenso de que os ataques são injustificáveis e jamais podem se repetir. Mendonça ressaltou que as pessoas têm o direito de discordar e criticar, “mas não se legitima um desrespeito tão grande às instituições e à própria democracia como aconteceu no dia 8”.

De acordo com o ministro, a liberdade de expressão, como um direito fundamental previsto na Constituição, não existe sob “uma perspectiva puramente egocêntrica”. “Nós vivemos em sociedade e os direitos fundamentais demandam um exercício capaz de viabilizar a boa convivência na sociedade. O direito fundamental não é uma excludente de crime”, defendeu.

André Mendonça afirmou também que as pessoas que invadiram o Supremo, o Congresso e o Palácio do Planalto

e praticaram atos de violência e de vandalismo contra as instituições serão não apenas processadas, observado o devido processo legal, mas responsabilizadas nos casos em que se comprovar a culpabilidade.

Segundo o ministro, as instituições devem ter responsabilidade para enfrentar episódios como o ocorrido no dia 8 de janeiro, com uma atuação firme “diante da Constituição e da sociedade, para que eventos como esse, independentemente de perspectivas e visões de mundo das mais distintas, não sejam legitimados”.

O ministro destacou ainda a atuação da presidente Rosa Weber na reconstrução da sede do Supremo. “A presidente teve muita fibra, demonstrou um grande espírito de liderança e de serviço ao país, ao conduzir a restauração do prédio e adotar todas as medidas possíveis”. Acrescentou que a abertura do Ano Judiciário com o Plenário totalmente reconstituído no dia 1º de fevereiro foi também um momento de restauração da esperança.

“Nós crescemos convivendo com as diferenças, que pressupõem respeito, capacidade de ouvir e de dialogar. Nenhuma divergência justifica o ato de violência”, ressaltou. Na opinião de André Mendonça, o Brasil precisa conviver com as diferenças entre as pessoas, mantendo a unidade do seu povo. “Unidade não é nós sermos iguais em tudo, mas é saber que existe um país, um povo, um território e uma língua que nos unem. E, para nós, ministros do Supremo, a Constituição nos une.”

Diretor-Geral

Miguel Ricardo de Oliveira Piazzzi



Foto: Nelson Jr./SCO/STF

O diretor-geral do STF, Miguel Piazzzi, responsável pelas áreas administrativa e de segurança do Tribunal, disse ter ficado incrédulo com toda a violência provocada pelos atos antidemocráticos do dia 8 de janeiro. Uma das primeiras ações do diretor-geral, quando tomou conhecimento do que estava ocorrendo na Praça dos Três Poderes, foi dirigir-se ao Tribunal. Segundo ele, “não sabia o que iria encontrar”, mas jamais imaginou “que fosse como um campo de batalha”.

Quando chegou ao local e percebeu que o edifício-sede já havia sido tomado e que os prédios anexos também poderiam ser invadidos, determinou, como uma das medidas de prevenção, que os policiais judiciais retirassem as placas de identificação dos gabinetes dos ministros.

Piazzzi lembra ainda do impacto vivenciado não só no 8 de janeiro, mas também nos dias que se seguiram, pois acompanhou cada etapa da reconstrução do edifício-sede do STF e viu de perto o resultado dos atos de vilania praticados no fatídico episódio. Foi o diretor-geral que encontrou, no jardim do STF, o crucifixo que ficava na parede do Plenário e foi arrancado durante os ataques.

Em contraste com as ações irresponsáveis por ele testemunhadas, o diretor-geral assinala o empenho e a dedicação de servidores e colaboradores do Tribunal “para darem concretude ao compromisso assumido pública e corajosamente” pela presidente, ministra Rosa Weber, de que o Plenário estaria pronto para a solenidade de abertura do Ano Judiciário no início do mês de fevereiro, e “isso seria mais uma demonstração de que a democracia permanecia inabalada”.

Secretário-Geral da Presidência

Estêvão André Cardoso Waterloo

Um dos responsáveis por coordenar o Gabinete Extraordinário – criado para a reconstrução do edifício-sede do Supremo Tribunal Federal –, o secretário-geral da Corte, Estêvão Waterloo, disse que a determinação da presidente Rosa Weber de concluir os trabalhos antes do dia 1º de fevereiro foi seguida à risca por todos os envolvidos no processo de reconstituição dos espaços destruídos.

O secretário-geral lembra que, das sedes dos Três Poderes, a do Judiciário foi a mais depredada. “Realmente o prédio foi muito danificado. Paredes, teto, obras de arte, carpetes, mobiliário, computadores, tudo! O prédio foi inundado também e vandalizado num nível que é difícil de acreditar.”

Estêvão ficou impressionado e comovido com a dedicação e disponibilidade do corpo funcional do Tribunal para abraçar a missão de reconstrução em pleno período de recesso. “As pessoas se ofereceram – servidores, autoridades e colaboradores. Todos se empenharam e pediram para ficar aqui no período, independentemente de agendas particulares, para que pudéssemos reconstruir a nossa ‘casa’.”

O secretário-geral relatou que essa energia de cooperação chegou também às empresas fornecedoras de material e prestadoras de serviços, que fizeram tudo de forma célere. Estêvão Waterloo agradeceu o esforço diário e a superação de “todos que contribuíram com o Supremo para que chegássemos no dia 1º de fevereiro podendo prosseguir nos nossos trabalhos”.



Foto: Nelson Jr./SCO/STF

Chefe de Gabinete da Presidência
Paula Pessoa Pereira



Foto: Carlos Moura/SCO/STF

A chefe de gabinete da Presidência, Paula Pessoa, conta ter ficado atônita ao receber a notícia da destruição do prédio da Suprema Corte e das sedes dos demais Poderes da República. Imediatamente após os ataques, ela foi ao Tribunal para unir-se à presidente e aos demais integrantes da cúpula administrativa da Corte.

Paula Pessoa detalhou algumas das medidas adotadas no STF para minimizar os impactos dos ataques nas atividades diárias da Corte, como a criação de um Gabinete Extraordinário, para gerir a reconstrução do edifício-sede, e a abertura de sessão extraordinária do Plenário Virtual, durante todo o mês de janeiro, para a tomada de decisões urgentes. Também não houve, durante o plantão do recesso forense, o tradicional revezamento entre presidente e vice-presidente do STF.

Apesar dos atos criminosos, as instituições conseguiram apresentar, como resposta, o amplo diálogo entre os Poderes, que reafirmou a essência dos valores democráticos brasileiros, destacou Paula Pessoa. “A democracia seguiu inabalada. O Supremo Tribunal Federal igualmente seguiu inabalado, principalmente porque, não obstante a resposta da reconstrução física da sede, em momento algum houve qualquer interrupção no cumprimento da função institucional.”

Secretária de Comunicação Social
Mariana Araujo de Oliveira



Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

A secretária de Comunicação, Mariana Olivera, revelou que uma das primeiras medidas adotadas após os ataques foi a divulgação de nota de repúdio aos atos de vandalismo na qual a presidente Rosa Weber anunciou a decisão de reconstruir o prédio histórico do STF. “Foi um posicionamento muito forte dela e incisivo de que o Supremo, o Poder Judiciário, não iria se abalar diante da covardia”, afirmou. Mariana ressaltou ainda o desafio de gerir as demandas da imprensa nacional e internacional, mesmo após a estrutura física da Secretaria de Comunicação ter sido destruída durante os ataques.

Assessor especial da Presidência
Rogério Augusto Viana Galloro



Foto: Nelson Jr./SCO/STF

Assessor especial da Presidência do STF e ex-diretor-geral da Polícia Federal (PF), Rogério Galloro chegou à Corte tão logo o prédio foi invadido e nele permaneceu até que tudo fosse controlado. Em quase 29 anos de atuação na PF, disse que, “quando o trabalho envolve segurança estratégica, é necessário saber que tudo, quase tudo é possível, mas nem tudo é esperado, nem tudo é tão factível assim”. Ele explicou que a força policial do Supremo não conseguiria conter tamanha multidão.

Secretário de Segurança
Marcelo Canizares Schettini Seabra



Foto: Nelson Jr./SCO/STF

No comando da Secretaria de Segurança do STF há três anos, Marcelo Schettini afirmou que o ataque do dia 8 de janeiro foi uma situação atípica e que, no momento da invasão, a Polícia Judicial tentou atuar com uso seletivo da força, “com equipamentos menos letais, como granadas de luz e som, granadas de pimenta, espargidores e coisas dessa natureza”. Explicou que a preocupação maior com a segurança do Tribunal começou em 2020 e levou à realização de cursos de capacitação dos agentes da polícia judicial e de parcerias com outros órgãos, como a Interpol e a Polícia Federal. “Eu não tenho dúvidas de que o STF saiu mais fortalecido, a democracia saiu mais fortalecida.”

Assessor-chefe de Segurança da Informação
Marcelo Antonio da Silva



Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

Responsável pela Assessoria de Segurança da Informação do STF, Marcelo Antonio da Silva é perito criminal federal da área de informática da Polícia Federal. Naquele 8 de janeiro, ele chegou ao Supremo pouco tempo depois da desocupação. “Ainda com fumaça nos corredores, auxiliei na preservação do local para possibilitar a coleta do máximo possível de vestígios durante a perícia que seria realizada”, disse. Marcelo também ressaltou que, em paralelo aos atos de vandalismo, houve um forte ataque cibernético à Corte, fato correlacionado ao evento, mas isso não afetou as atividades do Tribunal, que continuou funcionando de forma adequada. “O STF fortaleceu sua capacidade de resiliência física e cibernética com este ataque.”

Secretário de Administração de Serviços e Gestão Predial
Edmilson Palma Lima



Foto: Nelson Jr./SCO/STF

O secretário de Administração de Serviços e Gestão Predial (SAP), Edmilson Palma, destacou que a reconstrução do edifício-sede foi um trabalho extremamente coordenado, que envolveu limpeza, jardinagem, carregadores de bens, marcenaria, arquitetura e engenharia. Relatou que, após a conclusão, foi possível ver a sensação de dever cumprido nos olhos de cada um. “Ter participado desse difícil processo de reconstrução em um prazo tão exíguo só reforça a capacidade técnica e o comprometimento de todos. Foi um trabalho muito lindo.”

TV Justiça
Renan Sousa



Foto: Nelson Jr./SCO/STF

Ação dos vândalos precisava de uma resposta rápida e eficaz. Assim surgiu a campanha **#democraciainabalada**, coordenada por Renan Sousa, gerente de conteúdo da TV Justiça. Segundo ele, era preciso demonstrar, por meio de uma campanha de comunicação forte, que, apesar de janelas quebradas, cadeiras arrancadas e toda a destruição, a democracia seguiria inabalada. “Às vezes as imagens podem transmitir uma mensagem de fragilidade, mas não. Naquele momento o STF se mantinha pronto para executar sua função constitucional”, ressaltou Renan.

Ex-secretária de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação
Manuelita Hermes Rosa Oliveira Filha



Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

Manuelita Hermes era a responsável pela gestão das obras de arte e arquivo histórico da Corte quando aconteceu a invasão ao edifício-sede do Tribunal. Uma das primeiras demandas recebidas pela ex-secretária após os ataques foi conferir se a Constituição levada por um dos vândalos era a original. Verificou-se, posteriormente, tratar-se da réplica. Nos dias seguintes, foram iniciados os diagnósticos sobre os objetos passíveis de restauração. “A ideia não é fingir que aquele objeto não foi alvo de uma ação violenta, mas mostrar que passou por um ato violento e aquilo passa a compor a sua história.”

Arquivo

Marcelo Jesus dos Santos



Foto: Nelson Jr./SCO/STF

Servidor do setor de Arquivo do Tribunal, Marcelo dos Santos conta que, após os ataques, se deparou com documentos históricos e processuais rasgados e molhados. “Nosso trabalho consiste em resgatar e atenuar o dano sofrido e não permitir que a memória se perca”, disse. Segundo ele, o ataque a esse patrimônio documental do Poder Judiciário afetou diretamente não só quem trabalha na preservação da memória da Corte, mas atingiu a todos, pois são documentos e peças únicas. “Esse é um patrimônio do povo brasileiro, é nossa identidade, não cabe a uma pessoa ou grupo, sob qualquer pretexto, destruí-lo”, afirmou o servidor.

Restauradora

Gilseane Chaves Silva



Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

Estarrecida, vivenciando um momento de mistura de emoções. Foi assim que a restauradora Gil Chaves descreveu o que sentiu quando se deparou com pedaços de história e fragmentos de obras de arte no chão e com a incerteza de saber se tudo aquilo poderia, ou não, ter salvação. “Nossa profissão é silenciosa. A gente trabalha e ninguém percebe, mas quando a gente pega algo tão desafiador e consegue reconstituir, a gente volta a lembrar o quanto é importante.” Ela foi uma das primeiras pessoas a ter acesso às áreas atacadas para mapear e inventariar o alcance do estrago.

Restauradora

Laís Maria Evangelista Bezerra

Foram dias de incessante trabalho até deixar tudo arrumado para a sessão de abertura do Ano Judiciário, comentou Laís Maria, que integra a equipe de restauração. Um trabalho cuidadoso para reparar o que o ódio e o desrespeito à arte e à história destruíram. “Foi uma loucura, mas, ao mesmo tempo, trouxe uma satisfação muito grande fazer parte desse momento pelo lado positivo, trazendo tudo à forma original, devolvendo a arte à sua origem.”



Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

Restaurador

Marcos Antônio Faria



Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

O gerente do Laboratório do Restauro do STF, Marcos Antônio de Faria, disse que, passado o impacto da destruição, era hora de recuperar o que fosse possível no Tribunal. Com uma equipe muito dedicada e qualificada, ele conseguiu, de forma muito rápida, restabelecer praticamente todo o acervo artístico e histórico vandalizado. Marcos lamentou a perda de itens irrecuperáveis, como espelhos bisotados e presentes dados por chefes de Estado em visitas ao STF. Para ele, são objetos que “não têm um valor econômico definido, mas um valor histórico imensurável”.

Arquitetura e Engenharia

Cíntia Silva de Souza

Hygor Parreira Araújo

Ana Márcia Vieira Arduini



Foto: Nelson Jr./SCO/STF

As equipes de arquitetura e de engenharia do Tribunal sempre tiveram muito zelo na preservação do edifício-sede, especialmente por ser tombado e por ser uma das principais obras, em Brasília, assinadas pelo arquiteto Oscar Niemeyer. Ana Márcia Arduini, Cíntia Silva e Hygor Araújo compõem o time responsável pela manutenção do prédio. Eles realizam vistorias frequentes para avaliar as condições das instalações da Corte. “Os atos de vandalismo do dia 8 nos causaram uma tristeza enorme. Foi difícil ver a edificação, tombada inclusive pela Unesco, destruída daquela forma”, lamentaram. Eles sabiam da necessidade de mobilização das equipes para a recuperação do Plenário a tempo da abertura do Ano Judiciário. Os três servidores contam que, após a limpeza inicial, várias frentes de trabalho de diversas áreas do Supremo entraram simultaneamente em ação para a reconstrução do pavimento. “O resultado foi bastante satisfatório”, ressaltaram.

Segurança e Vigilância

Alexandro Almeida de Moraes

Guiomar Pereira da Silva

Paulo Henrique Teodoro Borges



Foto: Carlos Moura/SCO/STF

No dia dos ataques, Guiomar Pereira da Silva fazia a vigilância do andar onde fica a Presidência do STF. Ao saber da movimentação na Esplanada dos Ministérios, achou que se tratava de uma manifestação comum e, mesmo quando recebeu aviso, pelo rádio de comunicação interna, de que haviam derrubado os alambrados e começavam a chegar ao Tribunal, não imaginou que tomariam praticamente todo o edifício. “Retornei para o prédio naquele mesmo dia. Foi triste e assustador ver todo aquele ato de terror.”

Alexandro Moraes, da área de segurança institucional, estava no Tribunal no dia dos atentados. Ele relatou que havia grupos específicos para vandalizar cada local do edifício-sede. “Eles vieram sabendo o que tinham que fazer, e cada grupo já tinha sua programação, com uma missão a ser cumprida”, descreveu. Moraes também acrescentou que os invasores sabiam até mesmo onde ficavam os equipamentos que usaram para depredar o prédio. “Os mais exaltados usavam máscara de gás e balaclava cobrindo o rosto”, disse. Para Alexandro, a vigilância do Tribunal foi atuante em todos os momentos, controlando o distúrbio, protegendo as pessoas e impedindo que os ataques chegassem aos edifícios anexos ao STF.

Há 16 anos trabalhando na Suprema Corte, Paulo Henrique Teodoro Borges comenta que jamais pensou que passaria por um episódio como o dos ataques de 8 de janeiro. Naquele domingo, Paulo trabalhava no posto de vigilância perto do alambrado que dá acesso ao edifício-sede. Para ele, “foi um momento tenso e trágico”. Ressaltou que os vândalos não queriam manifestar, mas sim gerar o caos. “Nos dias seguintes, nos plantões em que trabalhei, estávamos todos chateados pelo ocorrido, mas, ao mesmo tempo, agradecendo a Deus por ninguém ficar ferido fisicamente e por podermos trabalhar pela recuperação do patrimônio destruído”, destacou.

Limpeza

Carlos Antônio Dias de Sousa



Foto: Nelson Jr./SCO/STF

Há mais de quatro anos na limpeza dos prédios do STF, Carlos Antônio disse ter encontrado um “cenário de guerra” após os ataques daquele domingo. Ele falou da tristeza ao chegar e ver tudo destruído, sujo e bagunçado, mas ressaltou o esforço do pessoal da limpeza em rever tudo arrumado. Para Carlos Antônio, atos como aqueles não podem voltar a acontecer no país.

Limpeza

Maria de Fátima Ribeiro



Foto: Carlos Moura/SCO/STF

A destruição ocasionada pelos atos de vandalismo de 8 de janeiro deixou Maria de Fátima Ribeiro sem palavras. “Como pode o ser humano destruir tudo daquela forma”, disse ela, que participou do processo de limpeza das áreas atingidas pelos ataques. “Quando vi aquela situação, achei que a gente não iria conseguir organizar tudo novamente”, afirmou. Segundo Maria de Fátima, com o apoio da equipe e da chefia do setor, “conseguimos com muita luta” deixar tudo limpo.

Encadernação
Ênio Simões



Foto: Nelson Jr./SCO/STF

Ênio Simões, da Seção de Encadernação, comentou que, no dia seguinte aos ataques, sentiu que “parecia que tinha acontecido um terremoto dentro do STF”. Revelou que havia trabalhado anteriormente na recuperação e encadernação dos livros antigos e documentos históricos que foram destruídos e, ao se deparar com eles naquele estado, a parte mais difícil foi juntar tudo para selecionar o que poderia, ou não, ser salvo. “Não estamos falando de parte financeira, mas de algumas partes históricas, com certeza, irrecuperáveis.”

Patrimônio
José Carlos Paz



Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

José Carlos, do setor de Patrimônio da Corte, relatou o imenso esforço de todos os setores para restaurar o Plenário até a sessão de 1º de fevereiro. “Vamos ter algumas perdas que não têm como recuperar, mas o STF, a instituição, não vai deixar de existir.” Segundo ele, apesar do cenário de guerra encontrado e do prejuízo material e imaterial causado pelos vândalos, “a República saiu mais forte, muito mais forte”.

Elogios

Pra homenagear os servidores e os colaboradores que fizeram parte dos esforços de reconstituição do edifício-sede, a presidente determinou a edição de uma portaria de elogio em reconhecimento ao trabalho “incansável” desses profissionais, iniciado logo após os atos de vandalismo ocorridos em 8 de janeiro de 2023.

Servidores

ACE - Assessoria de Cerimonial

Celia Regina de Oliveira Gonçalves

Flavia Siqueira de Carvalho

Idenildo Eustáquio de Oliveira

AJU - Assessoria Jurídica

João Naylor Villas-Boas Agra

Mônica Maria Gomide Madruga Ribeiro

Nadia Melissa Casagrande

GDG - Gabinete do Diretor-Geral

Cleber Silva Mota

Luciano Ribeiro de Santana

Marcio Tagliari Filho

Welbert Moreira Lemos

GSG - Gabinete do Secretário-Geral da Presidência

Edimar Rosa da Silva

SAE - Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação

Ana Paula Alencar Oliveira

Deise Soares Pedreira

Marcos Antônio de Faria

Tales de Barros Paes

SAP - Secretaria de Administração de Serviços e Gestão Predial

Agostinho Braga Júnior

Ana Carolina Fialho Hubner

Ana Marcia Vieira Arduini

Anderson Luiz Rodrigues dos Santos

Bruno Reis Yamamoto

Cintia Silva de Souza

Deoclecio Gouveia Mota Junior

Edmilson Palma Lima

Francimar Ferreira Ramos

Francisco Solimar do Nascimento Filho

Frederico Augusto de Almeida Santos Vellenichi

Gustavo Duran do Valle

Humberto Oliveira Nunes Filho

Hygor Parreira Araujo

Julieta das Dores Martins

Klístenes Alexandre de Sousa Melo

Lilian Januzzi Vilas Boas

Luiz Eduardo Paranhos Gouvêa

Marina Frossard Ribeiro Mendes

Marineli Monteiro Moreira

Reginaldo de Araujo

Sebastião Clemente Carneiro Neto

SCO - Secretaria de Comunicação Social

Alexandre Marcus de Assunção Sousa

Allan Diego Mendes Melo de Andrade

Ana Gabriela Guerreiro Viola da Silveira Leite

Célio Ramos Alves

Eduardo Caminha Munhóz

Erica Cristine Hofmann

Flávia Carvalho Coelho

Mariana Araujo de Oliveira

Osiel Luiz de Souza

Renan de Moura Sousa

Renata Santiago Moreira Martinelli

Rogério Correa de Castro

Viviane Brito Yanagui

SGE - Secretaria de Gestão Estratégica

Alexandre Reichert

Karla Berninger da Costa de Azeredo Lopes

Pamella Sada Dias Edokawa

Vinicius Nascimento Porto

SGP - Secretaria de Gestão de Pessoas

Cícero Rodrigues de Oliveira Gomes

SOC - Secretaria de Orçamento, Finanças e Contratações

Alana Alves da Silva

Alessandra da Costa Espírito Santo

Alipio Fernando Furtado Coelho

Anne Souza Silva

Antonio Cláudio da Silva

Carlos Celso Gama

Cibelle Togawa Holanda

Cyntia Maria Martins Santos

Davi Oliveira de Araujo

Eduardo Bredariol Velhote

Elizeu Gonçalves Oliveira Pereira

Fábio de Gois Jesus

Fábio Mirto Novais Florêncio

Gilmar Fontes de Lima

Henrique Santos Rodrigues

Higor Bezerra Rodrigues

Jean Mary Almeida Soares

Jusceli Batista de Sousa Urquiza

Leila Corrêa Rodrigues

Lúcia Helena Lopes Fachinetto

Luziane Almeida Paula Dias

Marcelo Louis Galvão de Aquino

Marco Aurélio Melo da Silva

Maria Carla Graciano França

Rafael Perotoni Felipetti

Renan Renato Dantas de Brito

Renato Dutra Coelho

Roberval de Alencar Júnior

Tiago Rodrigues Vieira Amancio

Virginia de Oliveira Dantas

Washington Takeo Seito Shinohara

STI - Secretaria de Tecnologia da Informação

Adriano Rogério Pamplona Gomide

Alan Tamer Vasques

Danilo Anderson de Moura Chagas

Eluisio Almeida Rocha

Flávio Abreu Amorim

James Marcell Nery de Almeida

SEG - Secretaria de Segurança

Alexandre Magno Andrade Gorga

Antônio Carlos Maciel Gomes

Bento Alves de Melo

Clóvis de Sousa Soares

Erasmio Vieira Santana

Fernando Vinicius dos Reis Souza

Gilberto Alves Lourenço

Hérmane Cardoso Mâncio

Luis Fernando Antonow

Maurício Viegas Pinto

Rogério Gomes Viana

Wilton Chaves de Oliviera

COLABORADORES

GSG – Gabinete do Secretário-Geral da Presidência

Alex Pereira de Sousa

Robson Barbosa de Sousa

ARE – Assessoria de Análise de Recursos

Alberson de Oliveira Rocha

André Luiz Mathias Barros

Antônio Sales Pereira de Carvalho

Edmício Anjos de Andrade

SAE – Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação

Ana Paula Miranda Ribeiro

Carlos Eduardo Gomes Montenegro

Danielle Christina Sampaio Dias

Diego Marcelino Braga de Lira

Ênio de Freitas Simões

Gilseane Chaves Silva

Gustavo Henrique Santos

Irani Rodrigues da Silva

Jonas Victor Barreto

Laís Maria Evangelista

Ludmylla Krsthina Barbosa de Oliveira

Marcos Luiz dos Santos

Matheus Melo de Miranda

Nathalia Silva Brito

Pedro Gabriel Santos Lima

Rafael Selva Ginani

Ruth Stefany Silva Martins

Vitória Gedanken de Giacomo

SAP – Secretaria de Administração de Serviços e Gestão Predial

Adir dos Reis Martins

Adnea Clesia Barbosa Abreu

Adriano de Souza Lopes

Aílton Monteiro do Rego

Aisamak Wegredi Sousa N. Ribeiro

Alexandre Monteiro de Souza

Alisson da Silva Pereira

Amaury Rodrigues do Nascimento

Andre Gustavo de Sousa

André Luiz Alves da Silva

Aniele Marcia Rodrigues Santos

Antenor Bizerra dos Santos Filho

Antonio Rodrigues de Sousa

Bento dos Santos Campos

Bernardo Alves Aprigio

Carlos Antonio Dias de Sousa

Carlos Daniel Souto Maior

Celia Luzia dos Santos Silva

Cesar Augusto do Nascimento

Charlene Ferreira Quadro

Cicero Ferreira Lopes

Claudio Pereira da Silva

Clayton Nunes Lau

Cléber Borges Vaz

Cristiane Martins Vieira

Cristiane Silva de Sousa

Cristiano Curcino Santana

Cristiano de Souza

Dalto de Araujo Costa

Dalzirio Baldez Ribeiro

Daniel da Cruz Tomaz

David Peneque Peres

Derielson Moreira Bastos

Deusivan de Sousa Silva

Diego Ramon Gustavo M. da Cunha

Diego Santos de Araujo

Edivaldo Brito da Silva

Edivani Deciles Silva

Edivone Araujo de Sousa

Edmilson Luiz de Carvalho

Edmilson Pereira Rodrigues

Elias Humberto Pimentel de Almeida

Eloilma Pereira de Souza

Elves Vilar Dias

Elziene Francisca dos Santos

Erinaldo Alves da Silva

Erley Santana dos Santos

Evelyn Borges Martins

Ezequiel Santos de Amorim Maciel

Fabiana Lopes Silva

Fábio Marins Silva

Francimilson Lima de Assis

Francinilda Abrantes de Araujo

Francisca das Chagas Lopes

Francisco Alves da Silva

Francisco de Assis da Silva

Francisco Deodato do Nascimento

Gabriel Dantas dos Santos

Gabriel Fernando Barbosa Goncalves

Gabriel Henrique P. Sousa

Gabriel Ribeiro de Sousa

Genivaldo Pereira da Silva

Gilberto de Oliveira Souza

Gilberto Ferreira da Silva Cabral

Giliarde Souza Santana

Gillian Rodrigues Moura

Gilmar da Rocha Cunha

Gilson da Silva Paixão

Handersson Harysson Lemos de Carvalho

Hélcio Alves Possidônio

Herbesson Angelo de Medeiros

Inácio Gomes da Costa

Ioleda Mendes Alves

Israel Humberto P. de Almeida

Ivan Jose de Aquino

Ivanete Nunes da Silva

Jaqueline Alves de Souza

Jarbas Lopes da Silva

Jerson Oliveira Melo Júnior

Joaci da Silva Torres

Joana de Souza Ribeiro

João Júlio Campos Barbosa

João Wilson Presto Teles da Silva

Joelson Jânio Farias do Amaral

Josa da Silva Alves

José Carlos Corrêa da Paz

Jose Carlos Tolentino de Oliveira

Jose dos Reis Alves da Mota

José Hugo da Silva

Jose Ivanilton Gomes

Jose Renildes Queiroz de Oliveira

José Sales de Almeida

Juam Marcus de Couto Oliveira

Jucélio da Silva Santos

Junior Neves Torres

Karleane Magalhaes de Araujo

Karoline Cabral Portugal

Leandro Rodrigues Barbosa

Leila Maria Barbosa de Oliveira

Leonardo Barbosa dos Santos

Leonardo Barreto Rodrigues

Lucas Carvalho Martins Vieira

Lucelia de Souza Andrade

Lucia Maria do Nascimento

Luciana da Rocha

Lúcio Gilvan Sousa

Luiz Carlos Junior Martins

Luiz Henrique de Oliveira Monteiro

Marcelo de Melo Magalhães

Marcelo Henrique Cabral Ferreira

Marcia Alves Brandao

Marcia Cristina dos Santos Barbosa

Marcia Maria Alves da Silva

Márcio Silva de Sousa

Marco Antonio Ribeiro de Lima

Marcos Pereira de Avelar

Maria Aparecida da Silva de Oliveira

Maria da Cruz Lima de Sousa

Maria da Guia da Silva Barbosa Cruz

Maria Daiane Moreira Silva

Maria de Fatima Alves de Menezes

Maria de Fatima Ribeiro

Maria Lucinete Alves Resplande

Maria Monica Neta

Maria Neuman dos Santos de Oliveira

Maria Nunes dos Santos

Maria Tavares dos Santos

Maricélio da Silva Santos

Marileide Fernandes da Silva

Marvan Luiz Lima Vaz de Rezende

Mauricio José Raimundo

Maurício Rodrigues

Max Randolpho Gonçalves Bueno

Militao Pereira Pinto Neto

Naiisson Porto de Oliveira

Natália Cristina Siqueira de Souza

Nathanael Veras de Souza

Nenisa Pereira Rosa

Nilson Alves de Lima

Oristenio Pereira da Silva

Osailton da Silva

Otavio Alves dos Santos

Paloma Soares Rocha

Patricia Aparecida da Cunha

Paulo Alexandre dos Santos

Paulo Silas Alves de Jesus

Rafael de Noronha Alves

Rafael Edgard da Silva

Raimundo Nonato

Ramerson Pereira de Lima

Raul Cenamor Pons

Rejane Sulik de Carvalho Jales

Ricardo Araújo Alves

Rivanilton Azevedo Almeida

Rodrigo Arcanjo da Paz

Romildo Ramos

Ronaldo Ramos Costa

Rondiney da Silva Lino Corrêa

Ronielson Ribeiro Batista

Rosa Maria da Silva Lima

Roseli Cristina da Silva

Rosildo Felipe dos Santos

Sansão Silva Santos

Sílvia Cristina Melo Cordeiro

Silvia Pereira Rodrigues

Silvio da Silva Marinho

Sueni Pereira da Silva Santos

Suza Leia Barbosa Silva

Thiago Teixeira de Brito

Tiago Vitor de Oliveira

Valdete Ferreira

Valnir Pereira de Sousa

Victor Hugo M. de Araújo Silva

Vilibaldo Borges dos Santos

Vilma Ribeiro dos Santos

Warley Pereira da Silva

Wellington Oliveira Lourenço da Silva

Wesley Simplicio de Abreu Rocha

Wevert Rodrigues Veríssimo

Yuri Adriano Soares da Costa

SCO – Secretaria de Comunicação Social

Adriano Silva Pinto

Anari Amaral de Sousa

Bárbara Alencar

Betânia Veiga

Carlos Alves Moura

Fábio Guedes Alexandre

Fellipe Bryan Sampaio

Flávia Soledade

Francisco Cosmo da Silva

Giovani Bortolaci Duarte

Guilherme Mello Gonçalves Paes

Jefferson de Sousa Martins

João Paulo Procópio

Jorge Salvaterra de Araújo

José Oliveira da Silva

Lucio Ribeiro Fernandes

Luis Guilherme dos Santos Lima

Marcela Luiza Alves Rodrigues

Raquel Siqueira Santos

Ricardo Farias de Sousa

Rosanna Lapidus

Rosinei de Barros Coutinho

Tamyris Mirian Amaral Amorim

STI – Secretaria de Tecnologia da Informação

Anderson Oliverio dos Reis

André Luis Soares de Oliveira

Diogo Alves dos Santos

Fábio Wanderson dos Santos

Israel Figueira dos Santos

Juracy Silva de Almeida

Marcos Paulo Ferreira Silva

Micael Júnio dos Santos

Odailton Fernandes Lobo

Osvaldo Marques Monteiro

Rafael Nascimento Ferreira

Regys Wendell Lopes de Sousa

Renan Correia Matos

Ricardo Macedo de Sousa

Sebastião Rodrigues da Silva Sobrinho

Tiago de Brito Carvalho

Tiago Graciano Rodrigues

Discurso da presidente do STF, ministra Rosa Weber, na abertura do Ano Judiciário, em 1º de fevereiro de 2023

Senhores Ministros desta Suprema Corte, de hoje, de ontem e de sempre; Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva; Senhor Presidente do Senado e do Congresso Nacional, Senador Rodrigo Pacheco; Senhor José Sarney, ex-presidente da República, que nos honra com sua presença, a quem muito deve o Brasil pela reconstrução do processo democrático, seja pela convocação da Assembleia Nacional Constituinte, seja pela neutralização dos dispositivos autoritários constantes da Carta constitucional outorgada em 1969; Senhor Procurador-Geral da República, Doutor Augusto Aras; Senhor Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Doutor José Alberto Simonetti; demais autoridades presentes, que saúdo na pessoa da Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Presidente do Superior Tribunal de Justiça; servidores e servidoras do Supremo Tribunal Federal; profissionais da imprensa, senhoras e senhores.

Em 12 de setembro de 2022, quando assumi, neste plenário, a Presidência do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, expressando o desejo de que todos vissem na solenidade uma celebração da democracia e do primado das liberdades, minhas primeiras palavras foram de reverência incondicional à autoridade suprema da Constituição e das leis da República; de crença inabalável na superioridade ética e política do Estado Democrático de Direito; de prevalência do princípio republicano e suas naturais derivações, com destaque à essencial igualdade entre as pessoas; de estrita observância da laicidade do Estado brasileiro, com a neutralidade confessional das instituições e

a garantia de pleno exercício da liberdade religiosa; de respeito ao dogma fundamental da separação de Poderes; de rejeição aos discursos de ódio e repúdio às práticas de intolerância enquanto expressões constitucionalmente incompatíveis com a liberdade de manifestação do pensamento; e de certeza de que, sem um Poder Judiciário independente e forte, sem juízes independentes e sem imprensa livre, não há democracia.

Essa a minha profissão de fé como magistrada, disse eu naquele momento.

Hoje, quatro meses e meio depois da minha posse como Chefe do Poder Judiciário brasileiro, nesta sessão solene, revestida de especial simbolismo, de abertura do Ano Judiciário de 2023, neste mesmo plenário, totalmente reconstituído após a invasão criminosa do dia 8 de janeiro último por uma turba insana movida pelo ódio e pela irracionalidade, reafirmo minha profissão de fé como juíza e a ela acresço, em reforço, o que erigi como norte da atual administração desta Casa: a proteção da jurisdição constitucional e da integridade do regime democrático, ou, mais simplesmente, a defesa, diuturna e intransigente, da Constituição e do Estado Democrático de Direito.

Há três semanas, o emblemático prédio histórico onde nos encontramos, as instalações do Congresso Nacional e o Palácio do Planalto, sedes dos três pilares da democracia brasileira, foram alvo de ataque golpista e ignóbil, dirigido com maior virulência contra esta Suprema Corte seguramente porque ela,

ao fazer prevalecer, em sua atuação jurisdicional, a autoridade da Constituição, se contrapõe a toda sorte de pretensões autocráticas.

Possuídos de ódio irracional, quase patológico, os vândalos, com total desprezo pela *res publica* e imbuídos da ousadia da ignorância, destroçaram bens públicos sujeitos a proteção especial, como os tombados pelo patrimônio histórico, mobiliário, tapetes e obras de arte. Também em sanha deplorável estilhaçaram vidraças, espelhos e luminárias; quebraram painéis, bancadas e mármore; rasgaram retratos e livros; destruíram equipamentos digitais e de áudio e vídeo, câmeras, computadores e impressoras, engendrando um cenário de caos a provocar sentimento de profunda repulsa diante de tamanha indignidade.

Mas advirto. Não destruíram o espírito da democracia. Não foram e jamais serão capazes de subvertê-lo porque o sentimento de respeito pela ordem democrática continua e continuará a iluminar as mentes e os corações dos juízes desta Corte Suprema, que não hesitarão em fazer prevalecer sempre os fundamentos éticos e políticos que informam e dão sustentação ao Estado Democrático de Direito.

Que os inimigos da liberdade saibam que, no solo sagrado deste Tribunal, o regime democrático, permanentemente cultuado, permanece inabalável.

Frustrado restou o real objetivo dos que assaltaram as instituições democráticas. O ultraje só poderia resultar, como resultou, no enaltecimento da dignidade da Justiça e no fortalecimento do valor insubstituível do princípio democrático, jamais no aviltamento do Poder Judiciário.

Intensa a repulsa e irrestrita a solidariedade de todos – autoridades e sociedade civil –, já nas primeiras horas que se seguiram à violência criminoso, reforçando a união dos Poderes, de todo inabalados os valores superiores da Justiça e da democracia.

Já se disse que o ser humano não é feito para a derrota.

À lembrança da travessia da Praça dos Três Poderes que fiz no dia seguinte aos hediondos ataques, desde o Palácio do Planalto até esta Suprema Corte, a convite e na companhia do Presidente da República, de Ministros da Casa e de representantes do Congresso Nacional e dos 27 entes federativos, sublinho que a Justiça também não é feita para a derrota.

Concebida em cerâmica de Petrópolis por Alfredo Ceschiatti, na escultura – também vandalizada – queorna a parte frontal desta Corte, a Justiça sobreleva e perdura, pois habita o espírito das instituições democráticas, e não a argamassa ou os tijolos de seus prédios.

As instalações físicas de um tribunal podem até ser destruídas, mas a elas sobrepaira – e se mantém incólume – a instituição Poder Judiciário em seu elevado mister de dizer e tornar efetivo o Direito, viabilizando a vida em sociedade, realizando o valor da Justiça.

Não sabiam os agressores de 8 de janeiro que o prédio-sede do Supremo Tribunal Federal, na leveza de suas linhas e na transparência de seus vidros, enquanto símbolo da democracia constitucional, é absolutamente intangível à ignorância crassa da força bruta.

De todo inútil, para o que perseguiam, a destruição do patrimônio físico da Suprema Corte, que, na verdade, é patrimônio do povo brasileiro, é patrimônio da humanidade!

A inspiração que anima as estruturas concebidas pelo gênio de Niemeyer, assim como os valores que informam a atividade jurisdicional desta Casa jamais serão atingidos ou subjugados pela barbárie, nem pela barbárie seus juízes se sentirão intimidados.

E para os que, consumidos pela fogueira da irracionalidade, tangidos pelo pérfido fanatismo ou dominados pelo fundamentalismo de sua triste visão de mundo, distorcem maliciosamente o conceito de liberdade e o próprio sentido das palavras, tão a gosto de espíritos totalitários, como na prática da novíngua, atribuindo à destruição do patrimônio público conteúdo outro que não os de ignomínia e vergonha, digo novamente: é inútil, pois, mesmo que desejassem destruir mil vezes o Supremo Tribunal Federal, subsistiria incólume o sentimento de reverência desta Casa pelo Estado Democrático de Direito, e mil e uma vezes reconstruiríamos seu prédio, como fizemos agora, sem interromper um só instante o exercício da jurisdição, graças à tenacidade dos que respeitam as instituições e amam a democracia.

Tal, entretanto, advirto, não desfigura a invasão criminosa nem ameniza o ataque covarde nunca antes perpetrado contra as instalações desta Suprema Corte seja ao longo do Império, seja na República.

E se alguma dúvida, ou dificuldade de compreensão, acaso esteja a pairar neste momento sobre o sentido

do que estou a dizer, assevero, em nome do Supremo Tribunal Federal, que, uma vez erguida da Justiça a clava forte sobre a violência cometida em 8 de janeiro, os que a conceberam, os que a praticaram, os que a insuflaram e os que a financiaram serão responsabilizados com o rigor da lei nas diferentes esferas. Só assim se estará a reafirmar a ordem constitucional, sempre com observância ao devido processo legal, resguardadas, a todos os envolvidos, as garantias do contraditório e da ampla defesa, como exige e prevê o processo penal de índole democrática.

Tais fatos ficarão gravados indelevelmente na memória institucional desta Suprema Corte, e a eles voltaremos sempre, para que jamais se repitam.

Para tanto, criamos, neste Tribunal, os pontos de memória com as marcas da violência.

O busto de Rui Barbosa, o patrono dos advogados brasileiros, de relevância ímpar para esta Casa, vilipendiado neste ano de 2023, em que se comemora o centésimo aniversário de sua morte, voltou a repousar altaneiro no *hall*, em novo pedestal, sem a restauração do dano sofrido, cicatriz estampada no bronze como lembrança às presentes e futuras gerações de que nem os vultos ilustres desta Nação, como o grande Rui, estão imunes à malta irresponsável, em evidente demonstração de que a ignorância – que nada reconhece, nada respeita, nada prevê e se volta, como algoz, em seu vazio substancial, até contra os que buscam iluminá-la – nada mais é do que terreno infértil, incapaz de germinar as sementes de que florescem os valores fundamentais da liberdade e da democracia.

Senhoras e senhores, reitero que o Estado Democrático de Direito, cerne da República, com suas ideias nucleares de liberdade e responsabilidade, nunca é uma obra completa. E a democracia, conquista diária e permanente que se aperfeiçoa por meio da evolução do Estado Democrático de Direito, a cada dia desafiado, por ser plural, pressupõe diálogo constante e tolerância com as diferenças, em convivência pautada pelos mecanismos constitucionais de promoção, nas arenas política e social, de amplo debate para a formação de possíveis consensos, garantido o respeito às regras do jogo e assegurado a todos os cidadãos um núcleo essencial de direitos e garantias que não podem ser transgredidos nem ignorados.

Tempos verdadeiramente perturbadores de maniqueísmos e deformações inaceitáveis, que tantas divisões impuseram à comunhão nacional, exigem cuidado, atenção, resistência e resiliência das instituições, em especial do Poder Judiciário, objeto de constantes ataques.

Sempre oportuno enfatizar que o Supremo Tribunal Federal – guardião da Constituição não porque se arrogue este papel, e sim por expressa delegação da Assembleia Nacional Constituinte (Constituição Federal, art. 102) – detém, em matéria de interpretação constitucional e considerados os objetivos precípuos do Direito de pacificação social e segurança jurídica, o monopólio da última palavra, como há mais de um século já o proclamava o grande Rui, como Senador da República, em histórico debate parlamentar com Pinheiro Machado (sessão de 29.12.1914 do Senado da República). Atua, assim, esta Corte Suprema como órgão de encerramento

das controvérsias constitucionais, exercendo ainda relevantíssima função contramajoritária, que significa a salvaguarda dos direitos fundamentais, notadamente na proteção das minorias, em especial as mais vulneráveis.

Senhoras e senhores, na abertura deste novo Ano Judiciário – consciente da grande responsabilidade e dos desafios que nos aguardam, mas com os mesmos olhos da esperança com que encerramos o ano de 2022 –, reitero minha confiança na competência, na qualidade do trabalho e no engajamento funcional dos integrantes do Poder Judiciário pátrio.

Os juízes e juízas brasileiros honram a toga que vestem e, mercê da sua independência e comprometimento com as instituições, são garantes da democracia em nosso país e da preservação da supremacia da Constituição da República.

Um Brasil inclusivo e igualitário, de ordem, progresso – está na nossa bandeira – e de paz, uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia e comprometida com a solução pacífica das controvérsias, como orienta o preâmbulo da Constituição Cidadã de 1988, é o que almejamos.

Que possamos caminhar em 2023 com serenidade e equilíbrio, cumprindo os objetivos traçados na Carta Magna, com olhos postos na entrega de prestação jurisdicional efetiva e qualificada, na coesão do Poder Judiciário, no respeito e harmonia entre os Poderes, na união e no fortalecimento das instituições e na defesa do Estado Democrático de Direito consagrado no art. 1º da nossa Constituição!

Renovo minhas saudações e agradeço a todos pela presença e pela solidariedade e, de modo muito especial, cumprimento e parabenizo os bravos, leais e dedicados servidores e colaboradores desta Casa, que, com incedível denodo, trabalharam incansavelmente nestas três últimas semanas para assegurar a realização desta sessão de abertura neste belíssimo e simbólico plenário, totalmente reconstituído, tal como asseverei, em 8 de janeiro último, que ocorreria! Sem eles, tal não seria possível!

Desejo, ainda, enfatizar, em face de sua alta significação e inquestionável relevo, a presença, sempre honrosa, nesta sessão solene de abertura do Ano Judiciário de 2023, do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e do Senador Rodrigo Pacheco, eminente Presidente do Senado da República e do Congresso Nacional.

O ataque criminoso e covarde que vilipendiou as instituições da República e os símbolos do Estado Democrático de Direito confere maior intensidade ao convívio necessariamente harmonioso entre os Poderes que compõem o Estado Brasileiro, fortalecendo a comunhão nacional em torno do princípio nuclear e inderrogável que privilegia e consagra, entre nós, a prevalência da ideia democrática, que não pode ser transgredida nem conspurcada.

Finalmente, permitam-me relembrar o nosso grande poeta Carlos Drummond de Andrade, cujos versos nos exortam a estabelecer um laço envolvente de união nacional:

*“O presente é tão grande, não nos afastemos.
Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas”.*

E eu me permito completar: o futuro está à nossa frente, mas é no dia a dia, passo a passo, que construímos o caminho.

A escolha é nossa!

Vamos todos de mãos dadas trilhar, com confiança, este ano que se descortina, certos de que o Supremo Tribunal Federal continuará em permanente vigília, na incondicional defesa da supremacia da Constituição e da integridade da ordem democrática, sempre respeitando o convívio harmonioso com os demais Poderes da República, como ordena o texto constitucional!

Cultivando e protegendo a democracia constitucional, fortalecendo-a internamente com a união de todos, sem qualquer exceção, é que o Brasil pode tornar e manter real e concreto o sonho de liberdade!

Declaro aberto o Ano Judiciário de 2023!

Expediente

Redação e consolidação de conteúdo

Secretaria de Comunicação Social

Mariana Araujo de Oliveira – Supervisão
Ana Gabriela Guerreiro Viola da Silveira Leite
Bárbara Nogueira da Silva
Adriana Romeo Sousa
Raquel Siqueira Santos

Projeto gráfico e diagramação

Flávia Carvalho Coelho

Fotografia

Carlos Moura
Fellipe Sampaio
Nelson Jr.
Rosinei Coutinho
Isabela Henriques Pimentel (estagiária)

Produção editorial

Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação

Fabyano Alberto Stalschmidt Prestes
Flávia Trigueiro Mendes Patriota
Lilian Januzzi Vilas Boas

Revisão de texto e de provas editoriais

Márcia Gutierrez Aben-Athar Bemerguy
Juliana Silva Pereira de Souza
Rosa Cecília Freira da Rocha

Impressão e encadernação

Secretaria de Editoração e Publicações (SEGRAF) – Senado Federal

Esta obra foi impressa e encadernada, em agosto de 2023, em papel couchê fosco 115 g/m² (miolo), no formato 280 x 280 mm, pela Secretaria de Editoração e Publicações (SEGRAF) – Senado Federal. Foi projetada e composta na fonte Basic Sans.

ISBN: 978-85-54223-50-2

CD



9 788554 223502



SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

